



PROFHISTÓRIA

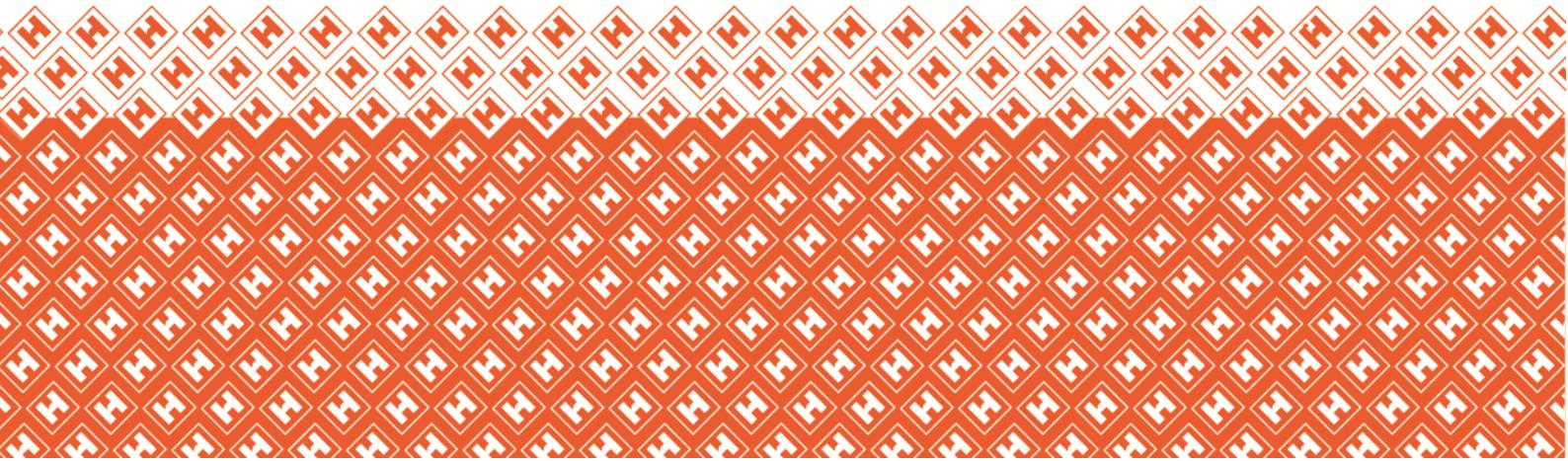
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

HELAYNE MIKAELE SILVA LIMA

**“SERÁ QUE ELA FEZ POR MERECER?”: O ENSINO
DE HISTÓRIA DAS MULHERES NO COMBATE À
VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Novembro/2020



HELAYNE MIKAELE SILVA LIMA

“SERÁ QUE ELA FEZ POR MERECER?”: O ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES
NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza.

NATAL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Lima, Helayne Mikaele Silva.

"Será que ela fez por merecer?" O ensino de história das mulheres no combate à violência de gênero / Helayne Mikaele Silva Lima. - 2021.
199f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Teixeira Souza.

1. Educação para as relações de gênero - Dissertação. 2. História das mulheres - Dissertação. 3. Violência de gênero - Dissertação. I. Souza, Juliana Teixeira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37-055.2

HELAYNE MIKAELE SILVA LIMA

**“SERÁ QUE ELA FEZ POR MERECER?” O ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES
NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dra. Jane Derarovele Semeão e Silva (Examinadora Externa)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

À minha querida filha Ana Helena
e ao meu esposo Thiego Bento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Angela Maria Vieira da Silva e Marcílio Bezerra de Lima, por terem sido meus principais incentivadores, desde os primeiros minutos de minha existência, investindo em mim e em minha irmã tudo o que estava ao seu alcance. Sou grata por me mostrarem a importância da educação e dos estudos, sobretudo o quanto o conhecimento e a leitura são libertadores. Eles nunca aceitaram menos que o voo mais alto que pudéssemos voar. Grata também à minha irmã, Sétura Thayná, por me dar a certeza de que sempre existirá alguém na arquibancada da vida que vibra por cada sucesso meu.

Agradeço à minha orientadora Juliana Teixeira por me auxiliar em todo o processo de escrita pacientemente, por acreditar e incentivar cada nova ideia que eu propunha, por sempre me dizer que tudo ia dar certo. Gratidão pela disponibilidade em responder às minhas angústias, até mesmo aos fins de semana, feriados e horários nada convencionais de uma mestrande que trabalha dois turnos e tem uma filha pequena. Sou muito grata pela compreensão e sororidade que tivemos durante essa árdua trajetória.

Agradeço a todos os professores do curso, que, de alguma forma, auxiliaram no nosso crescimento durante esse processo, em especial aos que participaram da minha banca de qualificação, o professor Magno Francisco de Jesus Santos e a professora Margarida Maria Dias de Oliveira, que muito contribuíram para a melhoria desse trabalho, apontando fraquezas que puderam ser fortalecidas.

Agradeço à turma de 2018.1, pela parceria, com quem pude aprender muito com meus companheiros de sala, escutando suas histórias de vida, suas experiências em sala de aula. Até mesmo nos nossos momentos de descontração estávamos lá, conversando sobre como poderíamos melhorar nosso fazer cotidiano em sala de aula, além de compartilharmos as dificuldades da profissão. Esse agradecimento em especial vai para as manas da turma, Renata, Letícia, Gláucia e Pollyana, uma vez que, em uma turma de vinte e dois estudantes de Pós-Graduação, havia apenas cinco mulheres. Apenas cinco! Desses cinco, três são mães, desdobrando-se entre filhos pequenos, muito trabalho e os estudos. Há quem diga que reivindicar direitos e representatividade são mimimis.

Agradeço à “equipe Cauim”, Luís Eduardo, Letícia Lopes e Carla Renata, pelo cuidado, companheirismo, pela paciência nos momentos de estresse e cansaço e pela amizade construída. Além da dissertação, essas amizades são mais um saldo que esse mestrado me

trouxe. Os milhares de quilômetros percorridos entre Fortaleza e Natal, e nossa morada no Ecohostel Cauim fez com que, durante esses dois anos, vocês se tornassem uma verdadeira família. E, falando em Cauim, não posso deixar de mencionar carinhosamente a Íris, que nos recebia com tanta satisfação e alegria em todos os fins de semana e por quem acabamos nutrindo uma grande amizade. Sempre quebrava nossos galhos e cuidava da gente, com remedinho, com abraços e até mesmo dividindo o próprio quarto dela, quando não tinha mais vaga para nós no hostel. Obrigada Pretinha. Amamos-te!

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram, desde a decisão de tentar iniciar o mestrado, até os momentos felizes compartilhados, ajudando-me a seguir adiante com esse projeto. Cícero Avelino e Elissânia Oliveira, obrigada por sempre estarem por perto. Marlia Aguiar, que também estuda mulheres e gênero, ajudou-me com muitas trocas de livros e de ideias. Gostaria de agradecer também à amiga Jamile Carvalho por sempre torcer, acompanhar e estar presente em todas as conquistas da minha vida.

Gratidão aos meus sogros e amigos, João Bento e Rita Maria Pereira, por estarem sempre na torcida, por comemorar cada aprovação, por acompanhar cada momento de nossas vidas, por cada ligação preocupada para saber se chegamos bem das viagens, por me incentivarem durante a elaboração desse trabalho e por nos amarem sempre.

Agradeço especialmente ao meu marido, meu companheiro e melhor amigo, Thiego Bento, por sempre me impulsionar a perseguir os meus sonhos e embarcar comigo em todos os caminhos que eu escolhi seguir; por ficar com nossa pequena todos os fins de semana que precisei estar longe, sendo um pai participativo e amigo; por compartilhar comigo a paixão pela História, ao tentarmos entender juntos essa aventura dos seres humanos no tempo e, por meio disso, transformar nossa sociedade em um lugar melhor de se viver. Agradeço também pelas leituras, releituras, dicas e estudos compartilhados, e pelo amor, esse sentimento que por si só engrandece e liberta. Minha relação de amor e liberdade me inspira a mostrar as nossas meninas que o amor verdadeiro não aprisiona; pelo contrário, ele apoia, humaniza e só faz aumentar nossa autoestima.

Gratidão à minha pequena Ana Helena, que é o principal motivo de eu querer me tornar sempre uma pessoa melhor, para servir de exemplo, para mostrar como a busca pelo conhecimento sempre vale a pena. Quando iniciei essa jornada, ela tinha apenas três aninhos, e inúmeras vezes eu chorei por ouvir “bó bincá mamãe?”, mas não poder atender às suas

necessidades infantis, porque tinha de escrever ou de arrumar as malas para viajar, enquanto ela chorava dizendo que queria ir comigo ou pedindo para eu não ir. Espero que um dia ela entenda que tudo isso que eu fiz foi por nós, embora não tenha sido difícil para mim nem para ela. Eu te amo muito, filha!

Agradeço aos meus alunos, uma vez que, por eles, eu busco minha qualificação profissional ao acreditar que uma educação pública e de qualidade é o principal caminho para uma sociedade mais justa e igualitária. Esses meninos e meninas me ensinam diariamente. Gratidão em especial às minhas alunas que tiveram a confiança de compartilhar comigo suas histórias pessoais, seus medos e suas dúvidas.

Em suma, agradeço imensamente a todas as mulheres inspiradoras que passaram pela minha vida e que me ensinaram tantas coisas, as tantas Marias, Anas, Angelas, Ritas, Julianas que já entrecruzaram minha trajetória e as tantas outras que ainda estão por vir... Esse trabalho é nosso!

“No dia que for possível à mulher amar em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.”
(BEAUVIOR, 1980, p. 50)

RESUMO

O objetivo central desse trabalho é discutir a temática de gênero na perspectiva do combate à violência contra as mulheres e de forma interseccional, considerando as dimensões de gênero, raça, classe, região, de modo a desconstruir estereótipos e construir valores que contribuam para a formação cidadã, a fim de priorizar o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando. A ideia foi desenvolver um material didático em formato de jornal, composto por notícias elaboradas a partir de informações retiradas de propagandas, textos médicos e jurídicos, além de processos criminais da Primeira República, utilizando a metodologia da pesquisa histórica como referência para o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação para as relações de gênero. História das mulheres. Violência de gênero. Ensino de História.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to discuss gender from the perspective of combating violence against women in an intersectional way, considering the dominions of genre, race, class and region. The point was to deconstruct stereotypes and build values that contribute to a citizen education, prioritizing the learner's intellectual autonomy and critical thinking. The idea was to develop some didactic material in newspaper format, composed of news elaborated from information taken from advertisements, medical and legal text sand criminal proceedings of the First Republic, using the methodology of historical research as a reference to teaching-learning process.

Keywords: Gender relations education. Gender violence. Women's history. History teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jovens com Ensino Médio incompleto e fora da escola	56
Figura 2 – Situação escolar de meninas e mulheres entre 15 e 29 anos	57
Figura 3 – Principais motivos para ter deixado o último emprego.....	65
Figura 4 – Conclusão de etapa.....	73
Figura 5 – Resultado do questionário feminino: abandonar os estudos.	75
Figura 6 – Resultado do questionário masculino: abandonar os estudos.	75
Figura 7 – Resultado do questionário feminino: motivos da evasão escolar.....	76
Figura 8 – Resultado do questionário masculino: motivos da evasão escolar.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por sexo – Ceará, 2006 a 2017.....	59
Gráfico 2 – Quem mora na sua casa?	63
Gráfico 3 – Na sua casa, quem trabalha e ajuda nas despesas?	64
Gráfico 4 – Questionário Feminino: atividades que são realizadas no cotidiano após a escola.	66
Gráfico 5 – Questionário Masculino: atividades realizadas após a escola.	67
Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série por etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, segundo o sexo – Brasil – 2018.....	69
Gráfico 7 – Número de matrículas na educação profissional, segundo a faixa etária e sexo – Brasil – 2018.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de anos de estudo de cada sexo, em todas as regiões, no ano de 1995.	71
.....	71
Tabela 2 – Quantidade de anos de estudo de cada sexo em todas as regiões em 2015.	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PROBLEMAS E DESAFIOS DA HISTÓRIA DAS MULHERES	33
1.1 Pesquisar História das mulheres	33
1.2 Ensinar História das mulheres	45
2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA	55
2.1 A dupla jornada de trabalho	58
2.2 O acesso à educação formal	69
3 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A REINVENÇÃO DO “SER MULHER”	83
3.1 As mulheres e a vida pública	84
3.2 As mulheres e a vida privada.....	94
4 PRODUTO DIDÁTICO.....	104
4.1 Apresentação.....	104
4.2 Jornal das Mulheres Trabalhadoras	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE – JORNAL DAS MULHERES TRABALHADORAS	182

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelas questões de gênero dentro da disciplina de História ocorreu devido às minhas (con)vivências no espaço multifacetado que é a escola, constituída por corpo discente, corpo docente, gestão e comunidade. A escola que me refiro é a que eu trabalho desde 2014, Escola Estadual de Ensino Médio Integral Senador Osires Pontes, que se situa em Fortaleza-Ceará, no Bairro Canindezinho. No ano de 2018, iniciou-se o processo que a transformaria em uma escola em tempo integral, mesclando turmas de primeiro ano integrais com segundo e terceiro regulares, e três turmas da Educação de Jovens e Adultos, totalizando dezessete turmas com aproximadamente 650 alunos(as) matriculados. O processo de integralização estará completo três anos após seu início, já que a cada ano uma série transforma-se em integral. É uma escola de grande porte, considerando o número de alunos(as) matriculados(as) e a quantidade de pessoas que compõem o núcleo gestor: uma diretora, três coordenadoras escolares e uma assistente administrativa encarregada das questões financeiras.

Das dezessete turmas mencionadas, ministro aulas em onze delas e acompanho como diretora de turma¹ um segundo ano. Nas minhas aulas, busco incentivar a participação dos(as) alunos(as) ao promover esferas de discussão sobre questões do tempo presente. A necessidade de pensar problemáticas que motivem a construção do conhecimento em História, o debate do presente e, a partir dessas adversidades, voltar-se para o passado na tentativa de entender o processo histórico possibilita a criação de um espaço de debate e compartilhamento de experiências em sala de aula. Essas discussões nos impulsionam a tentar compreender o mundo e a sociedade que vivemos a partir dos estudos históricos. A meu ver, isso aproxima a disciplina da vida dos(as) estudantes, uma vez que estabelece relações com fatos pessoais, fazendo-os(as) refletirem sobre alguns de seus posicionamentos como cidadãos(as) que compartilham vivências e experiências.

Esse espaço de liberdade e de democratização da fala, no qual não existe monopólio

¹ O projeto diretor de turma consiste em cada turma ter um professor responsável, que serve de mediador entre as demandas da turma em relação ao restante da comunidade escolar, além de ser um representante da turma. As questões de frequência, notas e diálogo com a família também está a cargo do PDT, assim como a formação cidadã e os diálogos sócio emocionais. Para saber mais sobre o projeto diretor de turma, acessar o site da Seduc (2019).

do saber focado na figura do(a) professor(a), permite a minha aproximação aos(as) estudantes, criando um vínculo de confiança em que, muitas vezes, ao fim da aula, acontece de alguns(as) me procurarem para contar fatos pessoais². Algumas dessas histórias me inquietaram bastante, como o caso da aluna Milena, de 18 anos, que aos 15 saiu de casa para viver com o companheiro. Um dia, ao fim da aula, ela se aproximou e afirmou que gostaria muito de ser enfermeira, mas que não poderia ingressar na universidade, pois seu companheiro não permitia. “Ele está deixando eu (sic) terminar o Ensino Médio por insistência minha”, afirmou ela. Disse, também, que parceiro era muito “grosseiro” com ela, e que isso entrustecia seus pais.

Já Marina, de 17 anos, contou que estava querendo deixar seu namorado, também companheiro de sala, porque ele estava a tratando muito mal e tinha até lhe empurrado, fazendo com que caísse no chão, porém gostava muito dele e tinha medo de sofrer se o deixasse. História semelhante é a da estudante Neuma, 16 anos, que vinha apresentando uma redução drástica no seu rendimento, problema que acompanhei de perto, pois há três anos sou sua professora de História. Ao término da aula, questionei por que ela vinha faltando tanto e seu rendimento seguia tão baixo em relação aos anos anteriores. Ela afirmou que suas notas estavam baixas em todas as disciplinas e me confidenciou que estava se descobrindo homossexual, mas seus pais não a aceitavam, gerando atritos e tristeza, o que lhe impossibilitava de se concentrar para estudar.

Certo dia, ao trabalhar escravidão e resistência no Brasil colônia, comentamos a violência do sistema escravista e a questão dos abusos sexuais sofridos pelas cativas, e posteriormente começamos a falar sobre cultura de estupro no Brasil. Ao abordar esse tema, um discente fez uma interlocução afirmando que “as meninas não se davam ao respeito, atualmente, por isso elas eram estupradas, pois faziam por merecer”. Com seus argumentos, ele tentou justificar os abusos e culpabilizar as vítimas.

Em junho desse ano, a gestão convocou os professores para uma reunião cujo objetivo era explicar o motivo da estudante Patrícia, de 16 anos, não estar frequentando a escola e, a partir disso, pedir a colaboração de todos para uma boa recepção e um tratamento cuidadoso com ela. A ausência da discente justificou-se a devido a uma tentativa de suicídio, aliás, mais

² Todos os nomes de estudantes que aparecem neste trabalho são fictícios, criados a fim de garantir a preservação de suas identidades.

uma tentativa, de algumas que já havia feito. Segundo a encarregada dos diálogos socioemocionais, Patrícia se mostrou bem decidida em não querer mais viver. Em meio à conversa, ela confidenciou que, desde cedo, sofria abusos sexuais do padastro, por isso não conseguia mais viver com essa profunda dor. Por fim, a estudante foi direcionada aos órgãos competentes. Eu, como mãe e professora, não consegui dormir naquela noite, pensando em tudo aquilo.

Todos esses relatos não tratam simplesmente de problemas pessoais, mas também de problemas estruturais da sociedade brasileira, cujo machismo e inferiorização feminina são naturalizados nas relações sociais. Nesse contexto, a disciplina de História aparece como importante ferramenta de modificação social, já que tem como objetivo formar cidadãos(as) a partir do ensino para a ação, especialmente para a vida em sociedade. Vale ressaltar que a História pretende fortalecer a cidadania no sentido amplo da palavra, isto é, de orientar os(as) estudantes na sua vivência social, percebendo-se como agentes modificadores da sociedade em que se situam. Isso, pois entendo que o fazer cotidiano no “chão da escola” é um campo de disputas em que o currículo é intencional e a escolha de conteúdos tem objetivos, porém existe uma “peça” fundamental em todo esse processo de transposição: (a)o professor(a), responsável pela articulação entre os conteúdos dos componentes curriculares e a vida prática.

Apesar de toda a força institucional, ao impor os conteúdos que devem ser trabalhados, o(a) professor(a) faz suas escolhas, trabalha com materiais complementares, seleciona conteúdos e promove discussões que julga pertinentes para a produção do saber histórico em sala de aula. Com isso, ele(ela) subverte a ordem, muitas vezes escolhida de forma institucionalizada – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) – ou de maneira informal – como os currículos extraoficialmente impostos pelas editoras por meio dos livros didáticos –, na tentativa de possibilitar a reflexão sobre os problemas sociais a partir do conhecimento e da reflexão sobre as ações praticadas e sofridas nesse processo que é viver em sociedade.

Todos esses relatos ouvidos cotidianamente me motivaram a pesquisar e entender mais acerca da temática de gênero e as diferentes formas de violência promovidas contra as mulheres. A ação das mulheres dentro da História impulsionou-me a buscar uma maneira de combater e a tentar desconstruir esse problema por meio da ação no meu espaço de atuação profissional, a sala de aula de História. Nesse “front”, penso que posso fazer mais.

Antes de mais nada, convém destacar que violência vem do latim *violentia*, que significa força, vigor, isto é, emprego da força física. Em outras palavras, o termo é uma força que excede um padrão de normalidade. De acordo Krug *et al.* (2002, p. 5), violência é “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.”

Um dos grandes problemas ao se trabalhar com a questão da violência é tentar definí-la ou conceitualizá-la como ferramenta de análise de pesquisa. Diversos autores, como Zaluar (1999), Michaud (2004), Ristum (2001), Minayo (2013), Pino (2007) e Bonamigo (2008), destacam as dificuldades em definir o conceito devido ao seu caráter polissêmico, ou seja, às diversas interpretações e à sua própria volatilidade por se tratar de um fenômeno historicamente construído e, portanto, diferente em determinadas temporalidades. Isso resulta em empecilhos para a solução de problemas ligados à violência, principalmente quando é tratada de maneira generalizante. Entretanto, a análise mais específica do fenômeno, delimitando o espaço, tempo e ação, ajuda a entender melhor essa prática específica e, portanto, a escolher melhor os caminhos para superá-la.

Nesse sentido, é necessário pensar a violência como um fenômeno histórico e, por isso, variável quanto ao tempo e ao espaço de atuação³. Logo, ela está presente em todas as sociedades e em todas as classes sociais, nas quais se apresenta de forma distinta, ou seja, a maneira com que ela é sentida é diferente segundo as condições sociais. Assim, ela se apresenta de maneira diferente na China, no Japão, em Portugal e no Brasil, como também seu significado varia de acordo com a temporalidade, pois a forma como a violência (ou que era visto como violência) era vista nos tempos coloniais não é a mesma como vemos hoje.

Deste modo, percebendo a violência como uma categoria repleta de historicidade, ela carrega em seu bojo uma série de rupturas e permanências no decorrer do tempo. A identificação de certos processos violentos que antes parecia natural, e a sua desnaturalização, não permite dizer que remete automaticamente à superação do problema. A violência de gênero e as diferentes formas de discriminação (racial, religioso, sexual etc.) são exemplos de como algumas modalidades de violência conseguem persistir ao longo do tempo, mesmo havendo leis que a coibam. Portanto, é possível afirmar que a violência é um problema

³ Ver mais em Minayo (2013).

fundamentalmente social e que vem acompanhando os seres humanos ao longo da história.

Segundo o artigo primeiro da Convenção de Belém do Pará de 1994 (BRASIL, 1996b, *on-line*), violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Essa convenção ficou conhecida como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Esse acordo conceituou a violência contra as mulheres reconhecendo-a como uma violação aos Direitos Humanos como também estipulou deveres aos Estados signatários, com a finalidade de criar condições para o rompimento do ciclo de violência contra mulheres em uma perspectiva mundial. Esse evento foi importante, porque suas resoluções reafirmam as que foram elaboradas um ano antes, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, ocorrida em Viena, onde a violência de gênero foi considerada uma questão de Estado, desconstruindo a ideia de que só há desrespeito aos direitos humanos na esfera pública. Essa definição se mostra muito completa, pois contempla as múltiplas violências (física, sexual e psicológica), em diferentes cenários.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (*apud* BUENO; LIMA, 2019, *on-line*), o Brasil situa-se em quinto lugar do mundo no ranking de feminicídios. Em fevereiro de 2019 foi divulgada uma pesquisa que revela que, nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamentos no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Só no estado do Ceará, segundo a Secretaria de Segurança Pública de Defesa Social (SSPDS) (*apud* BUENO; LIMA, 2019, *on-line*), nos primeiros 29 dias do ano de 2018, foram mortas 43 mulheres. Um aumento de 330% com relação a todo o mês de janeiro de 2017, quando foram registrados dez crimes do tipo (TAXA..., 2018, *on-line*). Em 2016, foram registrados nas delegacias brasileiras 49.497 casos de estupros, de acordo com informações disponibilizadas no *Atlas da violência* (2018), organizado por Daniel Cerqueira *et al.*

Em março de 2019, foi publicada uma pesquisa pelo Jornal *O Povo* (2019) em virtude do Dia Internacional da Mulher cujos resultados revelam que cerca de 16 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência nos últimos doze meses. Destas mulheres, 4,7 foram vítimas de agressão física, o que representa 536 vidas agredidas a cada hora no último ano; 21,8% foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento; 8,9%

foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais; 3,9% ameaçadas com arma de fogo; e 3,6% sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento. Vale ressaltar que esses são números de pessoas que registraram essas violências em delegacias, no entanto, sabemos que nem todas procuram à justiça.

Outra pesquisa publicada nesse mesmo periódico impresso (O POVO, 2019) mostrou que, ao serem questionadas sobre o que fizeram após sofrerem a violência, apenas 10,3% das mulheres afirmaram que procuraram uma delegacia da mulher; 8% procuraram uma delegacia comum; 5,5% ligaram para o 190; 15% procuraram ajuda da família e 52% afirmaram que não fizeram nada. Por conseguinte, infere-se que esse “não fazer nada”, a partir dos relatos trazidos nesta matéria, relaciona-se à dependência financeira, à dependência psicológica e até ao medo de represálias, já que 76,4% afirmam que o agressor era alguém conhecido.

Em Fortaleza, cidade onde está localizada a escola analisada nesta pesquisa, “mais de 100 cem meninas desapareceram em menos de um ano”, segundo dados publicados em junho de 2019 (MAIS DE..., 2019, *on-line*). O assassinato de meninas aumentou 412,5% na capital cearense, passando de 8 para 41 meninas mortas, violentamente, de janeiro a julho de 2018, comparado ao mesmo período de 2017 (MAIS DE..., 2019, *on-line*). Muitos desses desaparecimentos ocorreram de forma voluntária, como a fuga dessas meninas em decorrência de situações de violência doméstica, violência urbana (quando estão nas ruas), exploração sexual e vulnerabilidade social. Considerando esses dados alarmantes, fica latente a importância de se debater temas pertinentes às questões de gênero e às relações de poder que geram a violência contra a mulher.

Há doze anos, em agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, *on-line*), visando fortalecer o rigor das punições para esse tipo de crime. Em março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015, *on-line*), classificando a violência contra a mulher como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, presença de filhos etc.). A criação dessas leis nos mostra a tentativa de combater esse abuso epidêmico contra as mulheres por meio da justiça, reconhecendo a legitimidade de uma demanda encaminhada pelos movimentos sociais e pela sociedade civil organizada. Porém, muitos questionam se essas ações surtiram um efeito significativo.

Podemos avaliar a pertinência do questionamento via análise das taxas de homicídio por cem mil mulheres, por estado, calculadas a partir dos dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) referentes aos anos de 2006 (ano de promulgação da Lei Maria da Penha), 2014 e 2015 (PANORAMA, 2016), que mostra o aumento dos homicídios contra as mulheres em quase todas as unidades de federação (após a lei, diminuíram apenas em São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Em alguns estados, esse índice dobrou de 2006 a 2014, como o Maranhão, cujos casos passaram de 2,0, em 2006, para 4,2; no Rio Grande do Norte, de 2,6, em 2006, para 5,9, em 2014; e o Ceará, estado em que está situada a escola que trabalho, que passou de 3,1, em 2006, para 6,3, em 2014.

Devemos reconhecer que a lei é um marco e representa uma vitória desses sujeitos no campo jurídico, assegurando a expansão de sua cidadania. Porém, a lei por si só não garante a solução do problema, pois a ausência de mecanismos que assegurem a sua execução torna esse dispositivo apenas um marco simbólico. Logo, é necessário que o Estado crie políticas públicas e ferramentas para a desconstrução dessa situação de violência contra as mulheres, de modo a mitigar gradativamente ou extinguir esse problema.

Acerca disso, a educação desempenha um papel estratégico em políticas públicas que tenham como meta combater os preconceitos e estereótipos que contribuem para a desigualdade, a exclusão e a violência. Isso, porque a escola, principal reduto educacional, como um espaço de disputas, aprendizagens e formação de valores, deve concretizar sua função social, possibilitando que debates acerca dessa temática cheguem aos(as) estudantes, de modo que percebam a violência contra as mulheres como um problema social a ser compreendido e superado. O Estado, regulador dessa esfera, portanto, deve também cumprir a sua função investindo nas instituições escolares, responsáveis pela formação cidadã.

Para tanto, o objetivo central desse trabalho é discutir a temática de gênero na perspectiva do combate à violência contra as mulheres, de modo a desconstruir estereótipos que fortalecem formas de exclusão e dominação e, na contramão, construir valores – tais como respeito, tolerância, alteridade, igualdade e diversidade – que contribuem para a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico do(da) educando(a). Especificamente, pretendo analisar relações de poder por meio do conceito de

gênero, a fim de colocar em pauta alternativas de sentir, pensar e agir que subvertam os modelos dominantes a partir dos quais historicamente se têm compreendido a diferença entre feminino e masculino, e que se configuram como obstáculo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Outro objetivo específico a alcançar é abordar a cultura do machismo e da(s) violência(s) de gênero em uma perspectiva histórica, identificando rupturas e permanências, assim como considerando as experiências concretas dos(as) educandos(as) como ponto de início para reflexões e questionamentos sobre os processos históricos.

A fim de construir conhecimento histórico sobre a temática de gênero e história das mulheres em sala de aula a partir de processos criminais de violência contra as mulheres, pretendo utilizar a metodologia da pesquisa histórica como referência para o processo de ensino-aprendizagem, tendo como foco a formação cidadã. Como resultado, proponho um material didático amparado na utilização de processos criminais, por meio de uma metodologia específica, cuja prioridade é a abordagem da interseccionalidade, considerando a sobreposição de diferentes – raça, classe, região –, de modo a evidenciar a complexidade e os distintos papéis atribuídos ao feminino.

Para dar conta desses objetivos, é importante que se estabeleça interlocuções teóricas que permitam discutir o conceito de gênero, utilizado desde a década de 1970 para tratar da questão da diferença sexual. As primeiras a utilizarem esse conceito foram as intelectuais americanas que buscavam ressaltar como as distinções sexuais possuem um caráter cultural e social, desnaturalizando a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres, inclusive no que se refere às experiências históricas, estariam baseadas no aspecto puramente biológico.

É nas discussões desenvolvidas pelos profissionais responsáveis pela produção dessa nova história das mulheres que nasce o conceito de gênero, pois as historiadoras envolvidas nessa perspectiva perceberam que a investigação centrada apenas nesses sujeitos, refutando suas interações com outros grupos, resultava, muitas vezes, em uma análise limitada. Segundo Joan Scott (2011), a utilização do termo “gênero” servia para introduzir uma noção do relacional em nosso vocabulário analítico. Desse modo, tal como o autor, concordo que, para trabalhar o conceito de gênero, deve-se:

enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizar o aspecto relacionado do gênero: não se pode

conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. (SCOTT, 2011, p. 89)

O objetivo era entender as variadas experiências de relação entre homens e mulheres em diferentes recortes espaço-temporais, além de analisar como são organizados os papéis sexuais, percebendo como eles faziam o corpo social funcionar ou também como tentavam modificá-lo, por meio de diferentes estratégias de ação. Sendo assim, a história das mulheres e de gênero estão interligadas, já que, para falar de mulheres, não se pode deixar de falar dos homens, e a relação entre ambos é abordada na perspectiva de gênero. Este termo foi proposto por historiadoras esperançosas de que a pesquisa sobre as mulheres transformasse profundamente a disciplina, ao acrescentar novos temas e impor uma reavaliação crítica dos princípios e métodos do trabalho científico existente, resultando não apenas em “uma nova história das mulheres, mas em uma nova História.” (SCOTT, 1990, p.73).

Partindo da discussão do conceito de gênero, neste trabalho busco estratégias que viabilizem a desconstrução dos valores patriarcais, a fim de evidenciar que grande parte do que o senso comum acredita ser “natural”, biológico, em relação ao que é feminino e masculino, é fruto de um conjunto de ações no âmbito social e cultural. Em outras palavras, não nascemos programados(as) para nos comportar de tal ou qual maneira, contudo nos ensinam, desde que nascemos, como sermos mulheres e homens na sociedade a qual pertencemos e no tempo que vivemos. Ressalta-se que esse aprendizado é aprendido com a família, como também com a comunidade, a escola, a mídia etc.

Sendo assim, identificar rupturas e permanências do processo de violência cotidiana contra as mulheres, em uma análise que adote a perspectiva do gênero, certamente auxiliará os(as) estudantes a entenderem que a agressividade e o poder masculinos são frutos de uma construção histórica, e que essas características são incorporadas na medida em que mulheres e homens convivem em sociedade, reproduzindo comportamentos que estão relacionados a modelos de viver a masculinidade legitimados por determinado padrão de conduta social. Por isso, incentivar os(as) estudantes a compreenderem o gênero por meio dessa abordagem é mostrar que ideias e ações só podem ser assimiladas em uma perspectiva histórica contextualizada, de modo a refutar que não existem definições atemporais. Nesse sentido, é importante problematizar as tentativas de normatização comportamental existentes em cada

sociedade, demonstrando como elas acabam justificando comportamentos violentos contra as mulheres.

No trabalho a ser desenvolvido como material didático proposto, o conceito de gênero será articulado à noção de interseccionalidade, pois, se se pretende trabalhar com a diversidade de sujeitos – de modo a promover aprendizagem que contribua para a construção de uma sociedade igualitária –, é necessário entender que cada pessoa constrói múltiplas identidades, marcadoras de diferenças nas mais variadas dimensões. Por esse ângulo, a categoria “mulher” é muito heterogênea, considerando que mulheres brancas e de classe média têm experiências e enfrentam adversidades diferentes de mulheres negras de classe média que, por sua vez, diferenciam-se de mulheres negras e pobres, pois mulheres brancas, ainda que sofram com a dominação de gênero, não sofrem como as negras, assim como as ricas não sofrem como as pobres, e essa diferenciação vai se estendendo a outras formas de distinção, delimitadas a partir da sexualidade, da religiosidade, da regionalidade etc.

Angela Davis (2016), ao tratar a participação de mulheres no movimento abolicionista estadunidense, alerta para a fragilidade de qualquer generalização aplicada às experiências femininas quando explica que:

as mulheres brancas que se uniam ao movimento abolicionista ficavam particularmente indignadas com os abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras. Militantes das associações femininas antiescravagistas sempre contavam histórias dos estupros brutais sofridos pelas escravas quando exortavam as mulheres brancas a defender suas irmãs negras. Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiram compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – o trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos, e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (DAVIS, 2016, p. 39)

Esse livre acesso ao corpo negro, legitimado pela prática da escravidão, mesmo após a abolição, ainda persiste em muitos discursos, por isso não deixou de ser um problema, assim como as outras formas de violência que ainda assolam, em maior grau, as mulheres negras. Por conseguinte, uma fala em uníssono dentro do movimento feminista não se concretizou, porque as opressões que pesam sobre as mulheres negras são diferentes das enfrentadas pelas mulheres brancas. Em outras palavras, suas trajetórias são diversas, logo, suas formas de luta e estratégias, que visavam prioridades distintas, a partir de suas próprias demandas, também.

A validade da noção de interseccionalidade é corroborada por uma série de dados que mostra que a violência também é sentida de maneira distinta por diferentes grupos de mulheres, pois, no Brasil, além das desigualdades associadas aos papéis de gênero, as questões raciais e de classe são elementos importantes para a compreensão das múltiplas violações de direitos das mulheres. Segundo o *Atlas da Violência 2018*, a taxa de homicídio de mulheres negras é 71% superior à de não negras (CERQUEIRA, 2018). Além disso, a pesquisa do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicada no site *Rede Brasil Atual* em novembro de 2018 (CAMARGO, 2018, *on-line*), revela que as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil, como também são as que mais sofrem de violência doméstica, representando 58% das ligações ao Disque 180. Elas representam 56% das mulheres afetadas pela mortalidade materna e 65% pela violência obstétrica do total de mulheres afetadas em relação às mulheres brancas (CAMARGO, 2018, *on-line*).

Essa estatística revela que a associação desses marcadores de diferença evidencia o grupo referido como mais vulnerável à violência de modo geral. Refletindo sobre a importância de aprofundar o estudo sobre as mulheres, Joan Scott (1990, p. 73) afirma que:

o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.

Para Joan Scott (1990), analisar a história considerando esses três eixos pressupõe uma visão mais complexa do objeto de estudo, de modo a revelar as várias nuances de opressão sentidas pelos sujeitos que ocupam diferentes espaços e fazem parte de diferentes grupos sociais. Pensando na perspectiva do Brasil, incluiria ainda um quarto eixo: a região. Isso, pois é importante atentar-se para a construção dos estereótipos que foram criados a partir da “invenção do Nordeste”, quando no início do século XX começa a se veicular um conjunto imagético discursivo associado ao território que viria ser o Nordeste, ou seja, uma construção histórica de valores e comportamentos relacionados ao espaço, reconhecidos como característicos dessa região. Dentre as muitas imagens associadas ao Nordeste, há a do cangaceiro, que “só vem reforçar essa imagem do nortista como homem violento e do Norte

como uma terra sem lei, submetido ao terror dos ‘bandidos e facínoras’, além da violência de suas oligarquias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 61).

Essas narrativas criadas para mostrar a oposição entre o Sul moderno e civilizado *versus* o Nordeste bárbaro e símbolo do atraso reforçaram ainda mais a visão do homem nordestino como violento, habitante de uma terra que o senso comum imagina povoada por cabras machos, que lavam honra com sangue. Consequentemente, esses estereótipos promoveram e promovem, salvaguardadas as condições, uma cultura de violência que afetou e afeta também as mulheres, daí a importância de se contar um pouco da história das mulheres nordestinas para mulheres nordestinas, com o intuito de reforçar que a cultura da violência não é normal e muito menos natural; pelo contrário, tudo é uma construção histórica constituída por vários discursos e comportamentos que fortalecem essas violências de gênero. Ressalta-se que esses sujeitos lutam contra essa violência há várias gerações, a partir de ações cotidianas e judiciais, resultando em conquistas que precisam ser consolidadas e avançadas, embora ainda haja continuidades.

Para isso, Foucault (2009) é uma referência importante em virtude de auxiliar no entendimento que o poder não se exerce apenas via instituições do Estado, mas pode se manifestar em detalhes sutis e invisíveis, como discursos e práticas cotidianas. O autor esmiúça as diferentes formas pelas quais o poder se expressa, colaborando para a produção de indivíduos produtivos e disciplinados que se ajustam ao tipo de sociedade que se quer em uma sociedade burguesa. É no corpo que se investem várias técnicas e mecanismos para torná-los dóceis. Para o filósofo, o homem pode ser disciplinado graças à descoberta da maleabilidade do corpo, e as relações de poder seguem o mesmo modelo e são efetivadas em várias instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e o quartel, assim como, anteriormente, nas igrejas. Todas essas instituições favorecem a formação de uma sociedade disciplinar organizada a partir de um sistema de recompensas e penalidades ininterruptas cujo intuito é individualizar e classificar os comportamentos, hierarquizando os indivíduos, objetivando homogeneizar essas condutas, ou seja, criar uma normatização, uma padronização (FOUCAULT, 2009).

Pensando na perspectiva do presente trabalho, a abordagem de Foucault (2009) é essencial, uma vez que auxilia a análise dos processos criminais de violência contra as mulheres sob a ótica dos múltiplos poderes que neles estão embutidos, como os discursos

oficiais e eruditos dos médicos e juristas. Esses discursos tentam moldar o agir dos indivíduos ao encaminharem para uma ação voltada ao trabalho e à produção, garantindo, assim, privilégios de uma minoria e a ordem social. Ao investigar esses processos criminais, percebe-se que há estratégias sendo mobilizadas no sentido de utilizar esses discursos como parâmetro para as ações empreendidas pelos sujeitos sociais. Apesar disso, há resistências de vários sujeitos sociais que criam sua própria lógica do fazer/viver à sociedade, com seus valores, comportamentos e condutas.

Foucault (2009) trata de poder e disciplina, mas não abrange a questão das resistências a essas estruturas normatizadoras do poder. Para o filósofo, as classes populares possuem uma cultura própria, e suas ações são constituídas a partir dessa cultura, apesar de os discursos dominantes da ciência médica, da justiça e da igreja buscarem enquadrar os pobres dentro dos valores burgueses. No entanto, ao mesmo tempo, fomentam a indisciplina promovida por esses pobres, mesmo tendo como referência seus próprios valores e experiências.

Sobre isso, as considerações de Edward P. Thompson (1977) também se fazem pertinentes, uma vez que, em seus estudos, procurou compreender a formação de ações coletivas dentro dos processos de movimentos populares na Inglaterra do século XVIII. A cultura popular seria o elemento formador das ações coletivas e das estratégias de resistência do operariado inglês dos séculos XVIII e XIX. Sendo assim, a valorização de elementos da cultura popular seria usada para se contrapor à visão marxista estruturalista, que desconsidera as manifestações culturais como elemento determinante da ação social.

Além disso, concordo com a visão que Thompson apresenta sobre o domínio da lei, em que contrapõe à ideia presente em uma determinada vertente do marxismo, cujo “domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de classe” (THOMPSON, 1977, p. 349), ou seja, a visão de que a lei era formulada e aplicada meramente para impor o poder de classe e legitimá-lo. O autor afirma que essa forma de análise da lei simplifica seu entendimento e, consequentemente, perde de vista sua profundidade e sua importância. Por isso, o teórico evidencia que, embora essa lei tenha sido criada para benefício de certo grupo, também servia para mediar as relações de classe restringindo algumas ações dos dominantes. Nessa perspectiva, transforma-se a lei em um espaço de conflito, pois as “formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder” (THOMPSON, 1977, p. 358). É importante considerar essa visão da

lei como campo de conflito, haja vista que a classe pobre e trabalhadora não aceita pacificamente todas as imposições do Estado e força, no campo da justiça, questionamentos e negociações, procurando utilizar a lei em seu favor.

Com essa abordagem, resgata-se as diferentes práticas cotidianas e valores das classes populares que, mesmo com a pressão dos discursos dominantes para ditarem as suas formas de viver, conduziam a vida à sua maneira. Apesar de a sociedade cobrar comportamentos ordeiros e submissos das mulheres, é plausível perceber por meio dessas fontes que esses sujeitos possuíam e possuem autonomia de decidir os rumos de suas próprias histórias, uma vez que amam do seu modo, relacionam-se e praticam sua sexualidade conforme seus valores; ou seja, possuem estratégias próprias para driblar esse controle que pesa sobre suas vidas e seus corpos.

Dessa forma, trabalhar com os(as) alunos(as) essas estratégias femininas via análise das fontes constitui-se uma ação educativa, sobretudo porque possibilita que apreendam que esses discursos em favor da normatização do comportamento das mulheres já existiam em outros períodos históricos e que a resistência também se fez e se faz presente até hoje. Essa resistência permite remetê-los à própria noção da ação humana no tempo e pode vir a fortalecer o protagonismo juvenil, pois mostra que é possível mudar a sociedade em que vivemos por meio das nossas ações, individuais ou coletivas.

O conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen também será relevante para esse trabalho, pois viabiliza como a história pode ser utilizada para orientação da vida prática, para mobilizar o “agir” e para a construção de sentido sobre a experiência no tempo, tendo como ferramenta as narrativas históricas. Com a utilização desse conceito na fundamentação do processo de aprendizagem, espera-se que os(as) discentes percebam que a História não é o estudo do passado, mas o nexo entre diferentes temporalidades: passado, presente e futuro, pois é no presente que agimos e, quando agimos, temos como foco o futuro, construindo uma sociedade mais justa e igualitária. Jörn Rüsen (2011, p. 44) afirma que:

Somente quando a História deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendizado e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana.

Tal procedimento exige uma expansão da experiência do passado humano, desenvolvendo a competência para a interpretação histórica do tempo e amadurecendo a capacidade de entendimento e criticidade. Tudo isso corrobora o incentivo dos(as) estudantes a refletirem a partir de suas realidades, de modo a perceberem que também são sujeitos atuantes no dever histórico, e isso estabelece um diálogo entre a realidade vivida por eles e o processo de construção do conhecimento histórico, no espaço escolar. Questionar o conhecimento que lhes é posto como pronto e acabado é o pontapé inicial para a promoção de competências que vão auxiliá-los na vida prática. Segundo Estevão Rezende Martins (2019, p. 55):

A consciência histórica é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo.

Análises como essas são importantes, porque ainda hoje se observa, na dinâmica atual do ensino de História, uma grande valorização conteudista em que o(a) bom(boa) professor(a) de História é aquele(a) que trabalha o livro didático de “capa a capa”. Nesse sentido, as escolas ainda pressionam o(a) profissional por resultados quantitativos que, muitas vezes, não correspondem ao qualitativo. Soma-se a isso a adoção de uma concepção tradicional do ensino cujos fatos históricos são trabalhados apenas como narrativas lógicas e informacionais que, contrariamente, produzem um ensino vazio de sentido, gerando desinteresse e distanciamento do(a) discente para com a disciplina. À vista disso, é necessário valorizar os conhecimentos que o(a) estudante já traz e partir dessas experiências para a construção do conhecimento histórico.

Ao produzir um material didático que instigue os(as) discentes a refletirem a relação entre passado e presente com uma proposta de ensino-aprendizagem pautada em sequências didáticas que valorizem a trajetória de aprendizagem, e não apenas exposição de conteúdo, há efetivamente a possibilidade de mobilizar a capacidade interpretativa do(a) aluno(a), fazendo com que ele(a) persiga as pistas possibilitadas pelas fontes, relate esses elementos com o conteúdo trabalhado anteriormente e chegue às suas próprias conclusões, sendo o(a) professor(a) um(a) mediador(a) nesse processo.

Dessa forma, executa-se uma aprendizagem com significado social, uma vez que se

promove a autonomia do sujeito aprendente, já que o(a) aluno(a) também participa da produção do conhecimento histórico. Para esta pesquisa em si, além de tentar problematizar a questão da construção histórica da violência contra as mulheres, pretende-se incentivar os(as) estudantes a analisarem como funciona o ofício dos historiadores, pois, por meio desse trabalho de “detetive”, são capazes de perceber que a história não se cria do nada, mas é construída a partir de vestígios deixados por mulheres e homens no tempo.

Os processos criminais são documentos judiciais resultados de denúncias enviadas à justiça para uma análise inicial das acusações. Quando o juiz recebe essa denúncia, abre-se um processo, e todo o trâmite que ocorre é registrado nesse documento, como o motivo da abertura do processo, o julgamento, a fala do(a) depoente, a fala do(a) acusado(a), da testemunha etc. A apresentação desses processos aos(as) alunos(as) incentiva-os(as) a inferirem sobre as rupturas e permanências nas formas de agir, sobretudo as normas comportamentais estabelecidas socialmente via discursos utilizados pelos representantes da justiça e depoentes das classes populares presentes nos processos. Ademais, os testemunhos transcritos nos processos também são muito importantes para o presente trabalho, haja vista que são os únicos que permitem o acesso, ainda que indireto, às falas dos populares, pois o interesse deste estudo também é confrontar diferentes percepções acerca da honra e de outros valores. Sobre a utilização de fontes históricas em sala de aula:

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como funcionamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 116)

Sendo assim, é viável analisar o uso das fontes históricas em sala de aula como algo imprescindível a uma disciplina que tem como base a construção do conhecimento histórico com vistas à conexão entre passado e presente e a promoção de habilidades e competências, e não somente a exposição de conteúdos que serão assimilados pelos(as) alunos(as), como se fossem uma tábula rasa, a decorar datas e fatos. De outro modo, Antoine Prost (2008) lembra a nós, historiadores(as), que a importância da História como disciplina depende da capacidade

de extrapolar os interesses dos(as) profissionais da área, de modo que não se limite a ser um mero exercício de erudição, visando distinção. deve ser mais por motivar a construção de conhecimentos que contribuam no entendimento da sociedade em que vivemos, permitindo a orientação diante do mundo contemporâneo (PROST, 2008, p. 15). Nesse sentido, a disciplina se torna indispensável, pois busca estimular o pensamento crítico sobre os problemas do tempo presente, investigando temas que interessam à sociedade com o objetivo de superar os desafios postos e auxiliar a percepção dos(as) estudantes sobre a relevância do ensino de História no seu cotidiano.

Partindo da sequência didática a ser elaborada nesta pesquisa com o uso do material didático produzido, a utilização dessas fontes nas aulas fará com que os(as) estudantes mobilizem os conhecimentos históricos que já trazem sobre o conteúdo a ser abordado e relacionem ao período em que as fontes foram produzidas, percebendo rupturas e permanências e se reconhecendo como sujeitos históricos, ou seja:

Há de se considerar também que existe a possibilidade de, no processo de construção da noção de documento, proporcionar aos educandos a experiência deles próprios estarem imersos em uma historicidade, ou seja, que eles percebam que também fazem parte da história e que se constituem como sujeitos e agentes históricos. (OLIVEIRA; FONSECA; ALMEIDA, 2012, p. 30)

A aprendizagem significativa será viabilizada na medida em que o(a) estudante conseguir entender que ele(a) também é sujeito da história, apropriando-se do que está disposto no espaço escolar, de maneira a construir seu próprio entendimento sobre a realidade vivenciada e a refletir criticamente sobre a complexidade e as tensões que marcam as relações entre o feminino e o masculino. Logo, o(a) professor(a) deve desempenhar o papel de mediador(a) nesse processo, pois “assim como o documento reflete as opções feitas pelos historiadores, a sua utilização em sala de aula, pelo(a) professor, reflete a intencionalidade e o caráter não neutro de sua ação pedagógica”. (OLIVEIRA; FONSECA; ALMEIDA, 2012, p. 30). Para isso, a escolha dos documentos deve ser criteriosa, a fim de alcançar os objetivos planejados para a aula, pensando em quais reflexões serão mobilizadas e quais competências devem ser desenvolvidas conjuntamente com os(as) alunos(as).

Pensando nisso, pretende-se elaborar um jornal com diversos documentos a serem

analisados pelos(as) estudantes em sala de aula, especialmente notícias baseadas nos fragmentos dos processos de crimes de violência contra as mulheres na Primeira República, além de outras fontes a serem confrontadas, como documentos da mesma época. Objetiva-se coletar fragmentos retirados dos processos, por exemplo, falas das vítimas e testemunhas que permitam conhecer suas experiências cotidianas, assim como os princípios e valores que pautaram suas ações.

Ademais, espera-se utilizar os depoimentos dos homens, a fim de que eles auxiliem na compreensão da lógica do agressor, sobretudo seus princípios e valores. Os depoimentos dos populares (mulheres e homens) é uma outra opção, pois tanto podem trazer elementos estranhos ao discurso oficial e erudito, quanto pontos que se alinham com esses discursos. Para contrapor esses fragmentos, planeja-se manipular discursos médicos e juristas, propagandas de jornais e revistas do mesmo período, entre outros que auxiliem os(as) discentes a construir hipóteses acerca dos princípios e dos valores que orientam determinados comportamentos sociais, induzindo a uma reflexão sobre como a cultura machista, misógina e patriarcal reforça e naturaliza diferentes formas de violência contra as mulheres.

A fim de realizar esse trabalho, a presente dissertação será organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, pretende-se tratar da formação da História das mulheres como campo, das diferenças metodológicas entre a História escrita e a História ensinada. No segundo capítulo, objetiva-se abordar as especificidades da escola Osires Pontes, a fim de traçar um diagnóstico por meio da análise dos questionários. No capítulo três, intui-se explicar o recorte temporal da Primeira República e abordar a construção histórica e social da diferenciação entre o feminino e masculino. No quarto capítulo, por fim, busca-se apresentar e analisar todos os elementos que devem compor o material didático, sobretudo os que se referem ao contexto abordado e às fontes históricas, assim como próprio material didático e as devidas orientações sobre como utilizá-lo.

1 PROBLEMAS E DESAFIOS DA HISTÓRIA DAS MULHERES

1.1 Pesquisar História das mulheres

A criação do objeto temático “História das Mulheres” emergiu como uma busca pela inserção das mulheres na escrita da História, posto que, como sujeitos históricos, até a década de 1950, elas estiveram completamente subsumidas a um contexto supostamente universal, que considerava apenas as ações do homem, como se esse fosse o protótipo “universal”⁴. Mais que isso, o homem branco e europeu, como se toda diversidade de sujeitos históricos fosse contemplada por esse modelo de agente. Convém lembrar a própria definição de História dada por Marc Bloch (2001, p. 55): “Ciência dos homens, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo”. Contestar a validade dessa premissa com a exclusão do termo “mulheres” daquela sentença significava propor uma profunda revisão na teoria do conhecimento histórico, na medida em que essa história escrita pelos homens e sobre os homens – confundidos com um pretenso sujeito universal – não havia considerado até então as especificidades das experiências e cultura femininas.

É plausível pensar também nesse silenciamento como forma de manutenção do poder masculino, já que as mulheres enfrentaram resistência para conseguir que a História das Mulheres fosse reconhecida como campo específico de conhecimento, em que as mulheres acadêmicas – algumas assumidamente integrantes do movimento feminista – passavam a ocupar uma posição protagonista. O silenciamento do feminino e sobre o feminino foi reforçado pelo poder dos homens no campo acadêmico, pois se argumentava que discutir a ação das mulheres na História não mudaria em nada o conhecimento que até então havia se acumulado sobre o passado, o que implicava dizer que suas ações seriam irrelevantes. Segundo Joan Scott (2011, p. 83):

Ao defender novos cursos sobre as mulheres, diante de um comitê curricular universitário em 1975, argumentei como exemplo que a história das mulheres era uma área recente de pesquisa, assim como os estudos da região ou as relações internacionais. Em parte, esse foi um artifício tático (uma jogada política) que tentava, em um contexto específico, separar os estudos das mulheres daqueles intimamente associados ao movimento feminista.

⁴ Termo utilizado por Joan Scott (2011) no artigo “História das mulheres”.

Por ter sido influenciada pelo movimento feminista, a História das Mulheres trazia a marca de ser uma história assumidamente engajada nos debates políticos, logo, sem a devida neutralidade científica almejada por alguns profissionais da área, o que implicou a desqualificação dos(as) profissionais que se interessavam pela temática. Progressivamente, os(as) historiadores(as) que se debruçaram sobre esse campo foram criando estratégias para desconstruir a ideia de que teriam a qualidade de seu trabalho comprometida pela “ideologia”, colocando em debate a suposta neutralidade do sujeito responsável pela constituição do objeto de conhecimento. De todo modo, esses(as) pesquisadores(as) encontraram dificuldades não só na inserção no campo acadêmico, mas também no reconhecimento da relevância dessa “outra” história a ser ensinada, e isso ainda hoje representa uma demanda que não foi amplamente atendida.

A neutralidade é um discurso de poder baseado na manutenção das estruturas vigentes. A história oficial durante muito tempo foi a dos homens brancos de elite, escrita por eles mesmos; dessa forma, a neutralidade não era questionada. A validade da história sendo escrita por membros do grupo ao qual está sendo estudado só é questionada quando se trata das minorias ou grupos excluídos, tais como negros, gays, mulheres, trabalhadores pobres e militantes de movimentos sociais.

Antoine Prost (2008), tratando de questões referentes ao ofício do historiador, aborda a ingenuidade de quem acredita na objetividade e na neutralidade histórica, já que quem produz o fato histórico é o historiador, a partir de seu olhar sobre as fontes. Prost (2008) afirma ainda que o conhecimento íntimo do objeto que será estudado é um verdadeiro trunfo para quem o está investigando, pois, quando partimos do interior do grupo, que é o foco de análise, inevitavelmente sugerimos hipóteses e direcionamo-nos a documentos e fatos que talvez passariam despercebidos para um observador externo. Ademais, Prost (2008, p. 93) reflete que:

em vez de objetividade, seria preferível falar de imparcialidade e de verdade, as quais só podem ser conquistadas ao termo do intenso labor desenvolvido pelo historiador. Eles encontram-se, não no começo, mas no termo de seu trabalho; tal constatação fortalece a importância das regras do método.

Partindo desse pressuposto, é viável identificar a impossibilidade da neutralidade na produção do conhecimento histórico, já que esse(a) historiador(a) profissional também está

situado(a) em um tempo/espaço específico, além de vinculado(a) a instituições com interesses próprios, o que também pode interferir nas suas análises, haja vista que, “mesmo que pretenda voltar-lhe as costas e atribuir à história uma função de puro conhecimento desinteressado, ele não consegue se abstrair de seu tempo. Todas as questões são formuladas a partir de um determinado lugar.” (PROST, 2008, p. 84).

A partir disso, Prost (2008) defende que não há problema em pertencer ao grupo que está investigando. É importante, antes, que se tenha compromisso com o método histórico, baseando-se no trato cuidadoso com os documentos, de modo a ter em mente que não existem questões sem esses materiais, porque a fonte é o ponto de partida do(a) historiador(a), ao mostrar quem produziu determinado documento e com quais intenções, e isso permite a compreensão de que “a história só é possível respaldada em fatos.” (PROST, 2008, p. 56).

De modo específico, o interesse dos(as) historiadores(as) brasileiros(as) pela História das Mulheres iniciou-se nos anos 1980, porém, desde a década de 1960, pesquisadores(as) de outras partes do mundo, já sob influência das reivindicações do movimento feminista, vinham direcionando atenção para essa temática. Defender a importância das mulheres na história implicou a investigação de reflexões e novos olhares sobre os fatos históricos, trazendo para o primeiro plano sujeitos que não apareciam nas narrativas tradicionais. Segundo Joana Maria Pedro (2005, p. 80):

o que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos, podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada.

Conforme o trecho anterior, o movimento feminista reivindicava a igualdade na diferença, uma vez que as mulheres não se sentiam contempladas pelo sujeito universal, a esconder as mulheres na própria linguagem, pois, em meio a várias mulheres, basta um homem para o grupo ser tratado pelo artigo masculino. As mulheres enfrentavam problemas próprios do seu gênero, tinham trajetórias diferenciadas e buscavam visibilidade na vida

pública. Em algumas partes do mundo, ainda reivindicavam o direito de votar e decidir sobre o bem comum, como também reclamavam seu espaço no mercado de trabalho e nas universidades. Com o feminismo de segunda onda⁵, as mulheres buscaram direito ao prazer, ao domínio do próprio corpo, além de lutarem contra o poder masculino. A segunda onda teve seu início em meados dos anos 50, com o fortalecimento nas décadas de 60 e 70, estendendo-se até meados dos anos 90 do século XX. Esse período se caracterizou pela consolidação de estudos focados na condição da mulher e a opressão, além da distinção entre sexo e gênero. Pautadas pelas discussões da segunda onda, as feministas lutaram pelos direitos reprodutivos e pela liberdade sexual.

No Brasil, sobretudo no campo da História Social, muito já tem se discutido sobre as experiências de mulheres trabalhadoras e marginalizadas, abordagem mais afinada com a proposta a que se pretende realizar neste trabalho. Entre esses estudos, destaca-se aqueles que estabeleceram como marco temporal as primeiras décadas do século XX, período conhecido como Primeira República. Margareth Rago (1985), Maria Clementina e Martha Abreu figuram como referências imprescindíveis nos estudos com esse recorte.

No livro *Do cabaré ao lar* (1985), Margareth Rago analisa o movimento anarquista e a resistência à submissão aos valores burgueses a partir da atuação dos libertários e sua influência na formação do proletariado. As principais fontes utilizadas pela autora foram os jornais onde resgatou manifestações de resistência cotidiana noticiadas pela imprensa anarquista noticiava. O diferencial nessa obra é que Rago (1985) produz uma história da classe operária percebida como fruto de ações, práticas e representações de mulheres e homens em suas relações sociais/culturais, destacando a importância da presença feminina na nascente classe operária brasileira, assim como os questionamentos que o discurso das mulheres que pertenciam ao movimento anarquista suscitou, ao se contrapor às hierarquias entre os gêneros e ao afirmar o direito feminino de trabalhar fora do lar.

É importante ressaltar, conforme Rago (1985), que há momentos em que o discurso dos homens anarquistas se une ao discurso da burguesia, sobretudo quando pautam a ideia de que o lugar da mulher é no lar. Logo, nos embates sobre questões de gênero, é possível detectar um alinhamento de argumentos, a fim de fortalecer o poder masculino, do

⁵ Para entender mais sobre o feminismo de segunda onda e seus impactos no Brasil, ler o texto de Joana Maria Pedro (2016) intitulado “O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho”.

cerceamento da liberdade feminina e a delimitação excludente dos espaços sociais ocupados pelos homens e pelas mulheres na sociedade.

Por trabalhar com as ações e práticas da classe trabalhadora, a autora utiliza os conceitos de classe e experiência de Edward P. Thompson como referências teóricas, compartilhando a ideia da atuação dos operários, no seu processo de constituição como classe, ao lutarem contra imposições da classe dominante e reivindicarem suas próprias formas de ser e agir. Para ele, diferentemente do que propunha uma determinada vertente do marxismo estruturalista, a classe não se forma somente em função de uma infraestrutura econômica, com a união de operários nas fábricas, e sim a partir da experiência de homens e mulheres, cujas experiências são compartilhadas. Desse modo, é possível reconhecer um coletivo cujos interesses são antagônicos a outro grupo: a burguesia/os patrões.

Outra referência utilizada foi a obra de Michel Foucault, especialmente os textos que discutem o conceito de poder como uma rede de relações que se exerce em todas as esferas da vida social, influenciando nas individualidades, doutrinando os gestos e incentivando cada vez mais a produção e a rentabilidade do trabalho. As considerações de Foucault possibilitam uma análise das microestruturas da sociedade, de maneira a permitir a entrada dentro da História Operária e novos temas, como cotidiano, sexualidade, doença e loucura. Na obra de Margareth Rago especificamente, a abordagem foucaultiana auxilia no entendimento do funcionamento da fábrica e na normatização do comportamento feminino e infantil.

Maria Clementina Pereira da Cunha publicou, em 1986, o livro *Espelho do mundo*, com o objetivo de traçar as relações que definiram o perfil do hospício, relacionando-o principalmente à problemática urbana, como também de perceber suas formas concretas e cotidianas de organização como instrumento de disciplinarização, de modo a resgatar essas informações principalmente nos prontuários dos internados. Diante da proposta de tentar perceber esse espaço como lugar de disciplina e de isolamento dos sujeitos com comportamento desviante, a autora utiliza também como uma de suas bases teóricas a obra de Foucault, uma vez que ele assinalou a importância de voltar o olhar para o interior das práticas asilares e resgatar seus arquivos, com o fim de buscar evidenciar as relações concretas que a circunstância asilar cria dentro de si e em relação ao mundo exterior. Nessas instituições, o saber muda sua direção, a fala generalizante da ciência é perdida à medida que se trabalha em casos individuais e situações específicas, com desdobramentos e contradições

próprias.

A obra de E. P. Thompson também é citada como uma referência importante para os(as) historiadores(as) sociais que procuravam substituir categorias que tratam oprimidos(as) e explorados(as) como abstrações ou entidades teóricas por abordagens que priorizassem a experiência de sujeitos, evidenciando como suas ações impulsionam o devir histórico. Ao aplicar a abordagem thompsoniana, a análise dos arquivos do hospício, os(as) explorados(as) e oprimidos(as) adquiriram nomes, rostos, histórias de vida, e suas vozes aparecem recuperadas em textos, cartas e desenhos que trazem à tona processos pessoais e intransferíveis.

Dito isso, o livro de Cunha (1986) se torna um relevante aporte para a presente pesquisa, pois, ao perseguir os vestígios da população asilada, a autora identifica que, ao contrário dos homens, as mulheres eram quase sempre internadas no Juquery por distúrbios relativos a não aceitação ou ao não enquadramento aos papéis sexuais e sociais que lhe eram atribuídos na esfera privada. As regras comportamentais estiveram historicamente submetidas a um amplo processo de elaboração da imagem feminina ideal apenas relacionada ao âmbito do corpo e da família, com vistas a legitimar que uma mulher só teria de ser boa mãe, boa filha, boa esposa e estar sempre servindo, no lar. Por conta de um lugar social limitado e duramente normatizado (o espaço doméstico), havia para as mulheres menos ocasiões e oportunidades de transgressão. À luz dessas considerações, percebe-se claramente a relação existente entre o que era considerado distúrbio psíquico feminino e a rigidez dessas regras de comportamento socialmente impostas.

Por sua vez, em 1989, Martha Abreu publicou *Meninas Perdidas*, cujo objetivo era analisar processos criminais de defloramento, estupro e atentados ao pudor a partir do questionamento: como o aparelho jurídico, na primeira década do século XX, executava seu poder no combate à corrupção dos costumes e criminalidade sexual? O Estado considerava que esses costumes desviantes prejudicavam a cidade do Rio de Janeiro, pois, nesse momento, buscava-se impor aos(as) cidadãos(ãs) valores associados à modernização e à industrialização. Além disso, por meio da punição aos crimes sexuais, buscava-se ampliar o controle sobre o(a) trabalhador(a) pelo viés moral.

Martha Abreu (1989) analisou os discursos e pareceres dos promotores, advogados e juízes, presentes nos processos com a intenção de estabelecer padrões sociais de

comportamento e valores aceitos e difundidos na definição do perfil dos(as) culpados(as) e inocentes, buscando evidenciar a organização de uma rede de controle sexual sobre as mulheres trabalhadoras, sobretudo a relevância que o controle moral assume sobre a disciplinarização das camadas populares. A partir da punição – que acabava por discriminar e marginalizar os comportamentos e valores compartilhados pelas classes populares, assim como intervir sobre suas relações amorosas –, estabelecia-se e se difundia um determinado tipo de norma sexual e honra feminina almejada. A questão não era simplesmente combater a imoralidade, mas fazer com que as famílias produzissem cidadãos(as) ordeiros(as) e trabalhadores(as) que mantivessem práticas sociais normatizadas.

Como as demais aqui citadas, a obra foi influenciada por Foucault, sobretudo o seu entendimento de que os médicos, pedagogos e, mais tarde, os psiquiatras, buscaram higienizar as relações familiares e normatizar as condutas e as práticas sexuais, tendo como alvos principais a mulher e a criança. Abreu (1989) fundamenta-se também em Carlo Ginzburg e o conceito de circularidade cultural para explicar a relação entre a cultura oficial e erudita e a cultura popular, destacando que a mulheres ofendida tinha de provar sua honestidade atentando para os critérios estabelecidos pelos grupos dominantes, representando a si própria como mulher honrada e virtuosa, mesmo quando não possuía determinados atributos, como a exigência da virgindade física. Embora a virgindade e o casamento fossem valores presentes também entre os populares, estes atribuíam-lhes outros significados pautados em suas próprias experiências, não sendo vividas apenas em função das influências externas, às quais não ignoravam, mas que não eram passivamente recebidas.

Considerando as diferentes formas de pensar das camadas populares e dos juristas envolvidos nos processos, percebe-se que as suas concepções em relação a certos valores divergiam. A partir de Sidney Mintz e Richard Price, Abreu (1989) entende o conceito de cultura como um corpo de crenças e valores, de modo a formar uma espécie de guia de comportamento para um determinado grupo ou classe social. Esse corpo é, constantemente, recriado por conta do processo de mudança, interação social e adaptação a novas situações sociais, já que, como agentes de sua própria história, a classe popular na cidade do Rio de Janeiro no período estudado criava e recriava uma cultura diferente dos padrões vigentes, resultado de suas escolhas diante do que considerava importante ou do que lhe era possibilitado.

Também em 1989, na obra *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana*, Rachel Soihet analisa a criminalidade feminina no início da Primeira República, 1890 a 1920, no Rio de Janeiro, tendo como foco as mulheres pobres. A referida pesquisa objetiva contribuir para desmistificar a imagem feminina de ociosidade, dependência, frivolidade e passividade, difundida a partir de uma postura que se pauta no modelo de mulher da classe dominante e depois estendida a todas as classes. Com fundamento em processos criminais, relatórios de polícia, jornais e obras literárias da época e algumas teses de medicina, entre outros escritos, Soihet (1989) investiga as tentativas de controle social elaboradas pelo aparelho jurídico e policial sobre as mulheres, tentando ajustá-las aos interesses da nova ordem que se instalava.

A autora ressalta que a questão preponderante em cada julgamento é a defesa de um sistema de normas visto como universal e absoluto. Esses julgamentos almejam a reafirmação de modelos de conduta dominantes, e os envolvidos serão julgados tanto pelo ato criminoso, quanto pela não adequação de seu comportamento às regras de comportamento consideradas legítimas. Rachel Soihet (1989) conclui que, na primeira década do século XX, houve uma acentuada preocupação com as contravenções, ressaltando que a cidade foi vasculhada em busca de vadios, ébrios, prostitutas, mendigos, ou seja, pessoas com comportamento desviante do modelo vigente, comprovando que a polícia atendia aos propósitos da burguesia ascendente com o intuito de afastar as camadas populares dos centros urbanos para usufruto da burguesia. O principal interesse do Estado, pela defesa da família patriarcal, monogâmica e normatizada, era a garantia da docilidade política e do conservadorismo, pois no seio da família seriam reproduzidas ideologias que são repassadas aos filhos, como o de bom trabalhador, ordeiro, pontual disciplinado, a servir aos interesses econômicos da classe dominante.

O contato com as autoras aqui mencionadas me fez avaliar a potencialidade de diferentes tipos documentais – jornais, fichas médicas e processos criminais –, mas sobretudo os relativos aos crimes, com maior potencial para os objetivos que se tem para a produção de um material didático. Com a investigação desses processos criminais, pretende-se perceber as formas de viver e agir das camadas populares, distinguindo quais os valores culturais e sociais em um dado período são fundamentais para a construção da problemática desta pesquisa, com o objetivo de, com esse mesmo tipo de fonte histórica, promover aprendizagem sobre a

violência contra as mulheres como uma construção histórica.

Essas abordagens são relevantes, uma vez que enfatizam a perspectiva da História vista de baixo, considerando as relações e conflitos estabelecidos com os “de cima”, de maneira a constatar que a sociedade impõe uma série de padrões forjados para serem obedecidos pelas mulheres, mas suas trajetórias não se resumem à submissão. A partir dessas obras, infere-se que nem sempre isso ocorria, porque as mulheres trabalhadoras, maioria em nossa sociedade, criavam e criam seus próprios princípios morais e comportamentais com base na realidade que vivenciam, resultando em diversas formas de pensar e agir que devem ser legitimadas e respeitadas.

Considerando a construção da História das Mulheres como campo de conhecimento, faz-se necessário citar a coletânea *História das Mulheres no Brasil* (1997), organizada por Mary Del Priore, haja vista que evidencia a consolidação desse campo no país, ao descrever diferentes abordagens sobre diferentes temas, tais como mulheres indígenas, sexualidade, corpo, mulheres trabalhadoras e intelectuais. Esse trabalho se mostra de muita importância pela tentativa de popularizar o tema utilizando uma linguagem acessível e se colocar como uma obra que tem como público-alvo acadêmicos e pessoas que se interessam por História de uma maneira geral. Em 2012, Carla Bessanezi Pinsky e Joana Maria Pedro organizaram o livro *Nova História das mulheres no Brasil*, dando continuidade à proposta de mostrar as múltiplas visões e incentivar a produção e divulgação da temática.

A relevante contribuição desses dois livros é direcionar essa temática para o grande público:

Destina-se a homens e mulheres que acreditam que compreender as relações sociais por meio da história contribui para melhorar o entendimento entre as pessoas. É claro que estudantes, professores e pesquisadores se beneficiam de uma obra abrangente e atualizada sobre o assunto. Mas também é certo que os responsáveis por políticas públicas encontram aqui material para ajudar a executá-las. Ativistas militantes de movimentos sociais, feministas e ONGs podem com este livro alicerçar melhor suas demandas. Jornalistas e profissionais das áreas do direito, saúde e educação ganham subsídios para desenvolver com mais qualidade o seu trabalho. (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 10)

Percebe-se que o livro possui um compromisso social, uma vez que as próprias organizadoras reforçam acreditar na formação e no fortalecimento das lutas pelas mulheres por meio do conhecimento das suas ações no tempo e suas resistências, com vistas a motivar

outras mulheres a também refletirem sobre suas próprias ações e as estratégias de opressão lhe são impostas, mostrando que esses sujeitos modificaram a sociedade em outros tempos históricos e podem modificar sua trajetória atual, sendo protagonistas de mudanças sociais na contemporaneidade no que se refere à função social da história:

A força e a importância social da história devem-se ao fato de que ela se apoia em verdades comprovadas e detêm um saber a respeito da sociedade sobre si mesma. Essa posição já se encontra ameaçada não só pelo abandono de assuntos relevantes por parte de coletividade que remunera os historiadores, mas também pela atitude destes ao limitarem seu estudo ao que suscita interesse dentro da corporação; se, além disso, os historiadores perderam a esperança de descobrir a verdade, como poderão justificar o ensino obrigatório de sua disciplina? (PROST, 2008, p. 256)

Com isso, Prost (2008) ressalta a importância de o profissional de História produzir para além de seus pares, ao dar um retorno à sociedade por meio do trabalho com questões de relevância social. Dessa forma, justifica-se a própria obrigatoriedade da disciplina, que deve estar vinculada a uma formação cidadã pautada na participação ativa na sociedade, fortalecendo os ideais de respeito, igualdade e tolerância.

Faz-se necessário também destacar algumas obras que se referem às violências sofridas pelas mulheres da região Nordeste do país. A historiadora Idalina Maria Almeida de Freitas, com a dissertação *Crimes passionais em Fortaleza: o cotidiano construído nos processos crimes nas primeiras décadas do século XX*, defendida em 2007, reconstrói e analisa as histórias de trabalhadores pobres envolvidos em crimes passionais, permitindo trazer questões de gênero para o centro do debate. Analisando processos criminais, em confronto com a forma como os casos foram noticiados nos jornais, Idalina Freitas (2007) buscou perceber mudanças e contradições entre esses processos e os discursos jornalísticos, ao escolher como pano de fundo uma cidade que estava em transformação. Ela investigou discursos dos juristas e comportamentos julgados corretos e necessários para a época, salientando as várias divergências entre o comportamento esperado pelo discurso dominante e o comportamento das classes populares.

Segundo Idalina Freitas (2007), ao analisar a violência em Fortaleza, percebe-se que, nos crimes passionais, a construção dos processos ocorria a partir das noções de violência historicamente construídas, além dos diferentes olhares sobre as posturas masculinas e femininas dentro da sociedade. A autora ressalta como os discursos médicos e judiciais se

alinjavam em afirmar e fortalecer formas de obediência nas condutas, nas relações de gênero e na formação familiar, tendo como alvo a construção da família brasileira com vistas a instauração da saúde física e psicológica que garantisse filhos saudáveis e ordeiros, com pais produtivos. Nesse sentido, havia a necessidade de se criar um modelo imaginário de mulher voltado à intimidade do lar e encarregado com o cuidado especial com a infância, embora muitas mulheres agissem na contramão do discurso moralizante.

Inocência da Silva Galvão Neta, em sua tese de doutorado *Moças honradas, senhoras virtuosas e mulheres airadas*: registro de violência nas relações de gênero na imprensa e nos documentos judiciais no Recife nas décadas de 1920 e 1930, defendida em 2013, investiga as violências nas relações de gênero em Recife, no início do século XX, especificamente os anos 20 a 40, utilizando fontes da imprensa e fontes jurídicas, processos criminais, para analisar os registros dos abusos cometidos contra as mulheres. A autora entende a violência contra as mulheres como um fenômeno que era tratado como trivial na vida privada e apenas interessava às pessoas envolvidas. A mesma sociedade que naquele momento tentava impor modelos de vidas burguesas defrontava-se com a discrepância das desordens sociais causadas pelos conflitos conjugais, muitas vezes resultando em morte.

Partindo dessas questões, Galvão Neta (2013) intenta compreender como esses sujeitos entendiam o que era o “ser mulher”, e, de que certa maneira, a modernidade, os valores cristãos e a normatização empregada pelas práticas higienistas estavam presentes na construção das suas narrativas. A justiça, a igreja e o estado foram instituições fortemente presentes nas análises com o intuito de mostrar como essas esferas criavam e trabalhavam para a manutenção dos discursos opressores das formas de viver da classe popular em especial, do comportamento familiar e feminino.

Em suma, Galvão Neta (2013) busca entender de que modo esses discursos contribuem com a “naturalização” da violência contra as mulheres e perceber se tais ideias estão presentes nas “falas” das testemunhas, réus e das próprias mulheres. Analisa também outro comportamento presente no mundo feminino: o suicídio, cujas causas estariam frequentemente ligadas às relações de gênero e à violência doméstica. A justificativa de realizar a pesquisa, segundo a autora, era frequência com que esse tipo de notícia aparecia nos jornais recifenses.

Kalline Flávia Lira e Ana Maria de Barros publicaram, no ano de 2015, um artigo

intitulado “Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco”, em que refletem sobre em que medida as especificidades do contexto sociocultural do sertão contribuem para a compreensão dos números da violência contra as mulheres. O elemento motivador da elaboração da pesquisa é um dado que merece destaque: nas pesquisas realizadas sobre a violência contra a mulher nos municípios de Pernambuco, entre 2011 e 2013, o Sertão do Araripe foi a única região do estado que não conseguiu diminuir efetivamente os números da violência contra as mulheres.

Partindo dessa constatação, as autoras avaliam a violência contra as mulheres por meio dos dados estatísticos, como alfabetização, inserção das mulheres no mercado de trabalho e assassinatos de mulheres, extraídos de várias pesquisas realizadas no Brasil, como também coletados em três equipamentos da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região que atendem às mulheres no Sertão do Araripe: o Hospital Regional Fernando Bezerra (HRFB); o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Regional; e a Delegacia de Polícia Civil. Confrontando os dados coletados com entrevistas realizadas com mulheres violentadas nesses três locais já citados, utilizaram-se do conceito de gênero e o de patriarcado, segundo as autoras, fundamentais para compreender as questões de violência praticadas contra as mulheres no Brasil, e mais especificamente no Sertão de Pernambuco, uma vez que, embora exista violência no campo e na cidade, a construção do “ser mulher” no sertão nordestino é diferente dos grandes centros urbanos e, por isso, opressões diferentes são vivenciadas por cada grupo.

Isso, porque o Brasil é um país agroexportador onde existe muita concentração de terra. Isso quer dizer que, mesmo existindo grande número de pessoas trabalhando no campo, essas vivências também são diferenciadas em virtude de as formas de viver nesse espaço serem pautadas pela posse ou não da terra. As mulheres que vivem no campo e são proprietárias enfrentam uma realidade diferente das camponesas, e as formas de acesso e de exploração da terra correspondem a diferentes modos de trabalho e dominação. Na categoria dos camponeses, em sua maioria, o maior número de mulheres tem menor acesso à saúde e à educação, e sua preocupação é voltada para produzir a sobrevivência, como evidencia Fernandes (1985, p. 35): “O mundo do trabalho não se separa da família. A família é, ao mesmo tempo, unidade de produção econômica e unidade social; e a comunidade é um prolongamento da família. Nesse mundo, as relações de trabalho e as relações familiares se

interpenetram e se completam.”.

O compartilhamento dos espaços de trabalho e doméstico, na maioria das vezes, faz com que as mulheres campesinas sejam mais vigiadas e controladas pelos maridos e pela própria sociedade, já que vivenciam de maneira mais intensa os laços na comunidade. As trabalhadoras urbanas, por sua vez, buscando seus meios de vida a partir de salários, vivenciam a divisão do espaço produtivo, do espaço domiciliar e das relações familiares, cujo mundo do trabalho ocupa maior parte do seu dia. Isso não quer dizer que elas estejam livres da opressão e das diferentes faces da violência, que, inclusive, também se expressam no ambiente do trabalho, porém experenciam mais espaços de autonomia. Nesse sentido, a fusão ou separação entre a família e o trabalho resulta em diferentes dimensões de exploração, liberdade ou repressão.

Escrever uma História das Mulheres levando em conta as diferenças regionais é considerar a relevância da interseccionalidade, que já foi falada, em que mulheres que vivem no Norte e Nordeste vivenciam problemas diferentes do eixo Sul e Sudeste do país. A História produzida no eixo Sul e Sudeste, muitas vezes, não considera essas nuances, pois quem está no centro do poder tende a achar que tudo que acontece no centro é simplesmente reproduzido pelas regiões periféricas. Visão infundada, porque são vivências distintas em espaços diversos e diferentes práticas culturais de reprodução de valores.

1.2 Ensinar História das mulheres

No trabalho dos profissionais de História, existe uma bifurcação que deve ser explorada com bastante cuidado: os caminhos da história escrita e da história ensinada. Na sala de aula, não se realiza apenas uma simplificação de tudo que foi produzido na academia, com uma linguagem que os(as) estudantes da educação básica possam entender. Ao invés disso, a sala de aula de História também é um lugar de produção de conhecimento. Sobre essa elaboração em uma perspectiva escolar, Margarida Oliveira (2010, p. 11) afirma:

Produzir conhecimento histórico na dimensão do ensino escolar é construir coletivamente conhecimentos históricos (que serão novos apenas para os alunos) a partir do conjunto de saberes aceitos pela tradição historiográfica. É preciso ter em mente que a forma de construção do conhecimento histórico na pesquisa serve como referência na produção do conhecimento histórico escolar. Suas

particularidades justificam sua necessidade como saber específico, que dialoga com um código disciplinar construído pela tradição escolar.

A disciplina de História necessita do diálogo com a produção historiográfica, porém, o principal objetivo é fazer pensar historicamente, educar para autonomia e instrumentalizar os(as) estudantes para o “pensar por si próprios”. Não existe uma hierarquia entre o saber acadêmico e o saber escolar; eles são apenas produções de conhecimento em espaços diferenciados. Pensar a escola como *locus* de produção de conhecimento é fundamental para a elaboração de novas estratégias para um ensino no qual os(as) estudantes consigam, de fato, ser protagonistas nesse processo.

Ao analisar o passado, ponderando as demandas do presente, aproxima-se a disciplina de História ao contexto do(a) aluno(a) e das problemáticas enfrentadas em seu cotidiano. Portanto, o saber histórico em sala de aula tende a se configurar como campo de conflitos, porque hoje a sua função é estimular a criticidade comprometida com a mudança social. Logo, ao abordar essa temática em sala de aula, os(as) professores(as) se colocam em consonância com o projeto de formação de uma sociedade mais justa e menos desigual, pautada nos valores de igualdade, respeito, solidariedade e paz. Como afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 496):

Apesar da existência de normativas que determinam o caráter legal dessa educação, expressas em documentos nacionais e internacionais dos quais o País é signatário, é imprescindível, para sua efetivação, a adoção de Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, contribuindo para a promoção de uma educação voltada para a democracia e a cidadania. Uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexism, homofobia, e outras formas de discriminação correlatas e que promova cultura de paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência.

Analizando o trecho acima, é perceptível que a discussão de gênero colabora diretamente para o combate do sexism, da homofobia, do machismo, do patriarcalismo e de toda e qualquer postura de intolerância e desrespeito, o que possibilita mudanças nas formas de viver e agir em sociedade, contribuindo para a diminuição das desigualdades e preconceito de gênero. O art. 5º, caput e inciso I da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, *on-line*) determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Um dos princípios básicos que regem a Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da educação Nacional é a promoção da igualdade. Entretanto, a igualdade entre homens e mulheres ainda é negligenciada em muitos aspectos na sociedade brasileira, historicamente forjada pelas ideias patriarcais, que pressupõem a submissão das mulheres de forma naturalizada. Nesse sentido, a proposta de uma educação para as relações de gênero almeja combater as tentativas de inferiorizar e violentar o outro, respaldando-se no preconceito e na discriminação de gênero.

Quando as identidades estão engessadas em modelos pré-definidos e considerados naturais, nossa capacidade de escolher e transformar a realidade se reduz, contudo, quando acessamos informações que nos permitem perceber que a identidade de gênero é uma construção social e cultural, podemos transformar essa realidade, indagando o que foi historicamente determinado, como padrões de beleza inalcançáveis, submissão feminina, posturas machistas e violentas, intolerância e desrespeito com homossexuais e transexuais.

Como afirmam Daniel Cerqueira e Danilo de Santa Cruz Coelho (2014, p. 2):

A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro.

Nesse sentido, entende-se que essas posturas estão relacionadas à ideologia patriarcal, cuja história precisa ser abordada em uma perspectiva histórica, exercício fundamental para desnaturalizar essas relações de poder. Apreender a inserção das mulheres na História, como o significado do silenciamento de suas experiências e a luta do movimento feminista, é crucial para que possamos levantar o debate de como as relações de gênero também se configuram como meio dominação que impede a parcela majoritária da população brasileira de exercer plenamente os direitos de cidadania.

Acerca disso, os(as) historiadores(as) nacionais contribuíram para os avanços nos

estudos sobre as mulheres trabalhadoras ao passo que auxiliaram na compreensão das lutas efetuadas pelas mulheres por inserção, reconhecimento, igualdade, além da luta contra a exclusão e a violência. Esses resgates históricos favorecem em duas perspectivas: primeiro, ao denunciar diferentes formas de violência contra as mulheres promovidas verticalmente, por aqueles que detém saber e poder (médicos, advogados, patrões), e os conflitos horizontais, com trabalhadores do movimento operário, parceiros sexuais etc.; e em segundo lugar, ao reafirmar a mulher como um sujeito histórico, com interesses próprios, capaz de resistir, agir e lutar com o objetivo de alcançá-los, no passado, como na luta política atual.

Apesar da relevância desse tema para a formação cidadã, o resultado desses estudos ainda não se refletiu nos livros didáticos e nas salas de aula. Segundo Circe Bittencourt (1997), o livro didático possui múltiplas facetas, mas sobretudo uma forma de comunicação específica que se constitui de forma complexa, pois é, antes de tudo, uma mercadoria e, como tal, obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Além disso, pode reproduzir um sistema de valores da sociedade na qual está inserida, reforçando estereótipos e enfatizando a relevância de alguns grupos em detrimento de outros (BITTENCOURT, 1997).

Isso foi constatado por pesquisadores que se propuseram a analisar os livros didáticos, inclusive na perspectiva de buscar perceber como é retratada a ação das mulheres nesses livros. Concluiu-se que as discussões, na maioria das vezes, “não problematizam a condição de submissão, segregação e violência que a mulher sofreu ao longo da história e que contribuíram significativamente para a construção da identidade do gênero feminino.” (PEREIRA, 2013, p. 44). Outra característica na abordagem dessa temática, em livros didáticos:

Aparece nominalmente em determinadas efemérides, em situações inusitadas, por vezes heroicas, sendo pouco visibilizadas como sujeitos de direitos e restritivamente reconhecidas como parte substancial da compreensão histórica, do conhecimento do passado e da formação para a cidadania. (MISTURA; CAIMI, 2015, p. 229)

Tanto em uma situação como em outra, é evidente que essas abordagens sobre a temática das mulheres se mostram frágeis quanto ao alcance do objetivo de fortalecer as identidades femininas por meio do ensino de História. Quando as mulheres aparecem como

apêndices, em segundo plano ou como protagonistas somente em uma história construída à parte dos homens – e até mesmo quando são mostradas apenas em atos heroicos ou como “grandes personalidades”, como Carlota Joaquina ou Joana D’arc –, é difícil motivar as estudantes a se identificarem com tais figuras ou estabelecerem algum paralelo entre essas experiências do passado e as que vivenciam. Ou seja, essa perspectiva não favorece que trabalhadoras e filhas de trabalhadores – que constituem a maior parte do público atendido nas escolas da rede pública – se percebam como sujeitos da história, como agentes capazes de modificar sua própria realidade.

Letícia Mistura e Flávia Eloísa Caimi, no artigo “O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)”, publicado em 2015, analisam onze coleções no recorte temporal de 1910 a 2010, buscando as representações das mulheres nos livros didáticos, um “repositório e veículo de preciosos vestígios de sua temporalidade” (MISTURA; CAIMI, 2015, p. 230). A partir disso, concluem que as representações das mulheres que são veiculadas nesses livros têm objetivos diferentes em cada momento histórico da educação brasileira, visando o reforço dos espaços onde a sociedade espera que as mulheres ocupem em cada um desses períodos.

Em suas análises, também constatam que “a representação do gênero feminino é parca na maioria dos livros que as mulheres são apresentadas de forma homogênea em várias obras e são ignoradas por completo em muitas outras.” (MISTURA; CAIMI, 2015, p. 243), havendo ainda um “sumiço” de algumas etnias, como a mulher indígena, esquecida nas abordagens a partir do período imperial. Afirmam ainda que é nítido um aumento de discussões sobre as mulheres a partir das últimas três décadas, de 1990 a 2010, porém, figurando nas margens, bordas ou em quadros específicos⁶.

Gisele Garcia Lopes, na sua dissertação de mestrado *A Representação de mulheres nos livros didáticos de História (Programa Nacional do Livro Didático: 2017-2019)*, defendida em 2018, afirma que “às mulheres, mesmo as protagonistas, destinam-se as margens das páginas, os links e os boxes para complementar o conteúdo central.” (LOPES, 2018, p.146). Por conseguinte, essa forma de apresentar a história das mulheres sugere que existe uma

⁶ Muitas vezes, esses apêndices são apenas “somados” ao texto original do livro didático, a fim de atender as novas demandas que são colocadas pelos editais do PNLD. Não há interesse por parte das editoras em reescrever o livro inteiro, por questões financeiras. Além disso, há a questão dos direitos autorais, que devem ser pagos cada vez que os livros são reescritos, dentre outros custos a mais. Em suma, faz parte de uma questão mercadológica.

história principal feita pelos homens e uma que acontece paralelamente à história das mulheres.

A partir disso, infere-se que, embora tenha ocorrido um aumento significativo na inserção das mulheres nos livros didáticos de história, essa forma de trabalho representa uma permanência, uma vez que relega a atuação das mulheres a uma importância secundária. Concordo que, apesar das generalizações e criação de estereótipos, muitas vezes ocasionadas pelas abordagens das mulheres nos livros didáticos, “há um movimento, mesmo que em passos lentos e curtos, sobre inclusão e reconhecimento das mulheres enquanto participantes ativas da História.” (MORTANI, 2015, p. 9). Isso se deve, em grande medida, às solicitações do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Trazer as mulheres à tona em uma perspectiva de gênero é mostrar que esses sujeitos, por meio de suas ações, modificaram a sociedade em outros tempos históricos e podem modificar sua trajetória atual, sendo protagonistas de mudanças sociais na contemporaneidade. Ainda há muito que se fazer para a construção de uma história relacional entre homens e mulheres no livro didático, muito embora seja uma solicitação do PNLD, que, percebendo essa demanda como essencial no combate à desigualdade de gênero, incentiva a valorização das mulheres como sujeito social. A seguir, há um trecho retirado do edital do PNLD de 2018 (BRASIL, 2018), que possibilita a compreensão de algumas diretrizes esperadas em um material didático:

Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as obras didáticas devem contribuir efetivamente para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais. Nessa perspectiva, elas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

1.1.1. **promover positivamente a imagem da mulher**, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;

1.1.2. **abordar a temática de gênero**, visando à construção de uma **sociedade não- sexista**, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia;

1.1.3. proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de **superação de toda forma de violência**, com especial atenção para o compromisso educacional com a **agenda da não-violência contra a mulher**. (BRASIL, 2018, *on-line*, grifo meu)

Analisando o trecho acima, infere-se que existe uma demanda social por se trabalhar a ação das mulheres na História, na tentativa de diminuir as diferenças que fortalecem os

estereótipos resultantes de ações discriminatórias e violentas. O edital do PNLD (BRASIL, 2018) evidencia que, nos últimos anos, o Estado não apenas tem reconhecido que a violência contra a mulher é um problema, como também que deve ser enfrentado por meio da educação, porque o que está em pauta é a aprendizagem de princípios e valores, como o respeito, a valorização da diferença e a desconstrução de estereótipos.

No entanto, vale ressaltar que nem o Estado, nem as editoras operam espontaneamente para discutir essa pauta. Há pressão dos movimentos sociais, e políticas públicas são criadas para atender essa demanda. As editoras, por sua vez, não atualizam os conteúdos e abordagens por motivos que já tratamos anteriormente: o livro didático é uma mercadoria, e há muitos interesses políticos e econômicos envolvidos, desde a falta de consenso com relação à validade da pauta, a pressão de grupos conservadores – fortemente avessos às pautas sociais –, até a dificuldade de promover grandes alterações no conteúdo dos livros, pois demanda grande investimento econômico. Em suma, as editoras só atendem minimamente às orientações propostas nas DCN, por isso há necessidade do Edital do PNLD impor essas exigências na forma de critérios eliminatórios comuns. Por fim, há a resistência dos(as) próprios(as) profissionais, que muitas vezes gostam/preferem trabalhar com livros mais tradicionais; alguns, inclusive, tendem a rejeitar propostas que pareçam demasiado inovadoras.

De acordo com Sônia Regina Miranda e Tania Regina de Luca (2004), a criação do PNLD em 1985 foi um divisor de águas no que tange ao controle de qualidade dos livros didáticos, que, anteriormente, poderiam ser publicados, vendidos e enviados às escolas com perspectivas legitimadoras de estereótipos, a partir de visões homogeneizantes e até mesmo com erros históricos⁷. Com a criação do PNLD, “foram sendo incluídas, no programa, as distintas disciplinas componentes do currículo escolar, esse programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha.” (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 126).

Os critérios de avaliação do PNLD se alteram ano a ano; logo, ter um programa

⁷ Em 1885, é criado o PNLD, mas ainda não é utilizado como avaliação. A grande inovação do PNLD, inicialmente, é que o professor passa a fazer parte da escolha dos livros didáticos. Apenas em 1993 começaram as avaliações dos livros didáticos pelo PNLD. Selecionavam-se os livros mais vendidos e faziam as avaliações, que nortearam os critérios que depois iriam compor os editais. Com isso, conclui-se que a própria avaliação sucumbiu à lógica de mercado, pois foi criada com base no que já tinha sido produzido, isto é, nos livros que já estavam no mercado, e não no que os professores achavam que era importante ter no livro didático. Em 2001, foi publicado o primeiro edital com as referências do que se esperava de um bom livro didático.

regulador desses livros é fundamental, a fim de garantir de que as obras não existam apenas para atender uma demanda mercadológica e gerar lucros, mas que satisfaçam aos critérios exigidos para uma educação de qualidade. Isso, pois, como as editoras estão cientes de que passarão pela avaliação do PNLD, ficam mais atentas aos critérios de exclusão dos livros didáticos, tornando-se mais rigorosas com a seleção de conteúdo, que não pode apresentar, sob pena de exclusão: estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica; regional; étnico-racial; religioso; linguístico; como também de gênero; de orientação sexual; de idade; além da condição de deficiência. Em suma, qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos ou qualquer tipo de doutrinação religiosa que desrespeite o Estado Laico.

É válido citar também a importância dos movimentos sociais, que vêm desempenhando um considerável papel na articulação entre o Estado e a sociedade civil, por meio da luta por direitos e pela representatividade, uma vez que a existência desses confrontamentos visa à construção de um país mais igualitário. Programas como o PNLD e outros documentos curriculares retratam as disputas de memória trazidas pelos movimentos sociais existentes na sociedade brasileira e que influenciam a escola. Um exemplo disso é a inserção do combate à desigualdade de gênero presente nos próprios editais do PNLD assim como a afirmação das Leis 10.639/03 e 11645/08, que determinam a obrigatoriedade do ensino de História da África afro-brasileira e o ensino de História indígena, fruto das lutas do movimento negro e indígena (FRAZÃO, 2013).

O reconhecimento desse ensino/produção escolar como campo de disputas, a ser analisado cuidadosamente para a promoção de um ensino de História significativo, corrobora o objetivo do ProfHistória, pois o programa se propõe a responder às seguintes exigências:

De um lado, à exigência de reflexão sobre o ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, bem como a relação com a disciplina de referência. De outro, à necessidade de compreensão das múltiplas formas de ensinar e aprender história vigente na sociedade contemporânea, para além da escola, que tencionam continuamente tanto à historiografia profissional como o ensino da disciplina em seus diferentes níveis. Isso porque o movimento atual em direção à memória e a luta por direitos contribuíram para acirrar as disputas sobre a escrita e o ensino da história, diversificando suas formas e promovendo múltiplos usos (e abusos) do passado⁸.

⁸ Trecho da Proposta Acadêmica do PROFHISTÓRIA enviada a CAPES para proposição de criação.

A proposta almeja incentivar a produção de trabalhos que repensem metodologias do ensino de História com vistas a uma formação cidadã que impacte diretamente nas suas vivências cotidianas e que promova o respeito com o outro. A ideia é que nós, professores(as), possamos empregar o ensino de História para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, servindo-se dessas novas metodologias e materiais de apoio que serão criados com o programa, e que propõem proporcionar um ensino significativo para os estudantes, que possa ser aplicado não somente para a resolução de avaliações formais, mas, principalmente, utilizado para além da escola, possibilitando uma educação integral e articulada com a prática social.

No banco de dissertações disponibilizado no site do ProfHistória (LISTA..., 2020, *online*), ao procurar trabalhos com a temática de gênero, encontra-se quatro dissertações. A primeira, *Flashes de famílias: relações de gênero no Brasil através de fotografias (Séculos XX e XXI)* (2016), de Breno Bersot da Silva, objetiva problematizar as formações familiares existentes na contemporaneidade, assim como criar um material didático a partir de fotografias de diferentes modelos familiares, de modo a contemplar distintos tempos e espaços, junto com um guia cujo escopo é orientar o(a) professor(a) como utilizar esse material em sala de aula.

A segunda dissertação pesquisada, *Ideias históricas de jovens do ensino médio sobre representação das mulheres no ensino de história do Brasil: estudo de caso* (2016), de Elaine Prochnow Pires, intenciona perceber as ideias dos estudantes do Ensino Médio sobre a representação das mulheres e das relações de gênero no ensino de História do Brasil. Para isso, analisa como eles se apropriam da construção dos papéis sociais, colhendo as narrativas produzidas pelos(as) alunos(as) após a aplicação de sequências didáticas com imagens e documentários de diferentes momentos históricos, com o fim de fazer os estudantes perceberem a opressão e atuação das mulheres em cada período trabalhado.

Por sua vez, a terceira dissertação, “*Escola sem partido*”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História (2016), de Fernanda Pereira de Moura, investiga o projeto escola sem partido e suas consequências para o ensino de História, entendendo esse movimento como parte do conservadorismo presente na sociedade brasileira, focando nas relações de gênero. E, por último, identifica-se a dissertação *É para falar de gênero sim! Uma experiência de formação continuada para professoras (es) de História*

(2016), de Paula Tatiane Azevedo, cuja proposta principal é realizar uma formação de professores, por meio de um curso ministrado pela autora, que instrumentalize os(as) profissionais da rede estadual a trabalharem na sala de aula de História a temática de gênero e a História das mulheres. O seu terceiro capítulo é basicamente a experiência de aplicação do curso e alguns resultados obtidos.

Com isso, percebe-se que, de maneira geral, a proposta da maioria desses trabalhos é incentivar/viabilizar a abordagem dessa temática e promover positivamente a imagem das mulheres. No entanto, para a formação cidadã, é preciso também problematizar essas relações de gênero, explicitar conflitos e estereótipos, como também desnaturalizar formas de dominação/submissão e refletir criticamente sobre o resultado disso na prática social, que promove o preconceito e a violência.

Além do mais, nos trabalhos citados, existe uma lacuna na temática – a tentar ser preenchida por meio desta pesquisa –, pois o foco aqui é produzir conhecimento histórico sobre gênero e história das mulheres com o objetivo de contribuir para a superação de toda forma de violência, utilizando fontes arquivísticas da Primeira República. Trazer esse debate para sala de aula serve como ponto de partida para promover a construção de uma sociedade mais justa, na qual mulheres e homens tenham igual acesso a todas as oportunidades, a partir de uma educação construída com valores éticos e igualitários, de modo a fortalecer o protagonismo e a evidenciar a capacidade do(a) educando(a) de respeitar o outro e a si mesmo, sem renunciar seus próprios direitos básicos, como a liberdade e a vida plena.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA

Os(as) profissionais da disciplina História têm grande responsabilidade na formação crítica dos(as) educandos(as), pois incentivam a reflexão sobre a sociedade que os(as) cerca, de maneira a fazê-los(as) se perceber como protagonistas da sua própria História, detentores(as) do direito de exercer a cidadania plena. Entende-se essa formação crítica com vistas à cidadania plena no sentido mais amplo, tendo como base o respeito às diferenças e a superação das desigualdades sociais, assim como a capacidade de lutar pelo bem comum, estando de acordo com o artigo terceiro da Constituição Federal de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p. 25)

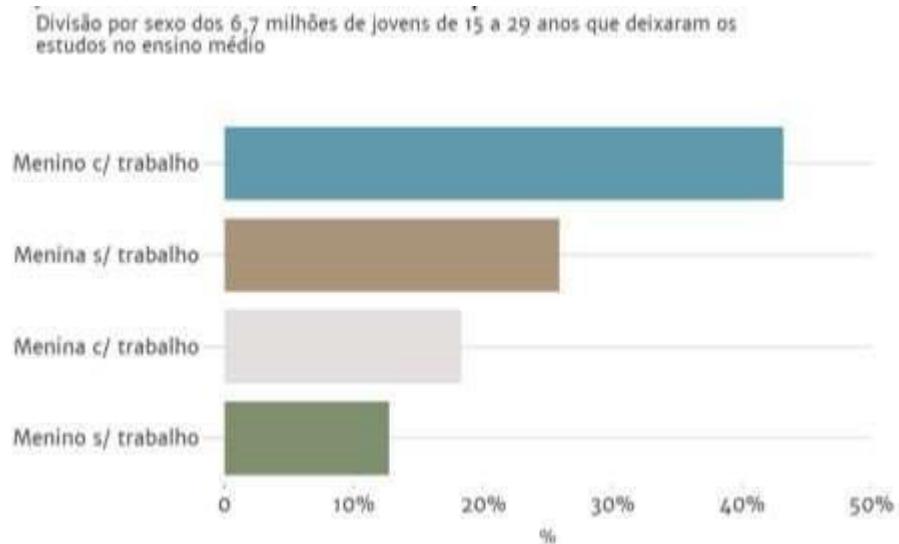
Pensando nessa perspectiva, o processo educativo, quando objetiva uma formação integral, com foco no aperfeiçoamento de habilidades e competências para além de instrumentalizar os(as) educandos(as) a reconhecer e lutar por seus direitos, também fortalece valores, como a igualdade e o combate ao preconceito. A disciplina de História dá sua contribuição nesse processo ao analisar o passado, considerando as demandas do presente e aproximando a disciplina do contexto do aluno e dos problemas vivenciados em seu cotidiano. Nesse sentido, concordo com o documento DCN (BRASIL, 2013, p. 16) quando afirma que:

torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas.

Nesse sentido, políticas públicas que promovam a educação de meninas e mulheres

são cruciais para a inserção desses mesmos sujeitos no mercado de trabalho e a consequente redução da vulnerabilidade social. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Unibanco em 2015, partindo de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística) (FERREIRA, 2018, *on-line*), no Brasil há mais de 1,7 milhões de meninas e mulheres, de 15 a 29 anos, que não completaram o Ensino Médio, não estudam e não exercem atividade remunerada:

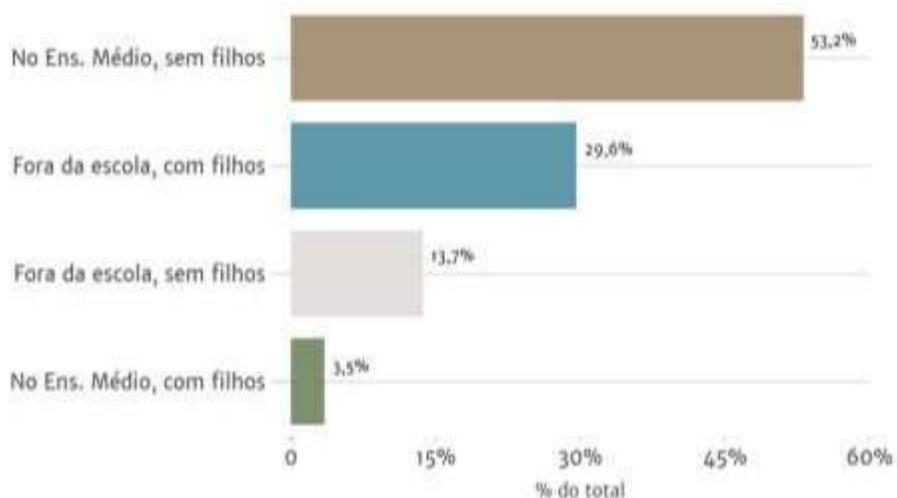
Figura 1 – Jovens com Ensino Médio incompleto e fora da escola



Fonte: Levantamento do Instituto Unibanco com dados do PNAD (2015 *apud* FERREIRA, 2018, *on-line*).

Elas representam 26% do total de jovens dessa faixa etária que não concluíram o Ensino Médio e não voltaram a estudar. E elas são mais do que o dobro de meninos e homens nessa situação, que somam cerca de 800 mil – 12,7% do total. Entre esses(as) jovens que abandonaram os estudos no Ensino Médio, os meninos e homens empregados em atividades remuneradas superam em mais de duas vezes as meninas e mulheres na mesma situação – os meninos 43% e as meninas 18,3% do total de jovens fora da escola (FERREIRA, 2018, *on-line*). Esses dados permitem a reflexão sobre alguns dos motivos da evasão escolar feminina, entre eles, a gravidez precoce e a necessidade de pessoas que exerçam os trabalhos domésticos, como é perceptível no gráfico a seguir:

Figura 2 – Situação escolar de meninas e mulheres entre 15 e 29 anos



Fonte: Levantamento do Instituto Unibanco com dados do PNAD (2015 *apud* FERREIRA, 2018, *on-line*).

Esses dados demonstram a vulnerabilidade das meninas e mulheres ao desemprego e ao abandono escolar, relacionada a questões de gênero e à divisão sexual do trabalho, uma vez que existe uma relação direta entre esse abandono e a gravidez precoce. Entre as meninas e mulheres na faixa etária de 15 a 29 anos, as que deixaram o Ensino Médio e não têm filhos são 13,7%. As que têm filhos não completaram o Ensino Médio e estão fora da escola são 29,6%. Além disso, apenas 3,5% das adolescentes com filhos conseguem concluir o Ensino Médio. As implicações geradas pela maternidade tendem a interferir tanto nos estudos, quanto na inserção no mercado de trabalho, em que uma das primeiras perguntas que são feitas pelos entrevistadores, ao pleitearmos uma vaga em uma empresa, é se nós, mulheres, temos filhos ou não. Na maioria das vezes, essa não é uma pergunta realizada aos homens, o que demonstra que o cuidado com os filhos é quase uma “exclusividade” nossa.

Nesse contexto de desigualdade brasileira, o presidente Jair Bolsonaro afirma abertamente, em entrevista concedida em 2014 ao Gazeta Zero hora, que não há como equiparar os salários de homens e mulheres, já que “mulher tem que ganhar menos, porque engravidá” (O QUE BOLSONARO..., 2018, *on-line*). Diante das demandas que foram apresentadas, nas quais existe uma necessidade de políticas públicas que auxiliem as alunas-mães a concluírem o ensino médio, a adentrarem a universidade e, assim, terem melhor

preparação para o mundo do trabalho, o atual presidente do país reforça a diferenciação de gênero e a inferiorização feminina.

Situação semelhante é encontrada a partir de relatos de estudantes da escola Senador Osires Pontes. Ano a ano há desistências do alunado feminino por conta de gravidez precoce, relacionamentos abusivos e vulnerabilidades sociais. Atualmente, existe uma presença crescente em todos os níveis de ensino no Brasil de mulheres estudantes, e elas são maioria a partir do Ensino Médio, mas ainda assim continuam com menores salários, menos empregos e vítimas da violência (INEP, 2005, *on-line*). Nesse sentido, ressalta-se a emergência dessas meninas e mulheres compreenderem as violências como um processo histórico, para que, assim, possam elaborar suas próprias resistências nos diferentes espaços públicos e privados que ocupam.

2.1 A dupla jornada de trabalho

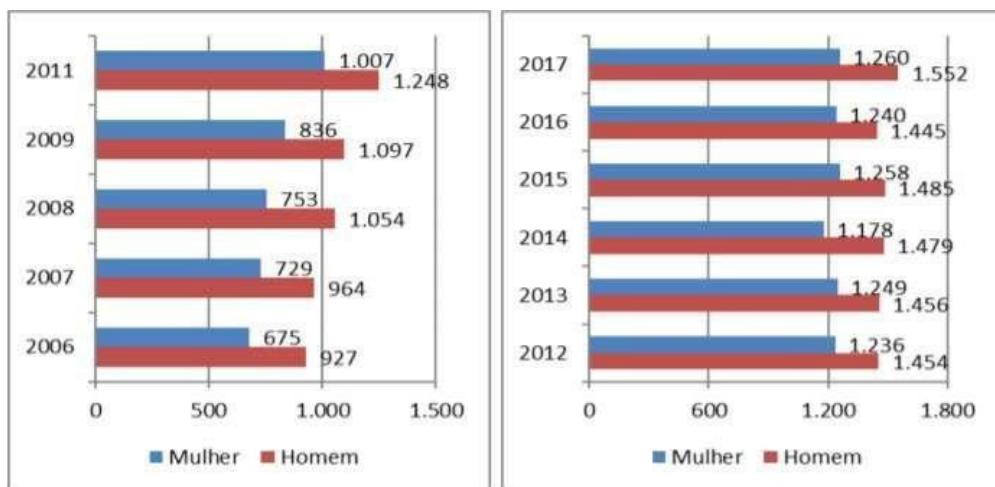
É importante abordar a história das mulheres no mercado de trabalho para compreensão das novas formas de estruturação das famílias, uma vez que os lares brasileiros são cada vez mais chefiados elas. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a ONU Mulheres (IPEA; ONU...; SECRETARIA..., 2017), em 1995, 22,9 % das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, contudo, esse número quase dobrava vinte anos depois – em 2015, 40,5% dos lares brasileiros eram de chefia feminina. Esse número é significativo, porém, ainda assim, elas ainda são minoria no trabalho remunerado formal e possuem rendimentos desiguais em relação aos homens.

Analisando os cargos ocupados, segundo pesquisa do IBGE em 2018 (IBGE, 2018, *on-line*), constata-se que a participação das mulheres era maior entre os trabalhadores dos serviços domésticos em geral (95,0%), professores do Ensino Fundamental (84,0%), trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (74,9%) e dos trabalhadores de centrais de atendimento (72,2%). No grupo de diretores e gerentes, as mulheres tinham participação de 41,8% e seu rendimento médio (R\$ 4.435) correspondia a 71,3% do recebido pelos homens (R\$ 6.216). Já entre os profissionais das ciências e intelectuais, por sua vez, as mulheres tinham participação majoritária (63,0%), mas

recebiam 64,8% do rendimento dos homens (IBGE, 2018, *on-line*). Ao considerar os números de ocupação feminina em cargos de gerência ou chefia em diferentes profissões, essa discrepância entre homens e mulheres é maior ainda.

Em suma, infere-se que, no cenário nacional, um maior número de mulheres está se inserindo no mercado de trabalho e alcançando elevados índices educacionais, porém, segue ganhando menores salários em relação aos homens e com uma carga horária de trabalho mais elevada. Apesar de estar superando os homens em vários índices relativos à educação formal, analisando o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e rendimentos, por sexo, entre 2012 e 2016, o IBGE, em 2018, identificou que as mulheres recebem, em média, apenas 75% do que os homens ganham ao exercerem funções semelhantes (IBGE, 2018, *on-line*). No Ceará, há a seguinte média de rendimento entre os dois sexos:

Gráfico 1 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por sexo – Ceará, 2006 a 2017.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE (2018).

Esses dados mostram o rendimento médio mensal real do trabalho principal para homens e mulheres, evidenciando a diferença salarial entre eles, presente em todos os anos investigados. Essa situação se reflete também no Ceará, em alguns anos com a variação de mais de 300 reais a mais para os homens, como em 2008 e 2014. Um dos fatores que contribui para a diminuição dos salários das mulheres é o fato de muitas terem de reduzir sua carga horária remunerada para dar conta dos afazeres domésticos não remunerados.

Considerando essas duas formas de trabalho, remunerado e não remunerado, em seus domicílios, elas trabalham uma carga horária maior, com menor remuneração.

Acerca disso, uma pesquisa divulgada pelo jornal *Estadão* em abril de 2019 (AMORIM, 2019) revelou que as mulheres trabalham quase o dobro de horas que os homens nos cuidados com a casa e com os parentes. Outra análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que, enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres ou cuidados de parentes, os homens só empenharam 10,9 horas nesse tipo de tarefa. Considerando as populações com idade entre 18 a 59 no intervalo dos anos de 1995 a 2015, a participação masculina no mercado de trabalho diminuiu, e a feminina aumentou, apesar de a masculina ainda ser maioria no mercado de trabalho. Essa nova configuração de inserção também impacta nossa comunidade escolar.

Motivada por esses dados, tentei traçar um diagnóstico quantitativo (questionário) sobre as famílias das minhas alunas e meus alunos, como que tipos de estereótipos são veiculados por meio das convivências com os familiares, a fim de entender um pouco sobre a vida fora da sala de aula. Esses questionários foram compostos por dezoito questões, a maioria de múltipla escolha e algumas subjetivas, geralmente explicativa de uma questão de múltipla escolha anteriormente respondida. Eles foram entregues por mim em cada uma das salas dos primeiros, segundos e terceiros anos do Ensino Médio nos turnos da manhã e tarde. Ressalto que não estipulei uma porcentagem igual de questionários para cada série. Como resultado, foram respondidos 289 questionários (149 femininos e 140 masculinos), divididos em 39,8% do primeiro ano; 41,9% do segundo ano e 18,3% do terceiro ano, no total de estudantes (entre meninas e meninos) entrevistados em cada turma.

Os(as) estudantes precisavam apenas assinalar se eram do sexo feminino ou masculino, dispensando a identificação, para maior liberdade e nenhum constrangimento. Antes de cada aplicação dos questionários, expliquei, sala por sala, que o objetivo era compor dados quantitativos para minha pesquisa, e li com eles cada pergunta do questionário, para sanar qualquer dúvida sobre o processo. Ressaltei também a importância de responder com franqueza às questões realizadas, para que o estudo traçasse corretamente o panorama da escola.

QUESTIONÁRIO

1 Sexo:

- Masculino. Feminino.

2 Qual gênero você se identifica:

- Masculino. Feminino.

3 Qual sua série?

- 1º Ano. 2º Ano. 3º Ano.

4 Quem mora na sua casa?

- Eu e minha mãe.
 Eu, minha mãe e irmãos.
 Eu e meu pai.
 Eu, meu pai e irmãos.
 Eu, minha mãe e pai.
 Eu, mãe, pai e irmãos.
 Outros _____

5 Na sua casa, quem trabalha e ajuda nas despesas da família?

- Somente o pai.
 Somente a mãe.
 Pai e mãe.
 Pai, mãe, irmãos.
 Outros _____

6 Você já recebeu algum tratamento desagradável na escola?

- Sim. Não.

7 Por qual motivo?

- Pela sua cor/etnia.
 Pela orientação sexual.
 Pelo gênero.
 Pela aparência.
 Pelo poder aquisitivo.
 Pela localidade que reside.

8 Por parte de quem?

- Colegas.
 Direção da escola.
 Professores.

() Outros funcionários.

9 Você já pensou em desistir dos estudos?

() Sim. () Não.

10. Em caso afirmativo, por qual motivo?

- () Para trabalhar.
() Para ajudar a cuidar da casa.
() Meu(minha) companheiro(a) não permitia.
() Tive filho(a) e não consegui conciliar.
() Outros. _____

11. Quais as atividades que você realiza no seu cotidiano, após a escola?

- () Trabalho fora.
() Sou estagiário(a).
() Ajudo nos afazeres domésticos.
() Durmo, assisto TV e uso internet.
() Cuido dos(as) meus(minhas) irmãos(ãs).
() Outros _____

12 Você realiza alguma atividade que considera que atrapalha seus estudos? Qual(ais)?

13 Você consegue ser pontual à escola?

() Sim. () Não.

Motivo: _____

14 Você presencia com frequência algum tipo de violência?

() Sim. () Não.

Onde:

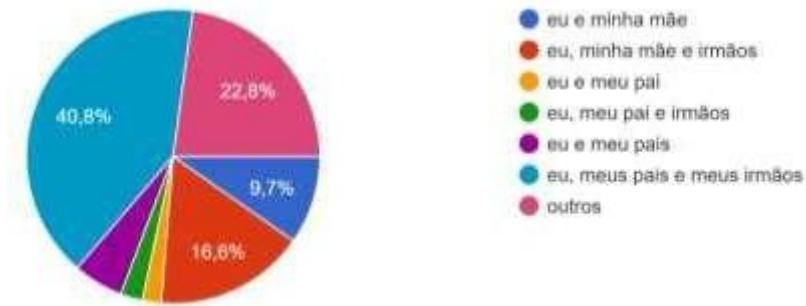
- () No bairro onde moro.
() Na escola.
() Na minha casa, entre meus(minhas) irmãos(ãs).
() Outros. _____

15 Essa violência é:

- () Física.
() Psicológica.
() Outros. _____

A fim de perceber como se constitui as famílias dos(as) estudantes, adicionei ao questionário a pergunta (Quem mora na sua casa), e obtive o seguinte resultado, analisando os questionários de todos (meninas e meninos):

Gráfico 2 – Quem mora na sua casa?



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

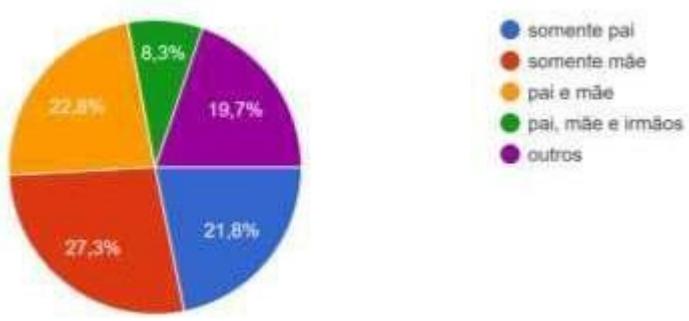
Ao responder com quem moram em suas casas, 40,8% dos(as) alunos(as) afirmaram que moram com pai, mãe e irmãos, configurando o modelo tradicional de família; 22,8% marcaram a alternativa “outros”, sinalizando que moram com padrastos, avós, tios, sozinhos ou com cônjuges; 16,6% moram com mãe e irmãos; e 9,7% moram somente com a mãe, revelando que 26,3% das famílias dos(as) estudantes que responderam aos questionários vivem em lares administrados e mantidos unicamente por mulheres, ou seja, um número significativo. Esse resultado não foi surpreendente, já que nas reuniões de pais com a escola o público é massivamente feminino, tanto pela quantidade de famílias administradas somente por mulheres, identificada nos questionários, quanto pela ideia muitas vezes reforçada pela sociedade de que a educação dos(as) filhos(as) deve ficar a cargo apenas das mães ou das mulheres responsáveis (avós, tias, irmãs mais velhas, madrastas etc.).

Apesar de a maioria das pessoas que comparecer às reuniões convocadas pela escola ser do sexo feminino, há uma realidade em que grande número de famílias não são partícipes na vida escolar de seus(suas) filhos(as). Os números mostrados no âmbito nacional sobre a quantidade de mulheres que trabalham fora inferem um indicativo das causas dessa baixa participação da família na escola: na maioria dos lares, os pais e as mães passam o dia inteiro no trabalho. Isso demonstra claramente como os dados sociais impactam diretamente nas estruturas familiares. Acerca disso, não é incomum, já no fim do expediente da escola,

encontrar mães exaustas, voltando do trabalho, em busca de alguém da gestão ou algum(a) professor(a) para conversar sobre problemas escolares, como faltas ou indisciplina. Já presenciei mães chorando de cansaço, sem saber o que fazer, pois precisam trabalhar o dia inteiro e não conseguem acompanhar os(as) filhos(as).

Essas mulheres, muitas vezes, são mantenedoras dos seus lares e encaram uma dupla jornada de trabalho, atribuindo a si mesmas a única responsabilidade no cuidado com a casa e com os filhos. O texto de Santana e Cândida *Mulheres Mantenedoras de família*, um estudo realizado no bairro Japãozinho, em 2013 (2013), mostra, por meio de entrevistas com vinte mulheres desse local, que existe, na maioria delas, um sentimento de culpa por se considerarem desconfortáveis por não cumprirem satisfatoriamente todas as demandas com a educação dos(as) filhos(as), além do cuidado da casa, mesmo trabalhando para manter a família materialmente. Tentei perceber como essa questão da participação das mulheres na manutenção financeira do lar se concretiza nas famílias dos estudantes da escola Osires Pontes, a partir da pergunta “Quem ajuda nas despesas da casa”, obtendo os resultados a seguir:

Gráfico 3 – Na sua casa, quem trabalha e ajuda nas despesas?



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

Observando os resultados, percebe-se a importância do trabalho feminino na manutenção dessas famílias, pois 27,3% são mantidas somente por mulheres. Esse dado relaciona-se com o que foi mostrado nos dados anteriores sobre as famílias compostas e administradas unicamente por mulheres, uma vez que na casa 26,3% dos entrevistados

moram apenas a mãe e eles ou a mãe, os irmãos e eles. Isso significa também que um percentual de 1,0% são famílias que têm pai e mãe em casa e são mantidas financeiramente unicamente por mulheres. Dos itens dispostos, o único que não tem participação das mulheres é o “somente pai”, que ficou estabelecido em 21,8%, os demais itens, que somam 77,5%, todos têm participação majoritária ou complementar da renda das mulheres trabalhadoras.

Embora em todos os níveis educacionais os índices sejam mais favoráveis às mulheres, grande parte das mulheres brasileiras ainda está fora do mercado de trabalho formal. Analisando os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), percebe-se que apenas 61% das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho; em se tratando dos homens, o número sobe para 84% (23% DAS MULHERES..., 2016, *on-line*). Nesse contexto, muitas mulheres deixam seus empregos para cuidar da casa e dos membros da família, como se essas atribuições fossem obrigação unicamente do sexo feminino. Além disso, ao questionar mulheres sobre a motivação de haver deixado seus empregos, a pesquisa revelou os seguintes resultados:

Figura 3 – Principais motivos para ter deixado o último emprego

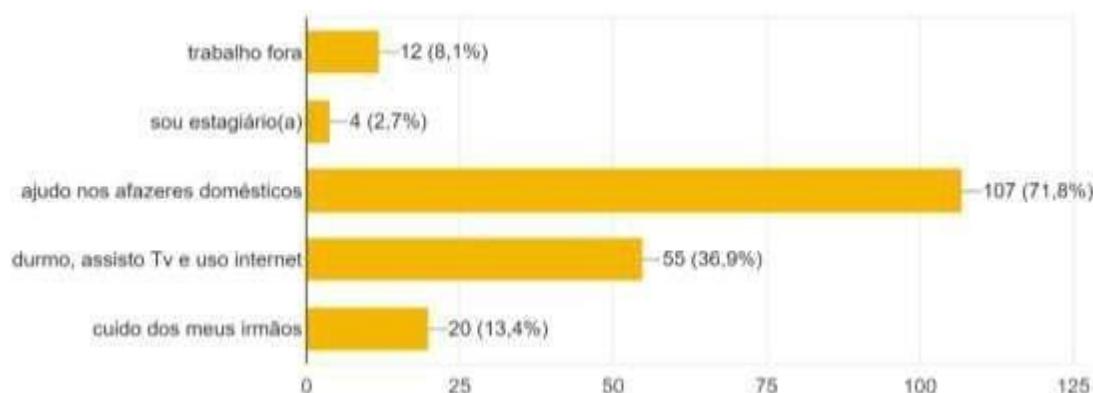


Fonte: CNI (*apud* 23% DAS MULHERES..., 2016, *on-line*).

De modo a refletir sobre esses resultados, infere-se que muitas mulheres saem do mercado empregatício para atender demandas do ambiente doméstico. Se há soma de 23% das mulheres que afirmaram deixar de trabalhar fora para tomar conta dos filhos e parentes aos 14% das que responderam que não ter tempo para ficar com a família, observa-se um total de 37% de mulheres abandonaram os empregos remunerados para trabalhar em casa, um número bastante expressivo.

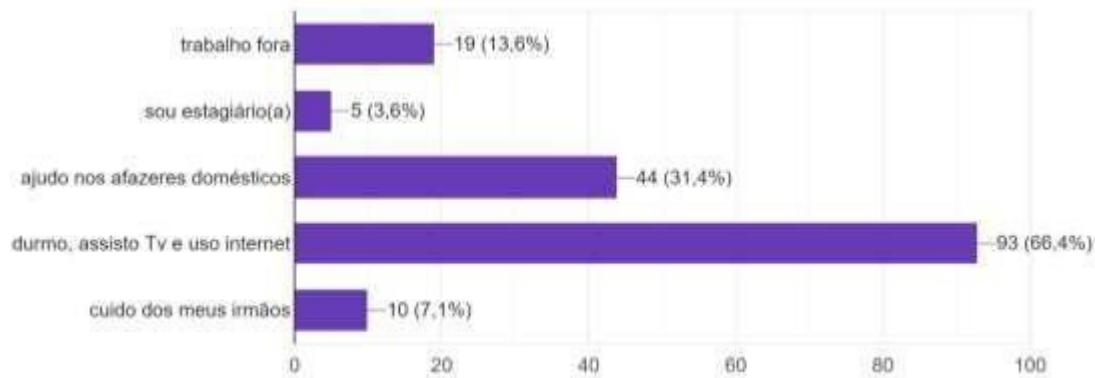
Por outro lado, analisando as respostas dos homens, todas as motivações estão relacionadas ao mundo do trabalho e às remunerações e benefícios. Ou seja, nenhuma das opções que estão no topo do ranking masculino está ligada ao abandono do emprego e às demandas do trabalho doméstico. Desse modo, conclui-se que, apesar das inúmeras conquistas femininas, fruto de muitas lutas, a discussão sobre qual o papel da mulher no seio da família ainda norteia a nossa sociedade. Esses estereótipos que separam as atividades apropriadas para cada gênero ainda persistem até hoje, como se observa na resolução dos questionários dos meus(minhas) alunos(as):

Gráfico 4 – Questionário Feminino: atividades que são realizadas no cotidiano após a escola.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

Gráfico 5 – Questionário Masculino: atividades realizadas após a escola.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

Ao responder a essa pergunta, os(as) estudantes poderiam escolher mais de um item. Nos formulários, que foram entregues impressos, há ainda a opção “outros” acrescida de uma lacuna, em que os(as) estudantes poderiam escrever algo a mais, caso não se sentissem contemplados(as) pelos itens sugeridos ou caso quisessem incluir mais alguma informação. Por conseguinte, os resultados obtidos refletem um modelo de atividades extraescola dividido por gênero, constituído por contingente masculino maior que se dedicando à atividade, como o trabalho fora (13,6% dos homens contra 8,1 % das mulheres) e a participação em estágios (3,6% dos homens contra 2,7% das mulheres).

Essa diferença se torna mais gritante quando se compara os itens que dizem respeito aos afazeres domésticos, às atividades de ócio e ao cuidado com os irmãos: 71,8% das meninas que responderam aos questionários afirmaram gastar seu tempo extraescola a se dedicar aos afazeres domésticos. Com relação aos meninos, esse percentual diminui para apenas 31,4 %. Além disso, 13,4 % das meninas contra 7,1% dos meninos cuidam dos irmãos. Por fim, 66,4% dos meninos têm tempo suficiente para se dedicar às atividades lúdicas e ao ócio, como foi mostrado na opção “durmo, assisto à TV e uso internet”, enquanto apenas 36,9% das meninas assinalaram possuem esse momento.

Como professora, percebo constantemente o reflexo dessas informações e outras no cotidiano de sala de aula. Quando questiono o porquê de uma atividade de casa não realizada, muitas meninas revelam que passam o dia todo no trato da casa e dos irmãos, motivo pelo

qual não há sobra tempo para realizar os exercícios. Muitas delas iniciam o trabalho antes mesmo de ir à escola, pois precisam levar os irmãos mais novos à escola e/ou fazer o almoço antes de sair.

Quando ministrei a disciplina eletiva “Discutindo gênero: uma questão de direitos humanos”⁹, trabalhei com a metodologia dos círculos de diálogos¹⁰. Esses círculos motivavam a participação dos(as) alunos(as) com suas experiências, e isso me fez escutar verdadeiros desabafos de que os pais não permitiam que os filhos homens ajudassem nas tarefas domésticas, que as meninas passavam o dia inteiro trabalhando em casa, enquanto os irmãos jogavam videogame ou brincavam na rua com os amigos. Os meninos que faziam a eletiva concordaram que realmente tinham mais tempo livre para fazer o que queriam, já suas mães e irmãs trabalhavam bem mais no ambiente doméstico. Houve uma identificação por parte dos meninos e meninas de um problema de gênero dentro de suas próprias casas, e isso também apareceu nos questionários. Logo, esse discurso em que se reforça a ideia de meninos não poderem participar das tarefas domésticas ainda prevalece em muitos lares brasileiros, conforme Biroli (2018, p. 23): “divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas.”

Essa herança, a ser combatida, sobrecarrega as meninas desde jovens, pois, muitas vezes, são obrigações naturais para a mulher. Por isso, o referido ciclo, repassado de geração em geração, deve ser quebrado, especialmente a partir do combate à cultura machista,

⁹ Nas escolas de Ensino Integral do Ceará, existem as disciplinas eletivas, que são cursos que ocorrem paralelamente às disciplinas ditas formais (Matemática, História, Física etc.). Cada professor(a) pode criar disciplinas com temas que ache pertinente e que venham a somar ao currículo escolar ao(à) aluno(a). Os(as) estudantes escolhem quais disciplinas, que são semestrais, querem cursar. Por exemplo, na referida escola, há eletivas de Informática do zero, Inglês instrumental, Teatro, Química para a vida etc.

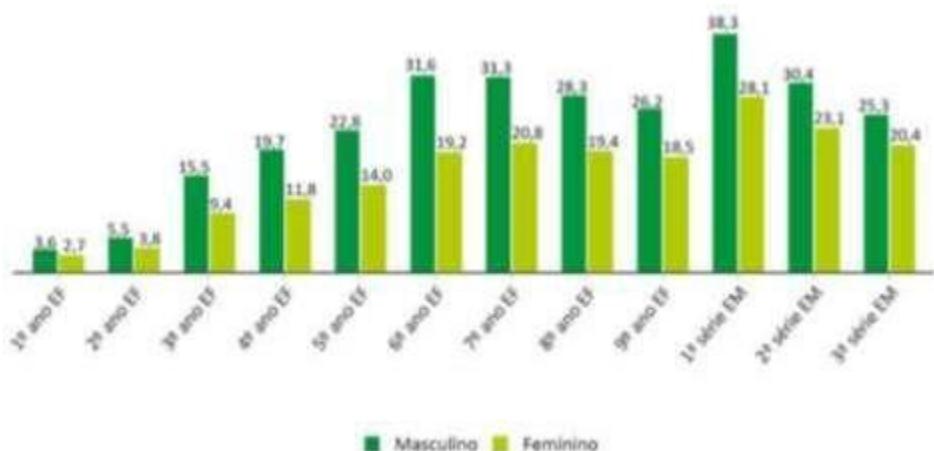
¹⁰ Essa metodologia faz uso de práticas indígenas em vivências circulares que possibilitam a democratização da fala por meio do “bastão da fala”, objeto que necessariamente passa de mão em mão pelo círculo, sem a possibilidade de ser jogado para uma pessoa distante. O bastão da fala dá o poder da fala para quem o segura. Quanto aos outros, escutam enquanto o bastão não chega as suas mãos. Essa técnica nos ajuda a escutar atentamente, o que muitas vezes é difícil quando realizamos atividades em grupo. Outro ponto importante são as perguntas norteadoras, uma vez que o(a) mediador(a) – no caso, o(a) professor(a) – elabora questionamentos que fazem o grupo refletir sobre a temática trabalhada no círculo. Essas perguntas contribuem para os(as) alunos(as) analisarem as problemáticas que os(as) cercam a partir de suas próprias reflexões, valorizando as vivências e o conhecimento de mundo individual. Os círculos de construção de paz são uma metodologia difundida pelo Terre Des Hommes Lausanne no Brasil (Tdh Brasil), instituto com quem tive a oportunidade de vivenciar e aprender a técnica por meio de processos formativos, durante o desenvolvimento do Projeto de Mediação escolar na Instituição EEFM Senador Osires Pontes. A proposta do projeto é implementar metodologias de resolução positiva de conflitos que priorizam o diálogo e o respeito, dentre elas, a mediação escolar e as práticas restaurativas em detrimento das medidas disciplinares de caráter punitivo.

mostrando que todos esses padrões são historicamente construídos e foram criados com objetivos específicos para atribuir às mulheres papéis sociais subalternos. Contudo, no passado, como nos dias de hoje, as mulheres têm lutado pelo direito de escolher o que fazer de suas vidas, protagonizando diversas formas de resistência.

2.2 O acesso à educação formal

É importante destacar como está a inserção desse grupo nos índices de educação formal, já que esse é um número que impacta diretamente na empregabilidade e na qualidade desses empregos. As mulheres, apesar de receberem menores salários e serem minoria em empregos formais e em cargos de chefia, são maioria em todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior. Os dados do Censo da Educação Superior, de 2017, mostram que elas são 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação. Na licenciatura, 70,6% das matrículas são do sexo feminino. Esses números positivos para as mulheres também se refletem na taxa de distorção idade-série, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série por etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, segundo o sexo – Brasil – 2018.

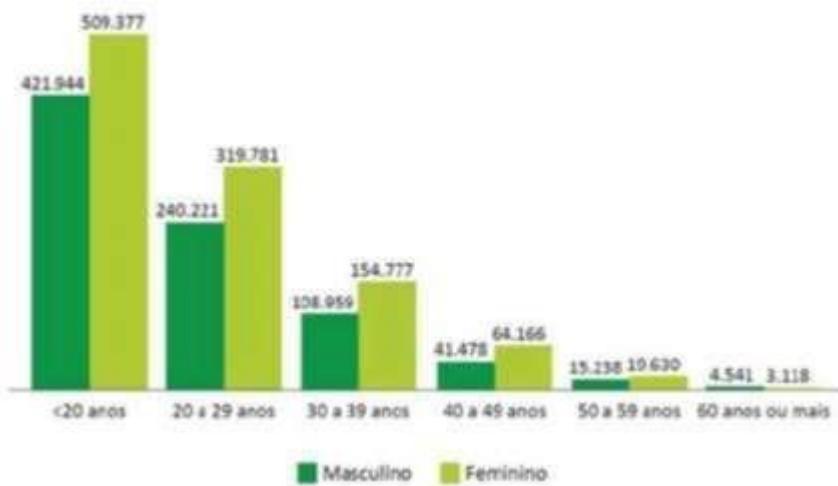


Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2018).

A proporção das estudantes do sexo feminino com defasagem de idade em relação à série que cursam é menor do que a do sexo masculino em todas as etapas de ensino. Esses dados, retirados do Censo Escolar 2018, consideram as classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência). Essa taxa de distorção idade-série é contabilizada por meio do percentual de alunos, em cada série, que a escola denomina de alunado “fora de faixa”, ou seja, são estudantes com idade superior à idade recomendada para cursar a respectiva série. Esses dados muitas vezes são utilizados para representar insucessos escolares e até mesmo mobilizar os estudantes para o turno da noite, que é reconhecido como o de menor rendimento. Considerando que as turmas da manhã e da tarde são as turmas de melhor rendimento, percebe-se que essa distorção idade-série pode impactar no bom rendimento e até mesmo na conclusão ou não da etapa de ensino.

As mulheres também predominam nos cursos profissionais da Educação Básica. Dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (INEP, 2019), apresentam que elas são maioria em todas as faixas etárias, com exceção dos alunos de mais de 60 anos, como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Número de matrículas na educação profissional, segundo a faixa etária e sexo – Brasil – 2018



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2018).

Analisando o censo escolar do Inep (2019), em termos quantitativos, é possível perceber um equilíbrio entre o número de homens e mulheres matriculados(as) na educação profissional de nível médio entre os anos de 2001 e 2006. Inicialmente, os homens representavam maioria, porém, a partir de 2004, houve um pequeno aumento feminino (menos de 2% em relação aos homens). Atualmente, por meio dos dados disponibilizados no gráfico, há faixas etárias que representam 60% de vagas ocupadas por mulheres. Segundo o site do Inep (2019, *on-line*), a educação profissional “engloba cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional articulado à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.”

Analizando os indicadores de educação presentes no *Retrato de desigualdades de gênero e raça* (2017)¹¹, as tabelas de média de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo, segundo cor/raça e localização de domicílio – Brasil e regiões de 1995 a 2015 – mostram que, na média nacional, as mulheres têm mais anos de estudo que os homens, contudo esses números apresentam uma alteração significativa se observados a região:

Tabela 1 – Quantidade de anos de estudo de cada sexo, em todas as regiões, no ano de 1995.

Região	Masculino	Feminina
Norte	5,3	5,7
Nordeste	3,7	4,4
Sudeste	6,2	6,1
Sul	5,9	5,9
Centro-Oeste	5,5	5,9

Fonte: IPEA; ONU...; SECRETARIA... (2017).

¹¹ Produto elaborado em 2017, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a ONU Mulheres.

Tabela 2 – Quantidade de anos de estudo de cada sexo em todas as regiões em 2015.

Região	Masculino	Feminina
Norte	7,3	8,1
Nordeste	6,6	7,4
Sudeste	8,7	8,8
Sul	8,4	8,6
Centro Oeste	8,4	8,9

Fonte: IPEA; ONU...; SECRETARIA... (2017).

Para uma análise mais breve, separei o primeiro e o último ano da pesquisa, observando a quantidade de anos de estudo de cada sexo em todas as regiões. Em 1995, apesar de as mulheres terem mais tempo de estudo que os homens, essa diferença não equivalia nem a um ponto percentual de diferença, chegando a igualar os dois sexos como no caso da Região Sul. Em 2015, de acordo com o gráfico, homens e mulheres aumentaram os anos de escolaridade, porém, a diferença entre os anos que cada sexo frequentou se torna mais acentuada em algumas regiões: o Norte passou a diferença de 0,4, em 1995, para 0,8, em 2015; o Nordeste passou de 0,7, em 1995, a 0,8, em 2015; o Sudeste se manteve com uma diferença de 0,1; o Sul aumentou 0,2; e o Centro Oeste aumentou 0,1 anos de estudo, comparando os dois anos de referência, tendo como base 20 anos de intervalo.

Acerca disso, a pesquisa revelou que as mulheres estudam mais que os homens em todas as regiões do Brasil, no entanto, no caso da região Nordeste, homens e mulheres estudam menos, cuja diferença, em 1995, entre Nordeste e Sul foi de 2,5 anos para homens e 1,5 para mulheres. A figura abaixo mostra a proporção regional em se tratando da conclusão do ensino básico obrigatório, dos anos de 2016, 2017 e 2018:

Figura 4 – Conclusão de etapa



Fonte: IBGE (2019).

Como se pode observar, é necessário considerar as diferenças regionais e raciais, pois esses marcadores sociais de diferença interferem diretamente em suas oportunidades. Norte e Nordeste são as regiões com o menor índice de concluintes do Ensino Fundamental. Dados divulgados pelo IBGE (2019) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do primeiro trimestre de 2019 mostram que o Brasil tem 35% de pessoas em idade de trabalhar que não concluíram o Ensino Fundamental. No Norte, 44,1% das pessoas com mais de 14 anos não concluíram o Ensino Fundamental; no Nordeste, a taxa é de 38,7%. A região com melhores índices relativos ao acesso aos estudos formais é a região Sudeste.

Ao se analisar a população geral em relação à raça, constata-se, nos anos de 2016 e 2018, uma diferença 16,2 e 15,5 pontos percentuais a mais de brancos que concluíram o Ensino Fundamental. Essa diferença de anos de estudo entre brancos e negros é um dado que vem diminuindo paulatinamente, embora se saiba que o não acesso à educação formal é um fator que reforça desigualdades.

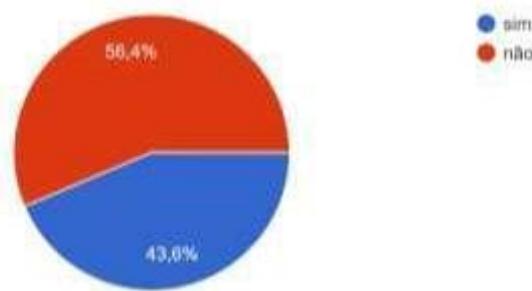
No que se refere ao aumento da inserção negra no Ensino Superior, a adoção do sistema de cotas para negros, segundo PNAD de 2017, foi essencial. Isso, porque, no ano 2000, antes do sistema de cotas, 9,38% de brancos no Brasil eram diplomados contra 2,22% de negros, um número muito pequeno. Essa questão das cotas chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2012 e foi votada constitucional por unanimidade. Porém, já no ano de 2000, por meio de uma lei estadual, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), concedeu uma cota de 50% em cursos de graduação, por meio do processo seletivo, para estudantes de escolas públicas, tornando-se pioneira a disponibilizar uma cota. Após a UERJ, a Universidade de Brasília (UnB) estabeleceu cotas para negros no vestibular de 2004, sendo a primeira do Brasil a adotar cotas raciais.

A consolidação das cotas aconteceu com a Lei nº 12.711, de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), em que ficou estabelecido que até agosto de 2016 todas as instituições de Ensino Superior devem destinar metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes egressos de escolas públicas, considerando também critérios raciais e sociais. O resultado dessas políticas públicas conquistadas a partir dos movimentos sociais também influí na diminuição do analfabetismo no Brasil; entretanto, apesar desse abismo ter diminuído principalmente nos últimos 30 anos, a população negra brasileira, tanto feminina quanto masculina, segue em desvantagem em todos os índices educacionais.

Como é possível refletir, as mulheres são chefes de família e estão inseridas no mercado de trabalho (de maneira formal e informal), assumem sozinhas ou complementam a renda familiar, no entanto, ganham menores salários, o que reforça a desvalorização do trabalho feminino. Embora desvalorizado, o trabalho feminino pode ser mais extenuante, pois as mulheres enfrentam a dupla jornada por conta do preconceito e estereótipos. Nesse sentido, é importante ressaltar como a educação escolar, em especial o ensino de História, pode contribuir para o combate à desvalorização e à desqualificação do trabalho feminino, de modo a desconstruir preconceitos e estereótipos.

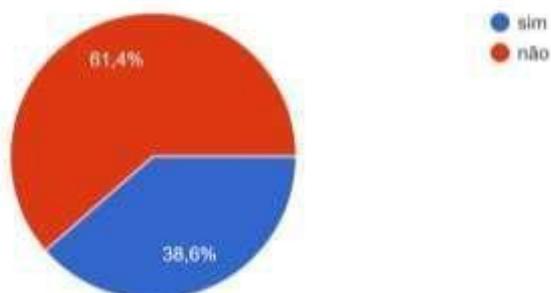
Ao analisar os dados do questionário, relativos aos resultados da pergunta “Você já pensou em desistir dos seus estudos?”, pude perceber um pouco sobre como esses estereótipos impactam nas dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes(as) da escola Osires Pontes:

Figura 5 – Resultado do questionário feminino: abandonar os estudos.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

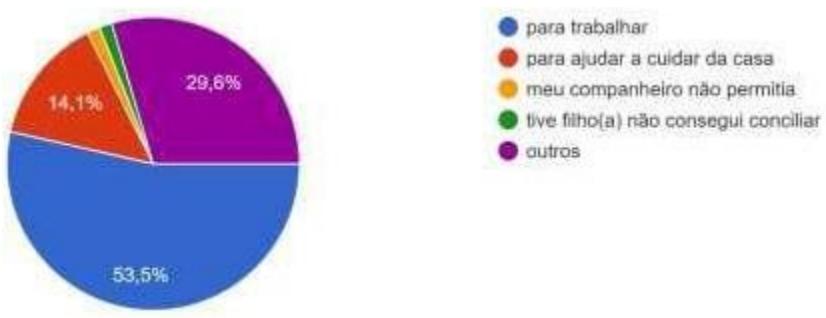
Figura 6 – Resultado do questionário masculino: abandonar os estudos.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

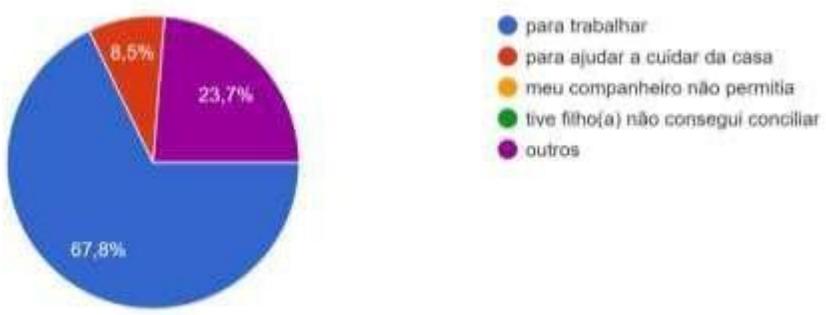
A partir desses dados, é possível identificar uma diferença percentual a mais para as meninas: 43,6% das meninas já pensaram em desistir dos seus estudos em comparação com 38,6% dos meninos, uma diferença de 5,0 a mais de perspectiva de desistência por parte das meninas. Logo em seguida, coloquei a pergunta: “Em caso positivo, por qual motivo?”

Figura 7 – Resultado do questionário feminino: motivos da evasão escolar.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

Figura 8 – Resultado do questionário masculino: motivos da evasão escolar.



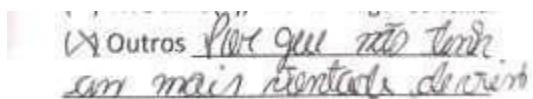
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações dos questionários realizados na escola.

Logo, tanto no caso feminino, quanto no masculino, tem-se uma preponderância no desejo de desistir dos estudos para trabalhar. Isso reflete as demandas materiais, muitas vezes não atendidas, somente por meio do salário dos pais ou responsáveis. A EEMTI Senador Osires Pontes está inserida na regional V, considerada a mais pobre de Fortaleza, com menor Índice de Desenvolvimento Humano. Dentro dessa regional, o Bairro Canindezinho, onde está inserida a escola, é um dos piores bairros, se considerarmos o desenvolvimento (0,136 de IDH), índice acima apenas dos bairros Conjunto Palmeiras (0,119 de IDH) e Parque Presidente Vargas (0,135). Ou seja, o Canindezinho está entre os três bairros mais pobres, com menos saúde, saneamento básico e com menos cuidado do Estado, de forma geral, da cidade de Fortaleza.

Esses resultados certamente afetam a qualidade de vida dos(as) estudantes, que convivem com a falta de insumos básicos, como comida, vestimentas, saneamento, uma vez que muitos deles vivem em condições insalubres e deficitárias. Pensando nessa perspectiva, o resultado do questionário apenas confirmou as dúvidas, muitas vezes, externadas pelos(as) alunos(as), se sabemos onde eles podem arrumar um emprego, além de dizerem que querem logo terminar os estudos para trabalhar. Muitos largam efetivamente os estudos para se dedicarem a alguma atividade laboral ou subempregos. Algumas vezes acontece de eles pedirem transferência para o turno da noite, a fim de se engajarem em alguma atividade remunerada.

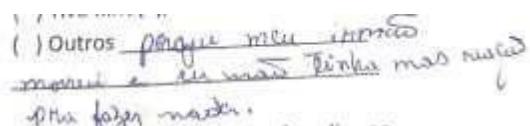
Ao analisar a quantidade de estudantes que marcou a opção de desistir dos estudos para ajudar em casa, esse número também foi maior, no caso feminino: 13,8 % das meninas marcaram esse item em comparação com 8,5% dos meninos. Esse número mostra também como as meninas se sentem responsáveis pelo ambiente doméstico, e como essa responsabilidade pode afetar diretamente seus estudos. Por conseguinte, grande número de estudantes marcou a opção “outros”. Nesse caso especificamente, disponibilizei um espaço para que eles escrevessem as suas motivações quanto ao desejo de desistirem dos estudos, caso não tivessem sido contemplados pelos itens anteriores. Poucos estudantes responderam a essa pergunta, mas, de modo geral, há mais respostas de meninas do que dos meninos. Como se observa abaixo, elas escreveram:

Resposta feminina nº 1:


Outros Por que não tenho
mais vontade de viver

Transcrição: Porque não tenho mais vontade de viver.

Resposta feminina nº 2:


Outros porque meu irmão
morreu e eu não tinha mais vontade
pra fazer nada

Transcrição: Porque meu irmão morreu e eu não tinha mais reação pra fazer nada (sic)

Resposta feminina nº 3:

Outros porque sou muito burra e não consigo aprender direto aí eu penso em desistir

Transcrição: Porque eu sou muito burra e não consigo aprender, aí penso em desistir.

Resposta feminina nº 4:

Outros me achava incapaz de fazer nada

Transcrição: Me achava incapaz de fazer nada.

Resposta feminina nº 5:

Outros foi achar que eu não tenho capacidade de determinar

Transcrição: Por achar que eu não tenho capacidade determinar.

Resposta feminina nº 6:

Outros desmotivação para estudar

Transcrição: desmotivação para estudar.

Resposta feminina nº 7:

Outros DESMOTIVAÇÃO

Transcrição: desmotivação.

Resposta feminina nº 8:

Outros CANSAÇO, SOBRECARGADA COM TANTA COISA

Transcrição: Cansaço, sobrecarregada com tanta coisa.

Com base nisso, é nítido que todas essas respostas remetem à baixa autoestima das estudantes, que relatam que já pensaram em desistir dos estudos, porque estão desmotivadas, sem vontade de fazer nada ou consideram-se incapazes ou possuem inteligência inferior. Essa baixa autoestima também pode ser explicada como consequência das múltiplas experiências de violência em que estão inseridas.

Além disso, a desvalorização do feminino pelos discursos midiáticos e da sociedade em geral afeta diretamente os(as) jovens da escola, assim como o incentivo de adequação aos padrões estéticos de beleza comumente inalcançáveis. Acerca disso, já ouvi, inclusive, várias estudantes confessarem sentir-se tristes por se considerarem feias, gordas etc., enfim, não se considerarem pertencentes ao enquadramento estético, que é mais uma forma de opressão e violência contra as meninas e mulheres.

Das várias violências que são vítimas, a simbólica talvez seja a mais eficiente em introjetar esse sentimento de inferioridade nas estudantes. Deste modo, o fato de as meninas sentirem dificuldade em acompanharem os estudos, muitas vezes devido aos afazeres domésticos ou por outros efeitos da cultura do machismo, ou até mesmo em virtude da própria escola não as perceberem como sujeitos históricos inseridas nessa rede de violências, pode contribuir para esse quadro evidenciado nas respostas acima. Nesse sentido, a invisibilidade desses sentimentos de inferioridade e desmotivação das meninas para escola faz com que a instituição deixe de cumprir sua função social e colabore, ainda que indiretamente, com o processo de naturalização do sentimento de incapacidade que essas meninas introjetam, tornando-se, por consequência, em um espaço de violência – não a que fere os corpos, mas a que machuca a alma. A falta desse olhar cuidadoso se reflete também em algumas respostas das meninas:

Resposta nº 9:

Outros Porque as pessoas
não me tratavam com
respeito.

Transcrição: Porque as pessoas não me tratavam com respeito.

Resposta nº 10:

Outros porque em
vez de motivar os alunos
os professores desmotivam

Transcrição: Porque em vez de motivar os alunos os professores desmotivam.

Nas respostas 9 e 10, percebe-se a relação conflituosa ou mesmo o sentimento de desrespeito que as estudantes sofrem dentro da escola, uma vez que, muitas vezes, elas não se sentem valorizadas ou motivadas pelos(as) próprios(as) professores(as). Observar esses sentimentos por parte das meninas mostra a necessidade de valorização e incentivo por parte da escola, por meio de projetos, de espaços de exposição de seus anseios e de discussão nas aulas, sobretudo nas aulas de História.

Em relação à resposta dos meninos, sobretudo das motivações que fizeram eles pensarem em abandonar os estudos, obtive poucas respostas, pois a maioria preferiu não responder a esse item:

Resposta nº 1:

Outros vender drogas

Transcrição: Vender drogas.

Resposta nº 2:

Outros Vida do crime

Transcrição: Vida do crime.

Resposta nº 3:

Outros A escola tava uma merda

Transcrição: A escola tava uma merda (sic).

Resposta nº 4:

Outros BULLYING

Transcrição: Bullying.

Um elemento que deve ser considerado para o entendimento das respostas dos(as) estudantes é que a Regional V – de modo mais específico, o Grande Bom Jardim, integrado pelos cinco bairros: Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa, que juntos lideram o ranking no índice de homicídios dentro de Fortaleza – tem sido identificada pelas altas taxas de homicídios. O Grande Bom Jardim aparece diariamente nas manchetes policiais dos jornais sensacionalistas locais, e grande parte dessa violência é gerada pelo tráfico de drogas (BOM JARDIM..., 2018, *on-line*). Logo, essa é uma realidade vivenciada pelos(as) alunos(as) de minha escola em virtude de todos os anos pertermos estudantes assassinados por questões de envolvimento com o tráfico, nesse caso, majoritariamente, estudantes do sexo masculino.

Com base nisso, a desconstrução dos estereótipos de gênero é urgente e necessária, porque faz com que meninas e meninos percebam que as pequenas violências geradas pelas desigualdades entre os sexos, especialmente o preconceito, os estereótipos e a condição de subalternidade naturalizada, fortalecem casos extremos, como espancamentos, estupros e até mesmo assassinatos de suas companheiras. Por conta disso, essas discussões possibilitam

aos(as) estudantes perceberem que, quando se compartilha ideias, como a de que os deveres domésticos, principalmente o cuidado com a casa, são meramente femininos, causa sofrimento às mulheres, pois tira as oportunidades de muitas mulheres, sobrecarregando as que investem em estudar e trabalhar, atitudes que poderiam ser evitadas, caso o trabalho fosse compartilhado por todos.

Por conseguinte, é possível perceber, a partir da análise dos dados nacionais, regionais e, mais precisamente, dos questionários aplicados na EEMTI Senador Osires Pontes, que a condição social é resultado de um conjunto de ideias, experiências, cultura e práticas sociais que conferem às mulheres um determinado lugar social, que é subalterno. A inferiorização feminina é identificada em diferentes espaços ocupados por elas, sistematicamente fortalecidos via discursos e ações. Sendo assim, as minhas alunas, partes integrantes da sociedade, sentem os efeitos diretos e indiretos dessas ideias e experiências que visam naturalizar a subalternidade feminina. Para as meninas, a desconstrução dessa naturalização por meio do estudo da História das Mulheres na perspectiva de gênero lhes dará as ferramentas necessárias para identificar as violências e os micros-poderes na esfera do cotidiano que pesam sobre elas, e com isso, enfrentar às múltiplas formas de violência sofridas ao longo de suas vidas. Para os meninos, a temática também é de extrema importância, pois permite que percebam a reprodução que eles fazem dos comportamentos opressores e das práticas machistas e violentas, corroborando o investimento mútuo na promoção de igualdade de gênero.

3 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A REINVENÇÃO DO “SER MULHER”

Estudar a disciplina História para o enfrentamento dos problemas atuais é mais que um objetivo presente nos planos de ensino, é um verdadeiro compromisso com a função social da disciplina escolar. O(a) professor(a)/pesquisador(a) deve utilizar o estudo do passado para pautar problemas que ainda hoje assolam a sociedade brasileira, como o caso da desigualdade e preconceito enfrentados pelas mulheres. Nas sequências didáticas elaboradas para esta dissertação, utilizei fontes produzidas no recorte temporal escolhido, a fim de motivar os estudantes a interpretarem essas fontes; além disso, disponibilizei espaço para o compartilhamento de experiências relativas ao mesmo problema, de modo que nós, professores(as), possamos, ao mesmo tempo, produzir conhecimento histórico e promover situações de aprendizagem cheias de sentido para os(as) alunos(as).

A proposta é viabilizar uma educação voltada para a promoção e desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem a uma melhor percepção do mundo, em que o(a) aluno(a) se comprehende como sujeito de ação, a perceber que, com suas atitudes, pode mudar ou acentuar os problemas que nos atingem coletivamente. Nesse sentido, discutir e problematizar ainda são os melhores caminhos para o aprendizado, e a disciplina de História é uma porta aberta para o fortalecimento dos espaços de enfrentamento que precisamos disputar para assegurar o acesso de todos aos direitos de cidadania.

Pelos resultados obtidos com os questionários respondidos pelos meus(minhas) estudantes, é possível refletir que os estereótipos de gênero – que aprofundam as desigualdades e fortalecem as violências – estão presentes nas relações familiares, na divisão das atividades do lar, nas relações entre a comunidade escolar e até mesmo como motivação de evasão escolar. Nesse sentido, avalia-se que desconstruir esses preconceitos e estereótipos de gênero, por meio da historicidade dessa construção da diferença, é fundamental para a resolução desses problemas.

Um dos efeitos mais perversos dos preconceitos e estereótipos atribuídos às mulheres é a naturalização de sua dominação e subalternidade cuja violência contra as mulheres é tributária dessas percepções. Essa é uma adversidade que vem sendo estudada com particular interesse pelos(as) historiadores(as) que se debruçaram sobre a Primeira República, momento importante da formação do Brasil contemporâneo, marcada pela consolidação de sua inserção

no mundo capitalista e pela conformação de ideias, valores e visões de mundo que compartilhamos até os dias de hoje.

Esse é um período-chave a ser estudado, pois é nesse momento em que o Brasil buscava alcançar um determinado ideal de civilização e progresso, que alteraria não somente a estrutura física das cidades, como também procuraria impor mudanças nos hábitos e costumes da população. No fim do século XIX, o discurso médico ganha força, de modo a estabelecer ideais higienistas, a normatizar comportamentos e a incluir os papéis a serem desempenhados por cada membro da família. O modelo burguês de família passa a ser um pilar muito importante na busca por esse ideal de civilização e progresso, uma vez que produzirá trabalhadores(as) comprometidos(as) com a nova disciplina do trabalho. Isso, porque as práticas culturais vivenciadas pela classe trabalhadora até então eram consideradas um entrave ao sucesso danação.

Considerando a importância desse período para a formação das ideias e valores que proponho problematizar nesta pesquisa, o objetivo deste capítulo é apresentar como, nas primeiras décadas da República, novos padrões de comportamento foram criados, de maneira que, até hoje, incidem sobre as expectativas com relação aos comportamentos femininos, cujo estudo consideramos fundamental para a compreensão dessa temática numa perspectiva histórica.

3.1 As mulheres e a vida pública

A atuação das mulheres no espaço público era muito condenada. Mesmo as mulheres das classes populares que, na maioria das vezes, tinham o acesso a essa vida pública demandada pela necessidade de trabalhar para prover o seu sustento e de sua família, tinham a consciência de que a sociedade condenava as mulheres que andavam desacompanhadas e/ou andavam na presença de homens. O comportamento e a moralidade feminina deveriam ser vigiados e controlados, e isso não ocorria somente por meio da ação do Estado – agentes da justiça, médicos, educadores etc. –, como também pela ação da família, dos vizinhos e outros sujeitos, de modo que era uma vigilância ocorrida em várias instâncias da sociedade. Mesmo as mulheres que, por necessidade, tinham relativa liberdade e transitavam livremente pelas ruas, não queriam receber o epíteto de “mulher pública”. Margareth Rago (2014) explicita

isso a seguir:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, **das mulheres públicas**, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos- higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX. (RAGO, 2014, p. 24, grifo meu)

Partindo desse ideal de família, cobrava-se das mulheres um modelo em que a higiene e educação familiar ficavam a cargo delas mesmas, e o modelo familiar colonial em que havia muitos agregados habitando o mesmo lar era cada vez mais combatido. Observa-se isso nos processos criminais utilizados para a produção do material didático, no quais os discursos da justiça recriminavam os comportamentos de “mulher pública”. Esse adjetivo era empregado para desqualificar uma mulher e mostrar que esta não merecia a proteção da justiça, em oposição às mulheres corretas, que viviam recolhidas à vida privada, dedicadas ao íntimo do lar. Para a sociedade daquele período, o sucesso familiar estava pautado na família nuclear (apenas pai, mãe e filhos) cujas mulheres eram encarregadas do cuidado com o lar e os homens, responsáveis pelo sustento de todos. Mesmo o conhecimento desse modelo, nem todos tinham condições ou interesse de se enquadrar a ele, pois

se por um lado, era desejável para a construção da “nova sociedade” pretendida pelos grupos dirigentes que todas as famílias aceitassem o modelo considerado mais “civilizado” (inspirado nos padrões europeus), esperava-se por outro lado, que as classes populares fornecessem mão de obra adequada e disciplinada para a indústria que se disseminava, o que incluía o trabalho produtivo de mulheres e crianças. (SCOTT, 2016, p. 18)

Havia uma demanda de trabalho nas fábricas que anteriormente era suprida por contingentes femininos, porém isso vai mudar no contexto da Primeira República com a entrada massiva de imigrantes europeus e com a migração do campo para a cidade. Com uma maior oferta de mão de obra masculina e barata, fortalece-se o discurso de que o lugar das mulheres, de todas as classes sociais, era no lar. Isso garantiria, além de uma posição de poder masculino como mantenedor, a diminuição do desemprego masculino. As mulheres, por sua vez, deveriam seguir “cuidando e vigiando o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas.” (SCOTT, 2016, p. 18).

A vinda de imigrantes europeus supriu a carência de mão de obra fabril, contribuindo

também para o fortalecimento da luta operária e para a propagação das ideias de anarquismo. As estratégias punitivas, para com o(a) trabalhador(a), não surtiam mais efeito, por isso era necessário criar outros métodos de dominação desse(a) trabalhador(a). Dentre esses artifícios, ganhou força a ideia paternalista de um patrão que visa o bem-estar dos(as) trabalhadores(as), por meio da criação de vilas operárias, escolas e assistência médica junto às fábricas. Isso auxiliava o empregador a vigiar seus empregados, porque essa proximidade das vilas operárias fortalecia o controle da vida além fábrica, inclusive com a imposição e difusão do modelo de família burguês.

No início do século XX, as trabalhadoras não eram muito organizadas, e suas manifestações se fragilizavam diante das retaliações e demissões, no entanto, ainda assim, ocorriam reivindicações à dominação patronal. Essa organização se tornava mais complexa para alguns grupos de trabalhadoras, como as domésticas, que tinham dificuldades em se reunir e articular a luta coletiva. Apesar disso, no fim do século XX, a sindicalização feminina aumentou, uma vez que foram aceitas, pela primeira vez, em sindicatos, cujo público era apenas masculino. Na virada do século, alguns sindicatos reivindicavam salários igualitários para homens e mulheres, mas ainda assim as mulheres seguiam ganhando menos que os homens, tendências que se prolongam até os dias atuais (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 284).

O fortalecimento da divisão de tarefas por gênero, da maneira que se identifica até hoje, tem suas raízes na primeira metade do século XIX, quando se iniciou uma nova definição do que é infância. Nesse momento, buscava-se um crescimento demográfico, a fim de compor os quadros de trabalho nas fábricas e de consumidores de produtos da nascente indústria. Para que ocorresse o crescimento demográfico esperado, os Estados deveriam se preocupar com a questão da mortalidade infantil, e isso só seria possível com cuidados específicos, construindo a ideia de que as crianças são mais frágeis que os adultos; consequentemente, criou-se modos de lidar com esse grupo, atribuindo-se às mulheres um papel estratégico nesse processo.

Foi nesse momento que as brincadeiras infantis começaram a ser reguladas: as meninas foram desaconselhadas a fazer qualquer brincadeira que colocasse em risco seus corpos. Subir em árvores, correr, nadar em lagos era proibido para elas a partir dos seis anos de idade. Às meninas, eram destinados divertimentos que imitassem o que fariam (ou do que queriam que fizessem) nas suas vidas adultas, como bonecas, panelinhas, ferro de passar e

vassourinhas. Por conta disso, a divisão sexual de tarefas foi reforçada por esse cuidado.

Além disso, de modo a contribuir para que a mortalidade infantil caísse, as mulheres deviam estar em casa para acompanhar os filhos. A educação e acompanhamento da prole viraram tarefas exclusivamente femininas, e esses modelos de viver e agir na sociedade tinham que ser repassados aos filhos, como afirmou Silvia Fávero Arend (2016, p. 72):

Em meados do século XX, enquanto os meninos saíam para brincar com maior liberdade nas vias públicas, nas famílias dos setores médios da sociedade, as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves, tais como secar louça, tirar o pó dos móveis, passar roupa, bem como cuidar dos irmãos e irmãs mais jovens. A divisão sexual do trabalho começava desde cedo e permanência na fase adulta. Havia, inclusive, um temor entre os pais de que meninos que realizavam tarefas domésticas pudessem se tornar afeminados.

Percebe-se que, mesmo no período mencionado, com padrões de divisões sexuais mais rígidos, muitas mulheres das classes populares não conseguiam se enquadrar a esse modelo pré-estabelecido, pois necessitavam trabalhar fora. Atualmente, também muitas mulheres são mantenedoras dos seus lares, contudo ainda assim enfrentam uma dupla jornada de trabalho, atribuindo a si mesmas a única responsabilidade no cuidado com a casa e com os filhos. Vale ressaltar que “a divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente” (BIROLI, 2018, p. 42), e isso corrobora a conclusão de que os estereótipos de gênero só fortalecem as desigualdades na distribuição de responsabilidades e nas imposições ocupacionais femininas.

Essa divisão desigual do trabalho não impacta da mesma maneira na vida de todas as mulheres. As restrições na vida feminina se estabelecem na forma de opressões cruzadas por elementos mantenedores, como raça e classe. Por exemplo, mulheres que podem pagar outras mulheres para exercerem a função de trabalhadoras domésticas ou terem melhores condições de se dedicar a alguma carreira e tem mais tempo para participação na vida pública. As mulheres com pouca ou nenhuma renda ficam ainda mais vulneráveis às violências, pois muitas vezes não encontram outro meio de se manterem separadas dos maridos, ainda que violentos, como disserta Biroli (2018, p. 44):

Tomemos como exemplo a violência doméstica: os obstáculos para que as mulheres deixem relacionamentos e lares violentos têm como componente

importante, embora não exclusivo, o fato de que, em virtude dos padrões sociais expostos anteriormente, sua posição relativa implica condições materiais e cotidianas desvantajosas e de maior vulnerabilidade em relação aos homens, sobretudo quando tem filhos pequenos.

O trabalho doméstico demanda tempo e limita a atuação das mulheres nos diferentes espaços sociais, além do impacto em suas rendas, já que, para atender às responsabilidades que lhes são atribuídas, dedicam-se menos tempo ao trabalho remunerado do que os homens ou simplesmente deixam de “trabalhar fora”. Essa dependência financeira, muitas vezes, revela-se sendo um fator determinante para as mulheres se manterem em lares violentos.

Essa é uma questão importante a ser pensada em virtude de essa divisão sexual do trabalho interferir diretamente na possibilidade de diferentes escolhas na vida de mulheres e homens, fortalecendo as hierarquias de gênero. Biroli (2018, p. 43) destaca que “a divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, com impacto nas suas possibilidades de participação política”, ou seja, essa divisão desigual faz com que as mulheres sejam prejudicadas em várias áreas de suas vidas, inclusive na representatividade política.

A autora procurou refletir que a divisão sexual do trabalho é um fator importante da exclusão feminina da vida política, comprometendo a autonomia individual e coletiva das mulheres. A pouca representatividade política pode ser facilmente percebida, considerando os dados, haja vista que, dos 1680 cargos eletivos das esferas federal e estadual, apenas 251 vagas estão ocupadas por mulheres e menos de 12% dos cargos das prefeituras estão ocupadas por elas, sendo que 52% do eleitorado brasileiro é feminino¹².

Essa baixa representatividade feminina – uma vez que nem sempre as mulheres votam em mulheres – é fruto da expectativa de que os homens devem ocupar os cargos políticos ou de que a política é mais bem exercida por homens. Isso é fruto da baixa quantidade de mulheres que ocupam cargos de poder, como também do silenciamento feminino, porque as pautas masculinas são mostradas como universais. Em paralelo, muitos partidos evitam tocar em assuntos femininos, como a legalização do aborto, por considerarem muito arriscado falar sobre isso em uma sociedade conservadora como a brasileira.

Além disso, as mulheres que ocupam cargos políticos e lutam pelos direitos femininos são caracterizadas como histéricas, mal amadas e revoltadas. Logo, para que esse quadro

¹² Dados retirados do jornal *O povo* (2019).

mude, é necessário alterar as formas de reconhecimento das meninas, estimulando-as a ocuparem espaços de lideranças não só dentro da disciplina de História, mas também alcançando toda a comunidade escolar. Isso, pois perceber os discursos e práticas que as inferiorizam como sendo fruto de uma sociedade machista, e não como algo natural, é um processo que auxiliará as meninas e mulheres a serem protagonistas em vários espaços, inclusive na política.

Acerca disso, a possibilidade de as mulheres serem mais sensíveis aos problemas femininos, levantando essas adversidades como bandeiras políticas, é muito maior se comparado com os homens, que não se sentem afetados por questões, como a legalização do aborto, a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à inserção das mulheres no mercado de trabalho, a criação de espaços onde as mães possam deixar seus filhos enquanto trabalham e estudam, entre outros. Esse é um impasse a ser enfrentado a partir de discussões sobre o preconceito e a discriminação contra as mulheres, a começar nas escolas.

É relevante destacar que essa exclusão feminina da política também foi historicamente construída. Muitas mulheres se baseavam em teorias iluministas do final do século XIX para lutar por seus direitos, porém, mesmo nesse período de desconstruções e de efervescência cultural, muitos filósofos iluministas reivindicavam direitos de cidadania para outras minorias, como escravos, judeus e indígenas, embora mulheres continuassem excluídas, prevalecendo o discurso da mulher doméstica e subserviente (PINSKY, PEDRO, 2012, p. 266). O crescimento da atuação feminina nas cortes e fora delas fez com que aumentasse as vozes contrárias ao envolvimento das mulheres na política, na cultura e na vida pública, como dissertam Carla Pinsky e Joana Maria Pedro (2012, p. 267):

A mulher que atua nos territórios “masculinos” da cultura e da política foi repudiada em favor da mulher doméstica, que elege a família como centro de sua vida. Esse pensamento ganhou força muito rapidamente, em vários países, na época da Revolução Francesa e das guerras Napoleônicas e consolidou-se nas leis, na imprensa, na opinião pública e na política do Estado. A antiga distinção entre “mulher respeitável” e “não respeitável” (desqualificada, prostituta) foi reafirmada no início do século XIX.

Essa citação evidencia que, quando as mulheres ocupavam áreas de atuação reconhecidamente masculinas, essa ação era vista como expressão de uma desordem social; logo, algo que contribuiria para uma sociedade degenerada. Em outras palavras, ao mesmo

tempo que crescia o combate à figura pública feminina, aumentava também o apelo à mulher do lar como um efeito positivo para a construção dessa mesma sociedade.

Durante a elaboração da constituição de 1891, da Primeira República, após os debates da assembleia constituinte, foi vetado o sufrágio feminino sob os argumentos da “natural” inferioridade feminina. Naquela época, muitos acreditavam que a participação das mulheres na política abalaria os pilares da família, e os homens não confiavam na capacidade feminina de gerenciar ou se envolver com a coisa pública. A constituição de 1891, segundo Coelho (2009, p. 89):

(...) manteve como eleitores os “cidadãos” acima de 21 (vinte e um) anos de idade, excluídos os analfabetos, soldados, mendigos e religiosos. Curiosamente a exclusão das mulheres não foi explicitada, e o termo cidadãos, no masculino, também não se referia a elas. Esse fato permitiu a algumas tentar se alistar, durante o período em que esta constituição vigorou (até 1934). Mas a ideia do voto feminino, como direito feminino, não foi mais abandonada, dando origem ao surgimento do movimento sufragista, que já existia na Europa desde o final do século XIX.

As mulheres eram consideradas cidadãs com direitos limitados, e a ideia da não participação política feminina lhes parecia tão óbvia que elas não apareciam na constituição nem como excluídas das eleições, ficando explicitadas apenas as interdições aos analfabetos, mendigos e religiosos. Naquela época, considerava-se que, sendo os sujeitos naturalmente diferentes (raça, gênero, classe etc.), os direitos de cidadania também deveriam ser exercidos de forma desigual. Essa obviedade transformou-se em uma “brecha” na lei que, depois, foi utilizada pelas mulheres para tentar participar do processo eleitoral. Em relação a isso, para a elaboração produto, utilizou-se um documento desse período em que o juiz contesta uma mulher, formada em direito, que, por ser letrada, reivindica o direito de voto, mas que é proibida pela justiça de exercer esse direito.

Apesar desses discursos, o início do século XIX foi marcado pela mobilização feminina para reivindicar direitos políticos. Leolinda Daltro e Gilka Machado, já em 1910, mesmo não sendo elegíveis e nem eleitoras, fundaram o Partido Republicano Feminino com o objetivo de mobilizar a sociedade a lutar pelos direitos políticos femininos. Por meio desse partido, organizaram eventos, como a marcha de 1917, em que cerca de noventa mulheres foram às ruas do Rio de Janeiro reclamando o direito à cidadania (COELHO, 2009, p. 89).

Em 1918, um grupo de mulheres (destaque para Bertha Lutz) criou uma organização denominada Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que, em 1922, transformou-se na Federação Brasileira para o progresso Feminino (F.B.P.F), tendo como centro de luta o voto feminino, isto é, o reconhecimento da cidadania plena feminina. Essa federação foi fundamental para pressionar os líderes políticos e, por consequência, conquistar o sufrágio universal em 1932. A F.B.P.F também foi uma importante ferramenta de luta pela ampliação dos direitos femininos, mesmo após a aprovação do voto feminino. A federação não foi um caso inédito no que tange ao movimento de mulheres em prol do bem comum, porém foi o movimento feminino de maior reconhecimento no país.

Bertha Lutz foi muito importante para a luta sufragista, pois defendeu os direitos políticos femininos e incentivou a formação da Liga de Emancipação com o intuito de reunir mulheres para organizar a luta. Os membros do movimento argumentavam que a participação política não atrapalharia sua atuação no ambiente doméstico. Argumentos como esses eram utilizados, pois elas reconheciham que, se atacassem diretamente o papel social feminino e as hierarquias de gênero, suas conquistas seriam muito mais difíceis, já que lutavam em um momento de tentativa de fortalecimento do discurso da mulher doméstica e dócil. Por conta disso, essa forma de atuação fez com que o movimento fosse identificado como um “bom” feminismo. Infere-se, então, que existiam outros movimentos mais perigosos para a ordem social e para os cânones de gênero.

Mesmo após conquistarem o direito de voto, as mulheres ainda não tiveram a igualdade política, sujeitas às posturas preconceituosas, sendo achincalhadas por suas características físicas, em detrimento da sua forma de atuação política e tendo suas falas desconsideradas, como aconteceu durante o governo da primeira presidente mulher eleita no Brasil, Dilma Rousseff. Acerca disso, Silaine Bohry Oliveira, na dissertação de mestrado *A democracia e a mulher: uma análise da abordagem da questão de gênero durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff* (2017), ressalta que os discursos de gênero se iniciaram já na campanha eleitoral de Dilma, quando foi nítida a ambivalência de valores masculinos e femininos relacionados à imagem da futura presidenta. A então presidenta, era atribuída a característica de ser muito “dura” e “seca” em suas posturas e tomadas de decisões e, ao mesmo tempo, qualidades de mãe e avó, fortalecendo os ideais maternais que corroboram o fortalecimento do estereótipo feminino.

Oliveira (2017) sinaliza que, durante o processo do impeachment, Dilma fez uma série de discursos que contribuiu para a conclusão de que “o estereótipo de gênero, segundo o qual a mulher é frágil, seria uma tentativa de desvalorização e de diminuição da mulher, colocando-a como alguém que não tem força para resistir à pressão” (OLIVEIRA, 2017, p. 56). Nesse sentido, comprehende-se que as características geralmente relacionadas ao feminino eram veiculadas à presidenta, a fim de fortalecer o discurso de ingovernabilidade. Constatando essa associação, Dilma realizava discursos bastante combativos por meio do uso do gênero, visando alcançar, sobretudo, o público feminino.

Ressalta-se também seus pronunciamentos referentes ao pedido de impeachment, em grande parte, um ato de machismo e misoginia de um grupo que não suportaram ver uma mulher ocupando uma posição de poder máximo no país (OLIVEIRA, 2017). A oposição ao governo de Dilma se utilizou fortemente de preconceitos e estereótipos de gênero para deslegitimar a imagem da então presidenta. Sua veiculação a imagens negativas aconteceu não só por meio de discursos, mas também pela criação de *memes*¹³ e até mesmo a utilização de adesivos automotivos sugerindo sua violação sexual¹⁴. Esses elementos visavam à crítica pautada na humilhação e na objetificação do feminino da presidenta, consolidando a cultura de estupro e demonstrando a sub-representação das mulheres na política brasileira.

As jornalistas Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso no texto “Uma questão de gênero: ofensas de leitores a Dilma Rousseff no facebook da Folha”, publicado 2016, fazem uma análise dos comentários dos leitores da folha, direcionados à ex-presidenta Dilma após os protestos pró-impeachment, mostrando que cerca de 56 % dos comentários traziam o preconceito de gênero. Utilizando-se da análise do discurso, agruparam os comentários em seis núcleos de sentido: Desqualificações profissionais, machismo e sexism, *Gaslighting* e *Mansplaining*, *Bropriating*¹⁵, misticismo e religiosidade; ódio e misoginia,

¹³ A palavra meme é um termo grego que significa imitação, porém a expressão “meme” é utilizada para se referir a qualquer informação que viralize, sendo copiada ou imitada na internet. Esses memes são imagens, vídeos ou gifs de conteúdo cômico, e que acabam se espalhando na rede por meio das redes sociais ou fóruns. Meme é um termo usado originalmente na biologia. Ele foi criado pelo biólogo evolucionista Richard Dawkins em 1976, em seu livro “O gene egoísta”, daí a palavra foi usada por Dawkins para descrever uma forma de propagação cultural. Desse modo, assim como o gene tem a capacidade de repassar a informação genética de um ser, o meme poderia se espalhar entre os indivíduos, propagando uma ideia ou comportamento.

¹⁴ Sobre os adesivos “sexuais”, ver: Adesivos... (2015).

¹⁵ *Gaslighting*, *mansplaining* e *bropriating* são termos importantes, criados para apontar o machismo cotidiano em diferentes situações. *Gaslighting* é uma espécie de abuso psicológico que desqualifica a mulher pondo em xeque sua sanidade, percepção e raciocínio, conduzindo-a a achar que enlouqueceu ou está equivocada sobre um determinado assunto. *Mansplaining* vem da junção de man (homem) com explaining (explicar), que significa

concluindo que:

Os cinco núcleos de sentido observados nos comentários da mostra evidenciaram que as ofensas e agressões se deram por meio de ridicularização, deboche e ironias no caso do *Gaslighting* e *Mainsplaining*; na ligação entre a mulher e personagens que simbolizam o mal, a rebeldia e o poder no Misticismo e na Religião; na violência dos xingamentos e expressões de repulsa e ojeriza que denotam a Misoginia e o Ódio; nas ofensas sexistas, sectárias e discriminatórias do Machismo e Sexismo; e nas ideias de submissão, apagamento e inferioridade da mulher que caracterizam os sentidos do *Bropriating*. Estes cinco núcleos de sentido revelam as diferentes formações culturais que mobilizam os discursos dos leitores e mostram como o preconceito e o machismo ainda são latentes na sociedade e se concretizam de forma explícita no espaço jornalístico. (STOCKER; DALMASO, 2016, p. 688)

No processo de *impeachment*, a grande mídia se manifestou várias vezes ao veicular notícias que reforçavam a ideia de que Dilma era descontrolada, emocionalmente, relacionando à suposta falta de habilidade em governar a sua fragilidade emocional e desequilíbrio, características que historicamente são relacionadas ao sexo feminino. Em contrapartida, a imagem de descontrolada, briguenta e feia de Dilma Rousseff contrastava com a imagem de “Bela, recatada e do lar”¹⁶ de Marcela Temer, esposa de Michel Temer, que assumiu a presidência após o processo que retirou a presidenta do poder.

No *Jornal de Brasília*, na edição impressa do dia 16 de maio de 2016, o colunista Gilberto Amaral afirmou que várias críticas foram feitas ao governo do presidente Temer por não haver nenhuma mulher à frente de um ministério, porém, por si só a beleza de Marcela Temer, como primeira-dama do país, já representaria muito bem o charme e elegância da mulher brasileira (AMARAL, 2016). Ou seja, essas falas, tanto da colunista Juliana Linhares, que veicula de maneira positiva a ideia de Marcela Temer ser do lar, como a do colunista Gilberto Amaral, representam muito bem a ideia ainda hoje compartilhada por muitos na sociedade brasileira de que a mulher boa deve se dedicar à vida privada, cuidando da família e se mantendo no recato do lar, estando sempre à sombra dos seus maridos. A mulher que se

quando um homem explica coisas óbvias para as mulheres sem que elas solicitem, supondo que elas não fossem capazes de entender. *Bropriating* é uma junção de “bro” (de brother, irmão, mano) e “appropriating” (apropriação), e ele se expressa quando um homem se apropria de uma ideia já exposta por uma mulher, levando os créditos no lugar dela. Existe ainda o termo *Manterrupting*, que não foi citado pelas autoras mas que é importante ser lembrado, quer dizer homens que interrompem, isso acontece quando as mulheres são interrompidas constantemente por homens ao seu redor, como se as colocações femininas não fosse de nenhuma valia.

¹⁶ Chamada da reportagem produzida pela *Revista Veja* de 18 de abril de 2016, pela colunista Juliana Linhares (2016).

envolve na política, ocupando altos cargos de gestão, evidenciando fortemente sua vida pública, sendo protagonista de suas vidas, está sujeita ao julgamento social e ao escárnio, o que mostra uma forte permanência¹⁷.

3.2 As mulheres e a vida privada

A sexualidade feminina na Primeira República, como as demais áreas da vida feminina, foi muito regulada, atendendo os padrões burgueses. Às mulheres, a prática da atividade sexual só era permitida após o matrimônio, e, controlando todos os “excessos”. O sexo no seio familiar era praticado visando apenas a reprodução, a sexualidade praticada para satisfação dos desejos devia ser exercida fora do lar “e o desvio podendo existir, mas de formas separadas: eles não cabiam no mesmo teto, nem na mesma rua. A perversão só era possível, portanto, no mundo da prostituição, cabendo dentro do lar, o respeito.” (MAZZIEIRO, 1998, p. 2).

O casamento formal era mais recorrente entre pessoas de classes mais abastadas. Apesar de as classes populares reconhecerem o casamento como uma instituição que traria reconhecimento social, principalmente para as mulheres, era muito mais comum os casais viverem de forma consensual, chamada amasiamento, não investindo na formalização da relação, pois não tinham patrimônio e assim tinham a liberdade de se juntar para compartilharem as dificuldades da vida cotidiana, assim como tinham mais facilidade em separar-se, caso a relação não estivesse boa. Era comum mulheres das classes populares divorciadas, como também aquelas que tinham filhos dessas diferentes uniões, demonstrando relações muito mais maleáveis que as vivenciadas pelas elites.

O casamento institucionalizado ocorria bem mais nas classes mais abastadas, pois era muito caro e era utilizado como uma união de patrimônios e de interesses entre as famílias de elite, e, como os pobres não tinham bens materiais, as uniões aconteciam para que o casal pudesse compartilhar as dificuldades de uma vida comum, podendo ser desfeita a partir do momento em que estivessem infelizes na relação. Essa liberdade nas relações serviu como justificativa para um maior controle social e repressão das práticas e costumes das classes

¹⁷ Para saber mais sobre os ataques misóginos direcionados à Dilma Rousseff e a influência da mídia em veicular uma imagem negativa de Dilma *versus* imagem positiva de Marcela Temer, ver: Zdebskyi; Maranhão e Pedro (2015).

populares, pois eram considerados imorais e insatisfatórios para a construção de uma família disciplinada, higiênica e saudável. Sobre os valores de honra das classes populares, é preciso lembrar o que apresenta Martha Abreu (1989, p. 119):

É exatamente a prática de muitas ofendidas pobres que permite pensar a hipótese da honra, para elas, ter significado distinto, apesar da difusão dos valores higiênicos. Tinham relações sexuais sem passarem, pelo menos, por um longo namoro. Arriscavam declarar conquistas amorosas, sem perceberem que a passividade deveria ser a marca de seu procedimento. Sentem prazer na relação sexual e procuram esse prazer, quando na verdade, para médicos e juristas, a maternidade deveria ser o único objetivo. Saíam só e voltavam tarde, não renunciando (e como poderiam?) ao lazer da rua ou à necessidade de sobrevivência(...) Moças com essa prática não poderiam ter pensado em casamento ou na perda da virgindade da mesma forma que os juristas. Não que inexistissem regras de honestidade, de namoro ou de casamento, só que, certamente, eram diferentes das exigidas pelos valores de honra dos juristas.

A sociedade da época acreditava que a mulher saudável tinha o natural instinto da pureza, da serenidade e do cuidado, sendo mais suscetível aos sentimentos maternos do que aos desejos. As mulheres das classes populares também tinham seus valores de honra, honestidade e casamento, porém, vivenciavam esses valores de modo diferente do que era imposto pela medicina e pela justiça. As que exerciam uma sexualidade mais intensa, ou não respeitavam a norma social do sexo após casamento, sofriam as consequências de passar pelo estigma de ser uma mulher “perdida”, sob a ameaça de serem expulsas de casa pelos pais ou terem como destino a prostituição. Em alguns casos, eram até mesmo internadas como loucas nos hospícios. Essas mulheres eram consideradas doentes, pois tudo o que extrapolava as normas burguesas de família nuclear saudável, voltada à procriação, era visto como um desvio a ser corrigido. Qualquer exercício de sexualidade que fugisse aos padrões poderia justificar um internamento, como evidencia Maria Clementina Pereira Cunha (1989, p. 139):

Para as mulheres de uma origem social marcada pela respeitabilidade, são bem diferentes as designações nosográficas: elas eram quase sempre classificadas nas rubricas da loucura moral ou, mais frequentemente, da histeria, rótulo no qual são quase invariavelmente incluídas as solteironas, as mulheres casadas portadoras do imperdoável sintoma de “anesthesia sexual”- significativamente capaz de explicar sua “loucura”- ou de todo comportamento sexual não condizente com as expectativas das “boas famílias”.

Com isso, é possível concluir duas questões: as mulheres pobres (especialmente em se

tratando de pobres e negras) eram consideradas naturalmente propensas a um exercício desregrado da sexualidade, enquanto as das camadas mais elevadas seriam “marcadas pela respeitabilidade”. Isso justificaria uma tentativa de maior controle sobre as classes pobres. Outro fator importante a ser observado é que, se as mulheres tivessem uma prática sexual intensa, elas seriam consideradas anormais, porém, se elas se opusessem ao sexo ou praticassem o celibato, também eram passivas de internação, já que o esperado de uma mulher é que ela se case e procrie, além de também ser utilizada como fonte do prazer do marido.

Em suma, quaisquer transgressões aos papéis de gênero que chegassem a causar vergonhas ou inconveniente às famílias eram o suficiente para que isso ocorresse a internação. Algumas passavam anos em reclusão, outras podiam permanecer internadas pelo resto de suas vidas, em total abandono, sem ter sequer visitas de familiares. O internamento, além de um depósito de pessoas indesejáveis na sociedade, funcionava também como uma espécie de punição pelo não enquadramento às imposições da sociedade.

Isso não significa dizer que não ocorriam resistências a essas imposições. Pelo contrário, nos processos criminais catalogados e utilizados para o produto didático, a ser apresentado no capítulo a seguir, percebe-se que, apesar de as mulheres reconhecerem esses comportamentos como o modelo a ser seguido, muitas delas, principalmente as mulheres trabalhadoras, que tinham um pouco mais de liberdade, burlavam essas normas sociais. Além disso, quando precisavam ser “protegidas” pela justiça, recorriam a essas normas, como no caso dos defloramentos. Muitas moças já tinham uma vida sexual ativa com seus parceiros, mas quando percebiam que não ia acontecer o casamento, recorriam à justiça para reivindicar sua virgindade perdida, mesmo sem compartilhar dos valores burgueses. Porém, para a justiça, nem todas as mulheres mereciam proteção, e era necessário provar que tinham uma vida dentro das posturas e comportamentos normatizados para conseguir o resguardo judicial. O casamento, nesses casos, era considerado uma reparação, pois conduziria as mulheres defloradas de volta a uma vida correta e dentro dos padrões esperados por uma mulher direita.

A honestidade era um dos atributos mais valorizados nas mulheres da Primeira República. Ser uma mulher honesta era o oposto de ser considerada uma mulher pública. Como já foi dito anteriormente, uma mulher pública era vista como uma mulher mundana, libertina, que saía às ruas desacompanhada de um responsável e que não possuía os valores de uma vida privada. A honestidade era construída por meio de várias características: eram

verificadas as vestimentas, o tempo que passava fora de casa e os locais que frequentava, como também se costumava sair desacompanhada, os horários que saía e com quem saía.

Esse controle da sexualidade feminina faz parte do projeto moralizador desse período, com ressonâncias ainda nas ideias e valores atuais. Os homens tinham espaço para exercer suas sexualidades no espaço privado (com suas esposas) e no espaço público (com prostitutas e amantes), e isso era socialmente aceito. O objetivo era controlar a vida sexual feminina para fortalecer o discurso de maternidade e família, a fim de possibilitar a construção de lares sadios, disciplinados e prontos para criação dos futuros trabalhadores, que auxiliariam na execução de um novo país moderno e industrial. O paradigma de homem e de mulher denotava modos diferentes de viver a sexualidade, pois o homem deveria ser mais racional e autoritário por natureza: “Dominado por tais qualidades másculas e viris, era menos propenso ao amor que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o desejo do gozo puramente sexual.” (SOIHET, 1989, p.115).

A medicina afirmava que o homem tinha a necessidade de exercer mais efetivamente sua sexualidade, e a mulher, por ser mais sentimental, estaria mais propensa aos sentimentos, ao amor e à maternidade. Esse mito da mulher “assexuada” construído pelos discursos da medicina e reafirmada pela sociedade da época fortaleceu a ideia de que toda mulher que vivenciasse sua sexualidade de uma outra maneira seria louca, doente, desordeira. Acerca disso, ainda hoje alguns discursos sobre a moralidade feminina prevalecem, e são utilizadas como justificativas para diversas violências. Na Escola Osires Pontes, no ano de 2019, criou-se uma página na rede social *Facebook* denominada “Confissões de Osires” com administrador anônimo, em que foi realizado um ranking das mais “vadias” da escola, elencando quais meninas os meninos não poderiam ficar, pois eram muito “galinhas”.

Na referida página, estava o nome das meninas, a qual turma elas pertenciam e com quais rapazes haviam ficado, como também que tipo de relações tiveram com eles. Segundo Luciana de Rezende Nogueira, no mundo virtual podemos tipificar esse tipo de violência como “pornografia de vingança” e o “cyberbullying”, também conhecido como “cyber vingança”. Conforme define a autora, esses fenômenos ocorrem quando há “a disseminação de comentários discriminatórios e/ou compartilhamento de vídeos ou fotos através das imagens íntimas disponibilizadas nos meios digitais por atos de vingança.” (NOGUEIRA, 2019, p. 2).

A escola tomou conhecimento dessa página e do cyberbullying¹⁸ por meio das próprias estudantes que tiveram o nome exposto na rede social, e, ao investigar quem eram os criadores da página, descobriu-se que era um grupo, e a principal autora era também uma menina. Esse tipo de violência é muito problemático, pois “na era virtual revelou-se um novo personagem, pessoas sem caras, sem identidades e com a sensação de impunidade que fazem dessa nova era um terreno cruel e sem regras.” (NOGUEIRA, 2019, p. 5). Estar “protegido” atrás das telas dos smartphones e dos computadores, muitas vezes, favorece a falta de reflexão dos agressores sobre os impactos reais que esse tipo de ação causa na vida das pessoas.

Segundo o jornal *Folha de Londrina*, de março de 2019, as mulheres são as principais vítimas de crimes cometidos na internet (MULHERES..., 2019, *on-line*). Além disso, afirma ainda que o cyberbullying, os casos de extorsão e vazamento de imagens íntimas figuraram entre os principais casos atendidos pelo canal de ajuda do *Safernet Brasil*¹⁹. Esses dados mostram claramente como existe, na internet, uma reprodução da violência contra as mulheres que existem na sociedade. Falar também que a criadora dessa página foi uma menina evidencia o quanto devastadores são os efeitos do preconceito de gênero e da imposição dessa moralidade sobre as mulheres. Esses padrões foram introjetados de tal maneira que leva, algumas vezes, as próprias mulheres a regularem e julgarem os comportamentos umas das outras, fortalecendo ainda hoje, discursos reguladores e práticas violentas.

O processo de transição do Império para a República foi definido por uma efervescência intelectual e ideológica que demonstrou um novo interesse pela educação. O fim da escravidão e a busca pela modernidade simbolizavam novos padrões culturais e educacionais e esse contexto influenciou as elites intelectuais a refletirem sobre o ideal de educação que alcançasse a todos. Com a Proclamação da República, o Brasil se tornou um estado laico, e a junção entre Estado e Igreja foi abandonada no país.

Acompanhando esse processo de laicização do ensino brasileiro, o foco da educação vai apontar para a formação da classe dirigente e para a sustentação dos pilares da república,

¹⁸ Cyberbullying é um tipo de violência praticada contra algum membro da comunidade escolar por meio da internet ou de outras tecnologias relacionadas. Utilizar-se dessa prática significa usar o espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa, difamando e insultando. É uma das faces mais perigosas e degradantes da violência escolar, devido ao alcance e a velocidade do compartilhamento de informações da internet, pois pode acarretar danos irreversíveis à imagem do alvo desse tipo de violência. Um exemplo a ser citado é a publicização de fotos íntimas e de histórias íntimas compartilhadas pela confiança de uma amizade.

¹⁹ ONG de promoção dos Direitos Humanos na internet.

através da formação de cidadãos ordeiros. A educação formal desse período era voltada também à formação dos indivíduos produtivos, visando instrumentalizar o povo para atender às demandas de civilidade que o processo modernizador parecia requerer.

Essa preocupação com o ensino auxiliou o ingresso de um maior número de mulheres na educação formal na Primeira República, embora essa educação fosse voltada para a melhor administração do lar e da educação dos filhos. A educação serviria para aperfeiçoar sua atribuição social: serem mães, esposas educadas e valorosas educadoras da sua prole, para formar os futuros cidadãos que lavariam adiante o projeto civilizatório da nação. Para ajudar nessa tarefa, estudavam apenas para aprender a escrever e calcular e compunham os currículos disciplinas como costura e economia doméstica.

Além de a educação formal feminina ser voltada para a boa realização das atribuições do lar, existia uma preocupação em criar um currículo diferenciado para meninas e meninos, pois as meninas não podiam ter um grau de instrução maior que o dos meninos e essas características foram perpetuadas “em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família.” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2004, p. 5). Era necessário manter as coisas “em seu devido lugar”, perpetuando a supremacia masculina e a submissão feminina. Os argumentos utilizados para o incentivo à educação feminina estavam relacionados à necessidade de modernização da sociedade e aos discursos médicos/higienistas, que reafirmavam a importância do conhecimento feminino para uma boa criação dos filhos e higiene do lar, que obviamente, estaria também relacionada também à saúde familiar.

Esse ensino também era regulado pelos padrões de moralidade em que meninas e meninos deviam estudar separados, sem ter nenhum tipo de contato um com o outro, pois essa convivência “não era vista como prática recomendável nem pela Igreja Católica, nem pelo ideário positivista que foi se alastrando no país no século XIX.” (ROSEMBERG, 2016, p. 336). Mesmo após o estado laico, a Igreja deixa de ser atrelada ao Estado, mas suas influências continuam dominando o imaginário social:

Com a Constituição Republicana ocorre a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a laicidade desse, todavia a Igreja Católica não foi afastada do ensino e procurou, ao contrário, compensar a menor influência na vida civil criando colégios destinados à educação, onde a educação confessional certamente permaneceu. Isso, entretanto, não provocou grandes mudanças, pois a dualidade do ensino no Brasil não foi solucionada pelo governo. (INÁCIO FILHO; SILVA, 2004, p. 5)

A Igreja católica continuou dominando algumas esferas da vida social, como é o caso da educação feminina. A classe dirigente tinha mais acesso à educação formal do que os pobres, e a Igreja predominava na educação das filhas da elite, pregando os valores morais e a formação das meninas com o objetivo de aperfeiçoá-las para o casamento e para a boa criação dos filhos. Existiam também as escolas religiosas que se dedicavam a uma educação filantrópica com foco nos órfãos e nas crianças medicantes, como mostrou Ana Cristina Pereira Lima em sua tese *Infância e recolhimento: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX* (2019).

Ana Lima (2019) revela que a educação das meninas pobres conforme o modelo educacional vicentino do Colégio da Imaculada Conceição era voltada à formação de donas de casa e de empregadas domésticas, sugerindo, desse maneira, um modelo de educação que servia à manutenção da ordem social onde “o que ensinar e o que aprender era politicamente selecionado para sedimentar estratos sociais, nos quais os pobres não deveriam acessar os mesmos saberes que os ricos, a não ser para melhor servi-los” (LIMA, 2019, p. 184). Refletindo sobre isso, é possível perceber que a educação das mulheres ricas muitas vezes era voltada à formação para o casamento, em que seriam sustentadas materialmente por seus maridos, e não para o mundo do trabalho, como a formação das mulheres pobres.

Em relação à educação proporcionada pelas instituições laicas e religiosas na formação da mulher, as duas eram bastante diferenciadas, pois as escolas laicas responsabilizavam-se mais pela formação dos mais pobres, devendo ressaltar que poucos pobres frequentavam a escola brasileira nesse momento histórico. Na primeira República, o Brasil era um país de analfabetos, agrário, em que as crianças auxiliavam nos trabalhos domésticos e em outros espaços desde muito cedo. As instituições religiosas privadas serviam mais para a formação da elite, consolidando a relação estreita entre o arcabouço cultural conquistado com a educação e o casamento. Vale destacar a existência de escolas religiosas que aceitavam os dois segmentos: as pensionistas (que pagavam mensalidade) e se dedicavam à filantropia recebendo órfãos, como no caso do Colégio Imaculada Conceição, citado anteriormente.

Em uma sociedade que acreditava que a diferença entre homens e mulheres era meramente de ordem biológica, na educação formal ressaltavam a importância dessa separação das turmas masculinas e femininas, pois a mulher era considerada mais frágil e menos capaz que o homem. Essa separação também era justificada pelo viés da moralidade, já

que mesmo no século XX a sociedade considerava que as mulheres deviam ser vigiadas, e não deviam estar na companhia de rapazes quando estivessem desacompanhadas.

A participação feminina na educação formal também é uma história de desigualdades. Algumas mulheres procuravam a educação formal como meio de sobrevivência e, a partir disso, as escolas normais e a formação para o magistério começaram a ser uma possibilidade feminina de trabalho. A inserção feminina na Escola Normal esteve ligada à demanda do curso primário devido à tentativa republicana de democratização do ensino, uma vez que esse nível foi criado com o objetivo de sanar o grande índice de analfabetismo brasileiro. Com a demanda do ensino primário, cresceu também a necessidade de profissionais para atuar nessas instituições, cuja consequência foi a possibilidade de trabalho para as mulheres. O magistério foi uma área socialmente aceita como campo de atuação feminina, pois estava relacionada ao modelo correspondente ao seu papel social: educar e cuidar. A profissão era considerada digna de mulheres direitas que precisavam trabalhar para se manter e as profissionais tinham que obedecer a uma série de padrões éticos e comportamentais para exercer essa função.

Para entender o processo de exclusão no ensino brasileiro na Primeira República, é necessário entender que esse era estruturado da seguinte forma:

De um lado a chamada “educação popular” composta pelo ensino fundamental (escolas primárias de vários tipos- isoladas, reunidas e grupos escolares) e pelo ensino secundário profissional, ou seja, as escolas complementares e técnicas profissionais, com destaque para as escolas normais e, de outro, a denominada “educação de elite” constituída pelos ginásios (educação secundária não profissional, isto é, propedêutica e humanista) e pelas escolas superiores. Estes dois sistemas estavam dispostos em paralelo e não havia possibilidade legal de intercomunicação, durante o período estudado, ou seja, de 1889 a 1930. (NADAI, 1991, p. 9).

Além dessa divisão, deve-se considerar que durante esse período foram criados ginásios exclusivamente masculinos voltados à inserção desse público no Ensino Superior (NADAI, 1991, p. 10). Entendendo que o Ensino superior nesse período era uma instituição majoritariamente masculina, e considerando a divisão entre a educação de elite e a educação popular acima mencionada, é viável afirmar que as mulheres pobres eram duplamente excluídas, pois o que lhes restava era basicamente a educação profissional, embora não houvesse um grande leque de campos de atuação, sendo formadas para exercer o magistério. Apenas em 1971 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as últimas barreiras legais

que impossibilitavam as mulheres a alcançarem todos os níveis educacionais foram rompidas, pois a LDB atribuiu equivalência entre os cursos secundários e a partir disso o curso ‘normal’ deixou de ter caráter apenas profissionalizante e passou a proporcionar o acesso ao Ensino Superior²⁰.

Dito isso, é importante ressaltar que vivemos um momento em que, apesar de as mulheres terem superado os homens em termos quantitativos na educação, as conquistas estão ameaçadas. Ainda temos um longo caminho a percorrer, pois, com o avanço da política neoliberal, os desafios para a caminhada rumo à emancipação feminina e as dificuldades para os avanços das minorias só aumentam, tendo em vista que o desmonte das reformas que retiram direitos trabalhistas contribui para o aumento do tempo de serviço das mulheres trabalhadoras, de modo a desconsiderar sua dupla jornada de trabalho em relação aos homens e a desqualificar as problemáticas femininas enquanto pauta para a formulação de novas políticas públicas. Além de lutarmos para a conquista de novos direitos, de políticas públicas que contemplam as mulheres, ainda temos que reivindicar a garantia da manutenção dos direitos já conquistados.

No Brasil, o Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, encarregado da criação de políticas voltadas aos direitos das mulheres para promover e assegurar os Direitos Humanos no país foi entregue à pastora Damares Alves, que já mostrou, por meio de vários discursos, ser conservadora e, portanto, contrária às questões que impactam diretamente nos direitos reprodutivos, como a legalização do aborto e os direitos da população LGBTQI. Esses retrocessos são constatados nas falas da ministra em algumas entrevistas:

“Essa pasta não vai lidar com o tema aborto, vai lidar com proteção de vida e não com morte” - em 06/12/18, após sair de reunião com o presidente eleito.”

“A mulher nasceu para ser mãe, é o papel mais especial da mulher” - em 08/03/18, em entrevista para um site do Rio Grande do Norte, o Expresso Nacional

“Me preocupo com ausência da mulher de casa” - em 08/03/18, em entrevista a um site do Rio Grande do Norte, o Expresso Nacional”

“Como eu gostaria estar em casa, toda tarde numa rede, me balançando e o meu marido ralando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade” - em 08/03/18, em entrevista

²⁰ Para saber mais, ler o artigo “Educação formal, mulher e gênero no Brasil”, de Fúlvia Rosemberg (2001).

para um site do Rio Grande do Norte, o Expresso Nacional

“As feministas [estão] levantando uma guerra entre homens e mulheres” - em 08/03/18, em entrevista para um site do Rio Grande do Norte, o Expresso Nacional²¹.

Na primeira fala, percebe-se o posicionamento contrário à questão do aborto, que atualmente se configura uma questão de saúde pública, uma vez que mais de meio milhão de mulheres realizam abortos clandestinos no país²², o que muitas vezes ocasiona em danos irreversíveis à saúde física e mental da mulher ou até mesmo à morte. A segunda, terceira e quarta falas corroboram a visão da função social da mulher como mãe e dona de casa, fortalecendo a ideia de que a mulher deveria restringir sua atuação ao espaço privado, dedicada à família e ao marido, demarcando fortemente os papéis de gênero. Na quinta fala, Damares culpabiliza o movimento feminista por uma “guerra” entre os sexos, mostrando claramente o desacordo com esse movimento social.

Nessa conjuntura, apesar do avanço conservador e neoliberal, que acaba com o estado de bem estar social, massacra as minorias e invisibiliza os excluídos, é necessário reiterar a urgência da manutenção da mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Sendo assim, a educação, sobretudo a disciplina de História, tem um compromisso social a desempenhar, haja vista que traz à tona discussões que problematizam esses retrocessos, para que os(as) nossos(as) estudantes sejam instrumentalizados(as) a perceberem que esses discursos só contribuem ainda mais para o fortalecimento das violências de gênero e da ideologia de submissão feminina, assumidamente combatida neste trabalho, a fim de que haja a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

²¹ Todas estas falas foram retiradas do jornal *Diário do Nordeste* (DAMARES..., 2018, *on-line*), publicado no dia 12 de dezembro de 2018.

²² Segundo dados da *Revista Exame* (ABORTO..., 2018, *on-line*), de 25 de agosto de 2018.

4 PRODUTO DIDÁTICO

4.1 Apresentação

A proposta de produto didático como concretização do Mestrado Profissionalizante de Ensino e História (ProfHistória) é o *Jornal das Mulheres Trabalhadoras*. Este jornal traz notícias criadas a partir de processos criminais de violência contra as mulheres (ferimentos, homicídios, defloramentos), ocorridos na Primeira República, que foram catalogados no Arquivo Público do estado do Ceará e posteriormente transcritos. O jornal traz, ainda, colunas com discursos médicos e de representantes da justiça cuja publicação fora realizada no mesmo período em que os crimes foram cometidos. Propagandas de produtos voltados para o lar também são manuseados, a fim de incentivar os(as) alunos(as) a refletirem sobre o que se esperava dos comportamentos das mulheres naquela sociedade e quais papéis sociais elas desempenhavam, com indicativos dos requisitos fortalecedores de comportamentos normatizados de gênero.

A justificativa para a utilização desse conjunto de fontes na criação de *O Jornal das Mulheres Trabalhadoras* é a possibilidade, a partir deles, de promover situações de aprendizagem nas quais os(as) estudantes compreendam que a violência não é algo que se restringe apenas ao ato violento, nem tampouco é prática exclusiva entre sujeitos de um determinado grupo social, pois essa violência se justifica a partir de vários discursos e práticas que estão presentes no nosso cotidiano e fortalecem tanto a inferiorização feminina quanto o comportamento violento masculino. Trata-se, portanto, de buscar compreender o fenômeno da violência contra a mulher em uma perspectiva histórica e multicausal.

Vale ressaltar também que este material foi produzido com vistas a atender as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), uma vez que assume um claro compromisso em favor de uma educação inclusiva, de modo a tentar superar o racismo, o sexism, a homofobia e outras formas de discriminação, por isso vai em consonância com o projeto de formação de uma sociedade mais justa e menos desigual, pautada nos valores de igualdade, respeito, solidariedade e paz. A discussão de gênero colabora diretamente para o combate ao sexism, ao machismo, ao patriarcalismo e a toda e

qualquer postura de intolerância e desrespeito, contribuindo para a diminuição das desigualdades e preconceito de gênero.

Este trabalho também atende às exigências da Lei 11.340 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, *on-line*), que visa criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, o título III, capítulo I, desta Lei, “Das medidas integradas de prevenção”, artigo 8º reivindica:

II- a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006, *on-line*)

Com a citação, percebe-se nitidamente a necessidade tanto da pesquisa, quanto do ensino na temática de gênero no currículo escolar como uma das medidas de prevenção da violência contra as mulheres e como a base da formação de uma sociedade com igualdade de gênero. Sendo assim, o presente trabalho age de acordo com essa lei, visando à problematização dos estereótipos de gênero e das violências construídas e compartilhadas socialmente.

Este estudo também está de acordo com o que prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao esperar que os jovens do Ensino Médio, por meio das aulas de Ciências Humanas, possam elaborar *hipóteses e argumentos* com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas, pois se entende que a capacidade de elaboração de hipóteses é importante tanto para a construção do *diálogo* pautado em argumentos, como para a investigação científica, uma vez que coloca em prática a *dúvida sistemática* – fundamental para a formação de questionamentos e para a não aceitação de supostas verdades absolutas ou opiniões infundadas. O material foi criado com o objetivo de levantar hipóteses pelos(as) próprios(as) alunos(as), assim como favorecer a produção do conhecimento Histórico

apropriado à experiência escolar, a partir da análise de fontes históricas.

Outro ponto de convergência com a BNCC é o favorecimento do protagonismo juvenil, já que se privilegia as conclusões, as ideias e as produções dos(as) estudantes, por meio da criação de espaços para ação e mobilização deles dentro da escola, motivados(as) com as sequências didáticas pensadas para uso desse material didático. Adotar essa perspectiva é pensar em todas as decisões pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências e habilidades, orientando os(as) alunos(as) para uma educação integral, focada no seu desenvolvimento global e no saber/fazer. Dessa forma, estimula-se a mobilização dos conhecimentos prévios dos(as) estudantes para a construção de um conhecimento histórico que os(as) ajude a resolver as demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dito isso, o presente trabalho procura atender à concepção de aprendizagem do novo Ensino Médio, que visa o desenvolvimento pessoal do(a) aluno(a) via desenvolvimento de sua autonomia intelectual. O principal modo de atingir esse objetivo é construir conhecimentos de forma contextualizada com a realidade dos(as) estudantes, fornecendo subsídios para que eles(as) construam um novo sentido em suas práticas cotidianas individuais e coletivas. Para isso, é essencial trabalhar as culturas juvenis na escola, entendendo que os contextos em que estão inseridos os(as) jovens são parte integrante do contexto geral da escola.

Logo, o ponto de partida do que será trabalhado, sempre, deve ser a realidade dos(as) discentes, a fim de dar sentido ao que está sendo aprendido. Trabalhar a cultura juvenil é entender o conjunto de significados e comportamentos construídos pelos distintos contextos sociais e culturais que os(as) nossos(as) estudantes estão inseridos. Sendo assim, é fundamental oportunizar momentos em que os(as) estudantes possam falar como se sentem, assim como se expressar sobre seus sonhos e planos. Por conta disso, a criação de projetos escolares nos quais eles(as) opinem e construam, junto com a gestão e os professores, os rumos que serão tomados, com base em suas experiências, preferências e especificidades, auxilia-os(as) na construção de sua autonomia.

Em suma, o uso desse material pretende favorecer, como competência específica das Ciências Humanas para o Ensino Médio número 5, “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos”, já que toda a produção foi pensada para o

combate à violência de gênero, ao machismo e a todas as formas de diminuição e subjugação feminina, de modo a fortalecer os valores de igualdade, respeito, como os demais Direitos Humanos.

Dentro da competência 5, almeja-se o desenvolvimento das habilidades:

- **(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
- **EM13CHS503)** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Pensando na praticidade de uso deste material pelos(as) professores(as), este jornal será disposto em duas formas. A primeira delas possibilita a impressão comum, podendo ser selecionado qualquer uma das fontes que o(a) profissional desejar, junto com sugestões de uso e de problemáticas a serem levantadas em sala de aula. Essa modalidade é mais prática, na medida em que os(as) professores(as) podem ter acesso ao material, mesmo nos momentos de correria cotidiana. Por sua vez, a segunda forma é um encarte em formato de jornal, que pode ser impresso em tamanho grande, contendo as mesmas informações do primeiro modelo, porém em um formato que possibilita o acesso a um design diferenciado, que instiga mais ainda o interesse e a participação dos(as) estudantes. Todas as notícias foram adaptadas a partir de processos criminais existentes no Arquivo Público do Estado do Ceará, onde foram criadas narrativas próximas ao texto de jornal.

4.2 Jornal das Mulheres Trabalhadoras

O título do jornal já foi pensado para nos remeter à discussão sobre relações de gênero na perspectiva da interseccionalidade. Utilizar o substantivo “mulher” no singular pressupõe a desconsideração da multiplicidade e da heterogeneidade das experiências femininas existentes, sobretudo a inibição de como as opressões são sentidas de maneira diferente em cada grupo, por isso o título traz “mulheres” no plural. O objetivo é não perder de vista, por exemplo, que as mulheres sofrem opressão, porém as mulheres negras são mais oprimidas que as mulheres brancas, uma vez que se agrupam dois marcadores sociais de diferença (ser mulher e ser negra). Portanto, espera-se que essa abordagem apareça em uma perspectiva interseccional, ou seja, considerando que existem vários marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe e região, cuja soma, em um mesmo indivíduo, pode significar uma posição de maior ou menor opressão dentro da sociedade.

CADERNO – NOTÍCIAS DO COTIDIANO

Este caderno é composto com as notícias elaboradas a partir de informações coletadas em processos criminais depositados no Arquivo Público do Estado do Ceará. Ou seja, muito embora o jornal seja ficcional, todas as informações apresentadas nas notícias referem-se a pessoas e situações reais. A opção pelo texto jornalístico se deu em função da maior familiaridade dos(as) alunos(as) com esse tipo de texto, especialmente a notícia (feminicídios, violências múltiplas contra as mulheres), o que favorece situações de aprendizagem. Mais interessante é a elaboração de um material, que, muitas vezes, é veículo perpetrador da naturalização da violência, para problematizar, na contramão, essa construção.

Mulher é agredida pelo companheiro dentro de casa e o caso vai parar na delegacia

No dia 28 de junho, por volta das 20 horas, na rua D. Pedro, Antônio Barbosa da Silva agrediu Maria Pereira Victor em sua própria residência. Maria Pereira, vinte e cinco anos de idade, afirmou que há sete meses sua casa é frequentada por Antônio Barbosa Silva, sem, entretanto, viver maritalmente com ele. No dia vinte e sete do corrente mês,

chegou à casa dela o senhor Francisco de tal, amigo do acusado, perguntando por ele; além disso, questionou se Maria Pereira ainda o queria o Antônio Barbosa. Ela respondeu que aceitaria a qualquer homem que lhe visitasse, já que não era amigada com o acusado, e este só vivia a lhe maltratar, além de não lhe permitir trabalhar, embora não lhe desse coisa nenhuma.

No dia seguinte, o acusado chegou na casa de Maria Pereira e perguntou-lhe por que ela o havia “esculhambado” na presença de Francisco de tal. A vítima negou que tivesse dito algo por temer ser espancada pelo acusado. Depois disso, Antônio Barbosa investiu contra ela, causando as contusões que apresentou às autoridades. Fugindo da fúria do acusado, Maria foi para a casa da vizinha Izaura, contudo o acusado a conduziu de volta para casa, onde novamente a espancou, tendo ainda cortado, com uma faca, os punhos da única rede que ela possuía. Depois disso, Antonio Barbosa voltou duas vezes em sua casa, pedindo-lhe que “ficasse bem com ele”. Em suma, Maria confessou que, desde que Antônio frequenta a sua casa, causa-lhe agressão e ainda a ameaça de que, caso se queixe à polícia e ele for preso, logo que se soltasse a mataria.

No entanto, Antônio Barbosa da Silva deu às autoridades outra versão dos fatos. Afirmou que há sete meses vivia com a ofendida por insistência da companheira. No dia vinte e oito corrente, soube por lhe dizer Francisco de Tal que ela o destratara. Dirigindo-se à casa dela, e lá chegando, Barbosa efetivamente lhe dera uns murros, motivo para ela ter fugido para a casa da vinha Izaura, também meretriz. O acusado disse que foi buscá-la, porém não a espancou novamente. Pelo contrário, afirmou que se recorda de uma vez haver riscado o braço da ofendida com um punhal, porém que isto o fez por brincadeira e que há muito evitava manter relações com ela. Na verdade, confessou que Maria lhe procurava na oficina em que trabalhava e lhe mandava recados e bilhetes. Afirmou também que absolutamente nunca ameaçara a ofendida de matá-la, caso ela se queixasse na polícia, e que nunca a espancara, a não ser esta vez, tendo convicção de que só ela dera parte contra ele por ter sido inflada pela irmã dela.

A testemunha, Raymunda Maria da Conceição, também residente nesta capital, afirmou que há anos conhece Maria Pereira, que julga ser uma mulher calma e ordeira. Conversando com as autoridades, confirmou que Antonio raras vezes dava dinheiro a Maria Pereira, mas não queria, apesar disto, que ela ganhasse o devido sustento de outra forma. O

acusado admitiu a agressão, no entanto o caso seguiu sendo apurado pela polícia, ao colher depoimentos de mais testemunhas, que confirmaram as agressões e se posicionaram a favor de Maria Pereira. Até onde o caso foi apurado todos os vizinhos mantiveram o apoio à vítima. Por fim, Antônio Barbosa foi preso, e Maria Pereira já não precisa temer a novas agressões.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: ferimentos

Caixa 07

Número do processo: 1919/23

Local: Fortaleza

Ano: 1919

Sugestões de trabalho:

Nessa notícia, o(a) professor(a) pode instigar os(as) estudantes a refletirem sobre as múltiplas violências sofridas pelas mulheres que, muitas vezes, são visualizadas e percebidas pelos(as) discentes apenas na forma de agressão física. Maria Pereira sofreu não só violência física, como também a psicológica, já que o companheiro a proibia de trabalhar e de ter amizades, forçando a dependência econômica e tentando impedir o acesso a pessoas que pudessem oferecer algum apoio para que saísse daquela situação. Nesse sentido, o(a) professor(a) deve estabelecer uma conexão sobre os diferentes tipos de violência, ao explicar cada uma delas (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial), isto é, os cinco tipos de violência doméstica e familiar previstos na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, *on-line*).

Além disso, é recomendado articular este material com discussões sobre a própria Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, *on-line*), aprovada com o propósito de resguardar os direitos da mulher e reforçar que a violência doméstica e familiar contra elas constitui uma das formas de violação dos Direitos Humanos. Ao relacionar o jornal à instauração dessa lei, propõe-se combater a violência epidêmica contra as mulheres por meio da justiça, reconhecendo a

legitimidade de uma demanda encaminhada pelos movimentos sociais e pela sociedade civil organizada.

Marido descobre traição e esposa acaba morta.

Homicídio de mulher choca moradores da rua Guajirú, na capital. Francisco Alves de Albuquerque chegou em sua casa e encontrou sua esposa, Leonízia Cavalcante de Albuquerque, em flagrante adultério com Joaquim Tavares Baptista, nos aposentos do casal. Esse flagrante ocasionou uma briga entre o marido e o amante, da qual resultou em ferimentos recíprocos. Esse embate originou a morte de Leonízia Cavalcante de Albuquerque, cuja autoria inicialmente gerou dúvidas, mas que foram solucionadas pela justiça.

Em um dos depoimentos das testemunhas, Maria Silva de Oliveira, natural de Soure, doméstica que vive nessa capital, disse que, ao visitar a casa de seu sogro, João Campos Robério, por volta de oito horas, veio a saber por terceiros que o sargento Francisco Alves de Albuquerque havia assassinado sua mulher por tê-la encontrado em flagrante infidelidade com um indivíduo conhecido por Quincas, a quem ela, testemunha, conhece de vista. Afirmou que conhece Francisco Albuquerque, pois esteve hospedada em sua casa, tendo notado os atos praticados por dona Leonízia, mulher do sargento.

Por mais de uma vez, observou que o tal Quincas, ao passar pela porta da casa do sargento Albuquerque, era chamado pela mulher deste para conversarem. Além disso, presenciou, em uma noite, a visita demorada do referido homem à casa do sargento Albuquerque. Diante disso, a testemunha não queria denunciá-los ao sargento e nem podia continuar a presenciá-los, resolvendo assim, deixar a sua casa. Por fim, afirmou que, ao saber da morte de Leonízia, não estranhou, porque já esperava em vista do que ela fazia, apesar de confessar que, em dias que esteve em casa do sargento, este sempre tratava muito bem a sua mulher e era homem de bons costumes.

A outra testemunha, José Ampelio Brígido, empregado público e residente à rua Guajirú, afirmou que soube por terceiros que o sargento Albuquerque havia assassinado a mulher. Imediatamente, foi até a casa e viu que, junto à porta da entrada, achava-se estendida a mulher do sargento. Um criado da casa afirmou que Albuquerque tinha feito aquilo porque havia encontrado sua mulher Leonízia com outro. A testemunha afirmou que não conhecia o

sargento, nem a sua mulher, e que depois do fato veio saber que a mulher do sargento se correspondia por meio de cartas amorosas com o referido Joaquim.

Outra testemunha ouvida foi Francisco Sobral, doméstico, residente na casa do sargento Francisco Albuquerque. Ele afirmou que despertou assustado pelo estampido de tiros e gritos de “cabra, cabra”. Vendo que se tratava de uma briga, correu para fora e escondeu-se próximo ao muro, onde esteve bastante tempo. Quando acabou o barulho, o depoente voltou à casa, encontrando uma filhinha do sargento, Esmeralda, chorando e batendo na porta da vizinha. A testemunha tomou conta dela e se dirigiu para casa do sargento, onde encontrou dona Leonízia caída no chão, morta. Ele afirmou que fechara a porta para acalentar a criança, deitando-se com ela em uma rede armada na sala, dormindo até o amanhecer do dia. Disse ainda que, pela manhã, abriu a porta e comunicou o fato a um dos vizinhos e, logo mais, a todos os moradores da vizinhança. Disse também saber que a mulher do sargento namorava com um homem conhecido por Quincas, inclusive na sexta-feira referida levou um bilhete de dona Leonízia para o amante. A testemunha lembrou-se do fato que Dona Leonízia mandou-lhe enviar pelo correio uma carta, que ele não chegou a enviar, porque o sargento lhe tomou antes que efetuasse o depósito no correio.

Ao entrevistarmos o promotor de justiça responsável pelo caso, este afirmou que Leonízia Cavalcante Albuquerque era talvez dessas mulheres vítimas da histeria, sensual ao extremo. Casada com o citado sargento, de quem tivera uma filha – que conta hoje com quatro anos de idade –, mostrava-se insaciável em seus desejos e, com esse temperamento apaixonado, aproveitava-se de toda e qualquer ocasião para declarar amor e paixão ao homem que, à primeira vista, parecesse-lhe dedicar qualquer parcela de simpatia. Passando a residir com seu marido em uma casa da rua Guagirú, em poucos dias se afeiçoou apaixonadamente de Joaquim Tavares Batista, seu vizinho, e essa paixão cresceu ao ponto de se esquecer de seus deveres de mulher casada e honesta.

Por conseguinte, surgiram inúmeras dúvidas a respeito do autor do ferimento que matou Leonízia. O que se sabe é que Francisco Alves de Albuquerque é reconhecido como um homem de boa família e costumes, sargento muito exemplar, atributo que sempre manteve como pai e como esposo, em comunhão de família e sociedade. Portanto, a justiça segue averiguando quem foi, de fato, o autor do assassinato, se o sargento Albuquerque, se o amante, ressaltando que, em favor do sargento, está o direito de legítima defesa da honra

matrimonial. Para muitas das testemunhas ouvidas, encontrando a sua esposa e o corrêu em flagrante adultério, o sargento tinha o direito de agir contra eles, como fez, lavando a honra com sangue. Ao saber que ela sucumbira na luta, além da situação que tinha pelo seu direito de legítima defesa, o sargento tratou de apresentar-se as autoridades a fim de receber, como esperava da justiça, a absolvição do seu crime. Em liberdade, ele aguarda julgamento.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: Homicídios

Caixa 04

Número do processo 1917/02

Local: Fortaleza

Ano: 1917

Sugestões de trabalho:

Analizando as falas das testemunhas, é possível instigar aos(as) estudantes a perceberem os valores compartilhados nesse período, ainda, em certa medida, compartilhados na sociedade atual. Coletivamente, deve-se discutir que tipo de comportamento esperavam das mulheres para tivessem direito a serem protegidas pela justiça ao invés de serem julgadas, mesmo quando um crime foi praticado contra elas.

Problematizar os adjetivos utilizados para classificar as mulheres auxilia compreender quais os atributos que são esperados pela sociedade e quais comportamentos são condenados, por exemplo, a mulher sair à rua desacompanhada ou conversar com homens. Essas notícias permitem fazer com que os(as) alunos(as) identifiquem hábitos cotidianos e valores compartilhados sobre como as mulheres pobres, trabalhadoras, casadas (como o caso de Leonízia) e solteiras deveriam pensar e agir.

Os testemunhos também mostram como as imposições sociais e patriarcas pesavam sobre cada uma delas, ponto de referência para se refletir acerca das violências e imposições

de hoje. É importante ressaltar que, mesmo com a pressão dos discursos dominantes para ditar as suas formas de viver, essas mulheres conduziam a vida à sua maneira. Isso mostra a resistência tanto contra o que é imposto pela classe dominante, quanto pelo julgamento advindos dos próprios trabalhadores, que compartilhavam alguns valores da classe burguesa, como a naturalização da submissão feminina.

Na notícia analisada, é possível inferir que o fenômeno da violência contra as mulheres, ainda hoje, permanece entre nossas práticas sociais, e que, apesar de serem vítimas, elas também são julgadas (na delegacia, no hospital ou pela opinião pública). Sendo assim, os(as) professores(as) podem ressaltar essas questões por meio dos depoimentos das testemunhas, cujas características morais das vítimas são abordadas com o fim de mostrar à justiça o quanto as mulheres devem ser protegidas, uma vez que são honestas, caseiras e só saem acompanhadas etc. No entanto, esses argumentos operam e reforçam estereótipos normatizadores, haja vista que se manifestam como cobrança social por determinadas condutas. Em contrapartida, as mulheres que fogem dessas condutas são julgadas e condenadas socialmente, ontem e hoje.

Outro ponto possível para conversa com os alunos, partindo dessa fonte, é a existência de dispositivos legais para a condenação social de determinados comportamentos femininos, e que, inclusive, justificavam o assassinato de mulheres “desonestas” pelos maridos, como é o caso do direito de legítima defesa da honra matrimonial. O(a) professor(a) pode incentivar os(as) estudantes a refletirem sobre as mudanças constitucionais ocorridas no sentido de conquista de direitos pelas mulheres, comparando por exemplo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2015) e a Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015, *on-line*)., com o direito de legítima defesa da honra matrimonial. Para uma abordagem desse tema em uma perspectiva histórica, também é interessante considerar as mudanças no Código Criminal no que se refere à criminalização do adultério e à ideia de legítima defesa da honra.

Para saber mais sobre legítima defesa da honra:

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, abr. 2012.

Desconfiança sobre honestidade da esposa termina em tragédia

Mais uma mulher que tem sua vida ceifada pelas mãos do marido. Sebastião José dos Santos, viúvo, trinta anos de idade, lavrador, natural e residente na Lagoa Tabatinga, no mês de março de 1913, chamou Fortaleza, sua mulher, para conversar, e nessa ocasião a esposa declarou que pretendia seguir para o Norte, em companhia de um senhor idoso e de respeito. O denunciado, segundo confessou, irritou-se, dizendo à sua mulher: “Você não se casara com um menino, e sim com um homem”. Então, apesar de nunca haver suspeitado da fidelidade de sua esposa, decidiu tramar contra a sua vida. Por isso, convidou-a para ir tomar um banho na margem do rio Sapupara, para onde ambos se dirigiram e, na ocasião do banho, atacou o peito da vítima indefesa com uma faca. A esposa, mesmo ferida, ainda pronunciou as seguintes palavras: “meu marido, não me mate”.

O coração cimentado de maus instintos desse homem não se comoveu e, livre de comoção que o fizesse recuar ante tão horripilante atentado, seguiu para sua casa, depois de haver enterrado na beira do rio o cadáver da companheira fiel de seus dias fagueiros e atribulados. Depois, Sebastião narrou para a polícia todo o acontecido, afirmando ainda que “apenas confessou o crime antes de ser preso a Josepha Chrispin, com quem tinha relações ilícitas, pois Josepha o censurou bastante”. Ou seja, o infiel Sebastião José foi denunciado por sua própria amante, cuja posição foi contra a atitude inaceitável do parceiro. Contrariando a ideia de desunião entre as mulheres, graças ao depoimento de dona Josepha, o acusado foi condenado e preso, e Fortaleza teve a justiça merecida.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: homicídios

Caixa: 02

Número do processo: 1913/10

Local: Fortaleza-Maranguape

Ano: 1913

Sugestões de trabalho:

Nessa notícia, há possibilidade de ressaltar os estereótipos de masculinidade agressiva e sexualmente infiel, comportamento socialmente aceitos entre os homens e condenados nas mulheres. Ainda é viável trabalhar essa reportagem em paralelo ao discurso médico de Manoel Maurício Sobrinho, que afirma que o homem tem instinto sexual e a mulher é “naturalmente monógama”. A ideia é mostrar que existe um conjunto de discursos e práticas que reforça os estereótipos de gênero, fortalecendo e incentivando a violência contra as mulheres quando, mesmo que supostamente, elas não correspondem às expectativas de comportamento socialmente aceitos. É importante levantar essa problemática, pois o autor do crime revela a polícia que confessou o homicídio à sua amante, ou seja, embora tenha uma amante, Sebastião José, autor do crime, sentiu-se no direito de tirar a vida da sua esposa por desconfiar que ela estava lhe traindo.

Faz-se oportuno ressaltar que essa notícia do jornal é da Primeira República, porém retrata uma realidade que ainda hoje faz parte do nosso cotidiano, aspecto que os(as) alunos(as) podem refletir por meio da leitura de jornais atuais. A tentativa de identificar rupturas e permanências na análise dos processos de violência cotidiana contra as mulheres deve auxiliar os(as) estudantes a entenderem que o poder masculino e sua reafirmação por meio da violência são resultados de uma construção histórica permanente, entretanto não é imutável. A partir das mudanças de posturas e de discursos, há chance de romper com a lógica de inferiorização feminina, que objetifica as mulheres e justifica as violências que lhes são impostas.

Menor é deflorada em casa, após único momento de ausência da mãe.

Mãe em desespero relata crime contra a honra de sua filha. Vicênciaria Maria Ramos, com cinquenta e oito anos de idade, viúva, natural deste estado e residente nesta capital, vivendo de serviços domésticos, foi à delegacia prestar queixa contra Luiz Barbosa da Costa, motorneiro da Light, afirmado que às 9 horas da noite, aproveitando o momento que ficara a sós com Joana Pereira da Silva, filha da empregada doméstica e noiva de Luiz, conseguiu deflorá-la, seduzindo-a com promessas de casamento. O delito foi praticado no

interior da casa da vítima, na ocasião em que sua mãe saíra para buscar água em uma cacimba próxima.

Vicência afirmou que há três anos o indivíduo Luiz Barbosa da Costa começou a frequentar sua casa, motivado pelo seu namoro com Joana Pereira. Mais tarde, Luiz pedira Joana em casamento, com o consentimento da mãe. Da data em que Luiz pediu Joana em casamento até o ato violento, o rapaz ousou de mais liberdade na casa, pois prometeu à moça casar-se logo que se empregasse. Porém, desde domingo passado, Luiz deixou de ir à sua casa. Poucos dias depois que Luiz deixara de frequentar a casa, Joana contou à mãe que Luiz a havia deflorado. Ao saber que Luiz se nega a reparar o mal, casando-se com sua filha, resolveu ir queixar-se à polícia.

Ao ser interrogada pelas autoridades, Joana Pereira da Silva, com dezoito anos de idade, afirmou que há três anos conhece o indivíduo Luiz Barbosa, que frequentava de dia e de noite a sua casa com promessa de casar-se com a jovem. O violador sempre a convidava para terem relações sexuais, justificando-se reparar o mal casando-se com ela, porém ela sempre se opôs às propostas de Luiz, chegando até a acabar o namoro. Depois que ele começou de novo a frequentar sua casa, sempre prometendo casar-se, conseguiu deflorá-la no dia em que sua mãe havia saído para buscar água em uma cacimba pouco distante da casa. Afirmou também que só se sujeitou aos desejos de Luiz Barbosa porque este lhe prometeu em casamento.

Luiz Barbosa da Costa, em legítima defesa, afirmou que conhecia a Joana há pouco tempo, e algumas vezes ia à casa dela, no caminho para o serviço. Disse que Joana é filha de uma viúva, com quem mora. Relatou que não sabia como inventaram essa história de ter deflorado Joana, pois não tivera relações sexuais com a jovem, uma vez que vivia na casa de sua mãe, impossibilitando fazer tal ato não só pela presença da velha, como porque moram na mesma casa duas irmãs de Joana. Luiz disse que se tiver a infeliz sorte de não ver surgir a verdade, sujeita-se pela lei à cadeia, mas não se casa com uma pessoa a quem conhece apenas de vista. Afirmou que nunca escreveu a Joana, e isto porque não a simpatizava e dela fugia.

A vizinha, Maria Luiza de Assumpção, que é natural deste estado e vive de serviços domésticos, disse que conhece há mais de um ano a ofendida Joana Pereira, uma moça muito séria e muito calma, a viver apenas de seu serviço de costura. Além do mais, relatou sempre ver o acusado Luiz Barbosa na casa da vítima, com quem dizia que ia se casar com Luiz. Via

que Joana algumas vezes saía a rua, mas era acompanhada de uma outra moça ou pessoa de responsabilidade, e ela nunca ouviu dizer se Joana teve outro namorado que não fosse Luiz, e que todos que moram na rua sabiam do casamento de Joana e Luiz.

Zulmira Mendes de Oliveira, natural deste estado, vive de serviços domésticos, testemunhou que conhecia há mais de um ano a ofendida Joana Pereira, e afirmou que Joana nunca amou outro homem que não Luiz. Ademais, relatou que a jovem era pobre e vivera de seu trabalho de rendas, tendo comportamento digno de ser imitado, pois de sua casinha só saía se fosse acompanhada, e isso raras vezes, pois só vivia para auxiliar sua pobre mãe e para querer bem ao seu noivo.

Pedro Correia de Alencar, natural deste estado e empregado público, relatou que há quase dois anos conhece a ofendida Joana Pereira. Comentou que o próprio acusado se denominava noivo de Joana, pois mais de uma vez lhe disse que casaria com ela. Afirmou ainda que, tanto de dia, quanto de noite, o violador frequentava a casa da ofendida, e que Joana nem em passeio e nem em brincadeira saía de casa, o que só fazia quando necessário. Por fim, afirmou que Joana é uma menina honesta e de comportamento familiar.

Thiago Felisberto Chrispim, natural deste estado, pedreiro, disse que há muitos anos conhece a ofendida Joana Pereira, nunca a tendo visto com namoros, a não ser ultimamente com o acusado Luiz Barbosa, a quem também conhece há muitos anos, uma vez que eram muito amigos, ignorando, porém, que fossem noivos. Mas sempre o via na casa de Joana, que não é moça namoradeira, vivendo do seu trabalho em companhia de sua mãe. Afirmou que Joana e sua mãe são pessoas reconhecidamente pobres, tanto que seu único meio de vida é a fabricação de rendas.

Por fim, a justiça solicitou exame de corpo de delito, detectando o defloramento antigo. Nesse contexto, segue-se ouvindo mais testemunhas, enquanto o autor do suposto crime aguarda julgamento. Caso condenado, terá a alternativa de cumprir pena na cadeia ou se casar com Joana.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: defloramento/crime de sedução

Caixa 01

Número do processo: 1919/3

Local: Fortaleza

Ano: 1919

Sugestões de trabalho:

Por meio das falas das testemunhas, é possível identificar quais os comportamentos esperados de uma mulher na Primeira República. Com a tentativa de imposição dos valores burgueses, as mulheres deveriam namorar com o objetivo único de casar e estabelecer uma família, ordeira, disciplinada e higiênica, voltada para o trabalho. Logo, um namoro que possuísse a prática sexual era condenado socialmente, e o casamento era a única via de permissão para as relações sexuais. As classes populares reconheciam a existência desses valores, contudo agiam conforme suas próprias crenças. Observe-se, por exemplo, que a deflorada só procura a justiça após o noivo não aparecer mais em sua casa, a fim de reparar o dano, ou seja, obrigar o acusado a casar-se com ela. O problema, portanto, não foi o mantimento de relações sexuais antes do casamento, e sim a quebra da promessa de casamento. Isso mostra que, mesmo reconhecendo os valores impostos às mulheres, elas poderiam agir conforme seus próprios interesses de prazer e liberdade, demonstrando modos de resistência. Por outro lado, verifica-se que, para as testemunhas, o que atesta a honestidade de Joana não foram conjecturas sobre sua vida sexual, mas o fato de lhe reconhecerem como uma mulher trabalhadora, fortemente vinculada à família, pouco vista fora de casa e monogâmica.

Com essa notícia, os(as) professores podem explorar o cotidiano e os valores compartilhados pelas classes populares e pelas elites, a fim de perceber quais os atributos são esperados pela sociedade, assim como quais comportamentos são condenados, por exemplo, a mulher sair com frequência à rua, sair desacompanhada, conversar com homens.

Moça é deflorada após sair da igreja, e o autor do crime é proprietário da Fábrica Fortaleza.

João Fernandes de Almeida, casado e natural desta capital, onde reside à rua vinte e quatro de maio, veio à polícia reclamar o defloramento de sua filha de criação, a preta Josephina de Almeida. Josephina, a ofendida, fora criada por João desde muito nova (um ano), dada por Arthur Catingueira. A jovem foi criada com toda estima e trabalhava em varandas, crochet, como também auxiliava na cozinha, tratada como filha na casa do depoente.

A vítima, Josephina Almeida, afirmou que morava desde criança na casa do senhor João Fernandes de Almeida, vizinho do senhor Manoel de Lima, e este, por várias vezes, procurava seduzi-la, prometendo casamento. Disse que dia 30 do mês de setembro de 1917, à noitinha, Manoel Lima acompanhou-a à igreja e, ao passarem pela antiga Fábrica Fortaleza, no Boulevard Duque de Caxias, o homem puxou-a pelo braço, forçando-a a entrar em uma casa velha, fechando a porta em seguida. Na ocasião, Lima forçou-a a deitar-se, raspou-lhe as calças e deflorou-a, provocando grande hemorragia.

Após chorar durante três dias, a vítima contou o caso à sua irmã de criação, Maria Almeida que, por sua vez, disse a Francisca de Almeida, sua mãe de criação. A deflorada confessou que, se não tivesse sido forçada, não teria ido à polícia. Segundo Josephina, Manoel Lima, logo que teve relações sexuais, mandou-a embora e disse-lhe que não contasse a ninguém, caso contrário ela se arrependeria.

Manoel Lima, questionado sobre o delito, respondeu que se encontrava sempre com Josephina de Almeida às oito horas da noite e em outras horas, sozinha, e que muitas vezes a via conversando pelas esquinas com homens, parecendo tratar-se de uma mulher de vida livre. Afirmou ainda que no fim de setembro, estando na sua fábrica, já pelas seis e meia da noite, Josephina ofereceu-se por meios provocadores. Por conseguinte, aproveitando o ensejo que ela oferecia, teve relações sexuais, observando, porém, que ela não era virgem, confirmando sua convicção anterior, tendo em vista a completa ausência de pudor da queixosa. Manoel ainda relatou que conseguirá provar que Josephina é de maioridade e que, conforme o conceito geral, é mulher da vida livre. Disse também que não lhe fez promessa, antes ou depois daquele dia em que esteve com ela.

Ao questionar algumas testemunhas, obtivemos informações de Emigdio Baptista Brazil, natural deste estado, artista, vizinho da queixosa Josepha de Almeida, ao comentar jamais ter ouvido dizer algo que desabonasse a reputação e honestidade da jovem, uma vez que nunca lhe viu pelas avenidas em companhia de homens. Por outro lado, disse que nunca presenciou o acusado Manoel Lima procurar seduzir a queixosa Josepha, nem tampouco ouviu dizer que isso acontecesse. Emigdio confessou que tempos atrás correu o boato de que o acusado Manoel de Lima havia deflorado Josepha. Antes de saber desse boato, quando conheceu a garota em casa do senhor João Fernandes de Almeida, sempre a teve como virgem, conceito este que não foi desmentido até a data em que soube do boato acima referido.

Rozendo Ribeiro, auxiliar do comércio, residente na capital, relatou que conhece de longa data a Josepha de Almeida como doméstica por servir na casa do senhor João Fernandes de Almeida. Segundo a testemunha, a jovem era uma moça séria, honesta e de conduta irrepreensível. Além disso, toda vez que a encontrava nas ruas da cidade era acompanhada das dignas filhas do senhor João Fernandes de Almeida. Antes de ter conhecimento do defloramento, a testemunha tinha a queixosa na conta de virgem e nada sabe quanto ao lugar de nascimento e idade de Josepha. Confirmou que João Fernandes de Almeida mantinha a ofendida debaixo do seu teto, como filha de criação, tratando-a com todo carinho e zelo e que nunca ouviu se fazer ao menos suspeita contra a honestidade da ofendida. Disse não saber se ela fora na fábrica de Manuel de Lima acompanhada por alguém ou se fora só.

Maria José da Silva, doméstica, disse que cerca de dezesseis anos conhece a queixosa Josepha de Almeida, filha de criação do senhor João Fernandes, e sempre a conheceu como moça de bom procedimento, séria e honesta, jamais tendo ouvido dizer qualquer coisa que desabonasse sua reputação. Entretanto, há pouco tempo soube que ela foi deflorada pelo acusado Manuel de Lima. Afirmou que Josepha se ocupava em casa de seu pai de criação a fazer rendas e crochets, varandas e outros trabalhos de prendas, não servindo em trabalho de cozinhas, nem fazendo compras em mercados ou em bodegas e que quando a ofendida saía à rua, o fazia sempre em companhia das filhas do senhor Almeida. Afirmou também que nunca ouviu falar que a ofendida houvesse tido namoros com quem quer que seja.

João Raimundo da Cruz disse que há tempos reside frente à casa do senhor João Fernandes, onde também residia Josepha, tendo sempre apreciado a educação desta, pois nunca era encontrada sozinha na rua, tampouco fazendo compras em bodegas. Disse que ao tempo que conhecia Josepha sempre ouvia fazer boas referências de seu procedimento e fazia o melhor juízo dela, tendo-a como virgem, conceito compartilhado por toda a vizinhança, pois nunca ouviu falar que a ofendida houvesse tido anteriormente namoros com pessoa alguma.

Bernardo Costa, natural de Portugal, ex-negociante, residente na capital, disse que há anos conhece Josepha de Almeida por ser vizinho do senhor João Fernandes de Almeida, nada sabendo que desabonasse a conduta da jovem, pois sempre a via nas ruas em companhia da família. Bernardo afirmou que tinha Josepha de Almeida como moça de bons costumes, criada em casa de família, por isso nunca ouviu dizer nada contra a sua honra. Além disso, relatou que conhecia o acusado Manoel de Lima, de quem forma o melhor conceito, nunca o tendo visto em companhia da queixosa ou sabido que tivesse namoro ou amizade com ela.

Após o exame de corpo de delito, identificou-se que o defloramento era antigo, uma vez que não acontecera apenas oito dias atrás, conforme afirmou a vítima. A justiça segue investigação, de maneira a descobrir se houve, ou não, comportamento inapropriado por parte do acusado.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: defloramento/crime de sedução

Caixa 01

Número do processo: 1917/02

Local: Fortaleza

Ano: 1917

Sugestões de trabalho:

No contexto da Primeira República, todos os diferentes grupos de mulheres tiveram de lidar com uma série de imposições morais de comportamentos, em busca da aproximação com esse ideal de sociedade ordeira e civilizada, mas essas pressões não eram sentidas por todas as mulheres da mesma maneira. É possível identificar na notícia do defloramento da Josepha, na qual se descobre que ela trabalhava como criada na casa de sua “família de criação”, e saía às ruas para vender objetos. Ao se falar das condições de vida dos povos recém libertos no Brasil, importa considerar a condição de subemprego das mulheres negras e da sua sobrevivência “nas margens” da sociedade.

Josepha, que era uma mulher negra, foi supostamente adotada por uma família para servir como criada. Essa prática de “adotar” crianças pretas e pobres era bastante comum, objetivando ter uma pessoa que realizasse o serviço doméstico em troca de comida e abrigo, no lugar de contratar uma trabalhadora assalariada. Essa prática, por conseguinte, evidencia que a exploração do trabalho doméstico feminino muitas vezes começa na infância. Vale ressaltar que a justiça, no seu processo, ressaltou o fato de a jovem ser preta, sendo possível também, por meio dessa narrativa, observar o cotidiano e a liberdade de uma mulher preta e pobre na Primeira República.

Por fim, é possível trabalhar também a questão do livre acesso ao corpo negro, prática que foi fortalecida desde o período colonial, quando os proprietários de escravos podiam utilizar além da mão de obra das cativas, seus “serviços sexuais”, mesmo contra a sua vontade.

Assassinato de Maria Bonfim Zogob por seu marido choca moradores da pensão Globo

Carlos Ferreira Neves, funcionário público federal, matou a esposa D. Maria Bonfim Zogob Neves, conhecida como “Zobinha”. O assassino esteve fora para realizar tratamento de saúde e parecia viver em harmonia com a mulher, que ficara hospedada na Pensão Globo, à rua Barão do Rio Branco nº 97. A partir das falas das testemunhas, Zobinha era absolutamente fiel, mesmo na ausência do marido. Mesmo sem provas que pudesse desaboná-la, após ouvir intrigas contra a esposa, o homem encheu-se de

ciúmes. No dia 24 de novembro último, Carlos Ferreira deixou a pensão e disse à mulher que não mais voltaria. Saiu à rua, armou-se com um revólver e retornou à pensão cerca de 9 horas. Entrou em seu quarto, pediu água a Zobinha e, quando esta retornou para servi-lo, foi recebida a tiros. A morte foi instantânea. Em seguida, Carlos atentou contra a própria vida.

Várias testemunhas depuseram sobre o crime. Uma delas foi José de Castro Franco, residente na Pensão Globo, ao afirmar que sempre notou dona Maria Bonfim recatada, passando quase o dia dentro do seu quarto, nunca tendo presenciado ato algum da vítima que se pudesse pôr em dúvida sua honradez. Josefa Joana Pereira, cozinheira e residente na capital, afirmou ouvir dizer que dona Zobinha só vivia trancada dentro do quarto e só saía quando vinha comer; além disso, a testemunha afirmara não conhecer o marido da vítima.

Joaquim Lobo de Menezes, cearense, proprietário da pensão Globo, disse que recebeu, no dia treze deste mês, em sua pensão, dona Maria Ferreira, apelidada de Dona Mocinha, proprietária de uma pensão que acabava de fechar, e por isso seus antigos hóspedes foram levados para a pensão o Globo. Um deles era dona Zobinha. No dia dezoito desse mês, chegou do Rio de Janeiro o senhor Carlos Neves, esposo de dona Zobinha, para viver com sua senhora. Afirmou também que dona Zobinha portou-se de maneira honrada, durante os dias que passou na pensão do depoente, não se descobrindo nenhuma falta que pusesse dúvida a sua honestidade, uma vez que não saía à rua, exceto para as aulas de datilografia – a metade do ordenado de seu marido não chegava para a manutenção da família.

Além do mais, a testemunha disse que ninguém na pensão seria capaz de acusar dona Zobinha de qualquer ato desonesto. Afirmou também que levava parte da sua vida a chorar, pois sabia que seus filhos sofriam necessidade em Redenção, onde se encontravam na companhia da avó. Quando Zobinha recebia cartas de sua mãe, falando sobre suas necessidades, retraía-se cada vez mais e chorava, lamentando sua sorte, mas não cometia, entretanto, uma só indignidade; não manchava, nem demonstrava desejo de manchar a virgindade do seu lar ou de sua reputação, para manter a boa memória ou o futuro de seus filhos.

Outra testemunha cujo depoimento tivemos acesso foi Júlia de Sá Rodrigues, a proprietária da pensão Globo. Ela contou que foi ao mercado fazer as compras, onde se encontrou com Carlos, que lhe pediu a conta dizendo que não queria mais estar na pensão. Nessas condições, e por ter Carlos declarado que, quando Júlia voltasse, mandasse-lhe deixar

a maleta na esquina, a testemunha perguntou por que ele fazia isso, e este respondeu “que era porque ela não sabia”. Júlia de Sá, vendo que Carlos estava pondo em dúvida a honra da esposa, disse a este que não supusesse tal, pois dona Zobinha era uma mulher honrada, vivendo somente para seus filhos, nos quais falava sempre.

Apesar disso, Carlos disse que vira Zobinha conversando com um homem e ouvira ela dizer que “só segunda ou terça”. A testemunha tentou fazer com que Carlos percebesse que isso de conversar na rua com um conhecido não era nada demais, pois o fato de estarem os dois, ela mesma e ele, naquele momento a conversarem ali também seria suspeito. Mesmo com esse exemplo Carlos, não cedeu. Afirmou também que nunca viu sua esposa do agressor praticar qualquer ato que pudesse pôr em dúvida sua honradez, pois ela só vivia chorando e falando nos filhos, não vivia em portas, não usava pó, vivia simplesmente. Zobinha era tão pobre que não possuía nada, até mesmo um relogiozinho de pulso vivia guardado, tal era a tristeza que Zobinha vivia.

Maria de Oliveira Sá, cearense residente no Iguatu, estando a passeio nessa capital e hospedada na pensão Globo, disse às autoridades que, no dia 23 desse mês, uma menor de quatro anos, filha da testemunha, disse ter visto Carlos apertar a garganta de dona Zobinha e depois bater-lhe com a mão na cara. Declaração confirmada mais tarde por Zobinha, que narrou o mesmo ocorrido à Maria de Oliveira Sá. Quanto à vida de dona Zobinha na pensão onde foi assassinada, Oliveira Sá confessou que seu procedimento era ótimo, não presenciando nenhum ato que desabonasse a conduta.

Maria José da Silva, outra testemunha, relatou que era proprietária da pensão Silva à rua Major Facundo, trezentos e dezoito, quando em um dia do mês de outubro passado, chegou ali dona Maria Bonfim Zogob Neves, e que, durante os dias em que Zobinha permaneceu na casa da depoente, portou-se de maneira irrepreensível, sem sair à rua, sem procurar a janela, mantendo-se sempre alheia ao movimento nas ruas. Além disso, nunca notara alguém à procura de Zobinha como também não a vira procurando ninguém. A testemunha afirmou que Zobinha era uma senhora honesta, de comportamento exemplar, muito direita, apenas preocupada com os filhos, por isso sua maior vontade era trabalhar para ajudar a mantê-los.

O autor do assassinato, Carlos Ferreira, foi encaminhado ainda vivo ao hospital Santa Casa de misericórdia e, após a recuperação, foi encaminhado ao Asilo de Alienados

em Parangaba, visto que foi considerado frágil quanto às faculdades mentais, declarando nada se lembrar. Os médicos do Asilo ainda identificaram que o paciente estava leproso e solicitaram à polícia a retirada urgente de Ferreira para o Leprosário de Canafístula, para onde foi encaminhado e deixado à responsabilidade dos funcionários da saúde, vivendo em isolamento no leprosário. O destino se encarregou de uma punição severa para que fosse feita justiça pela honrada senhora Maria Zogob.

Referência da fonte:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: homicídios

Caixa 07

Número do processo: 1928/1-Caso Maria Bonfim Zogob

Local: Fortaleza

Ano:1928

Sugestões de trabalho:

Nessa notícia, além de possibilitar a percepção do cotidiano das classes populares e dos valores e comportamentos esperados das mulheres, é possível inferir, a partir das qualidades mencionadas pelas testemunhas sobre o comportamento de Zobinha, o destaque ao trabalho feminino, já que a vítima fazia curso de datilografia para tentar arranjar um emprego e sustentar os filhos, que passavam necessidade na ausência do marido. Isso revela que, apesar de o Estado reivindicar o espaço feminino como limitado ao espaço privado, as mulheres das classes populares já ocupavam o espaço público para sobreviver. Desse modo, a notícia mostra-se como um satisfatório instrumento para refletir de que maneira as mulheres trabalhadoras enfrentaram problemas diferentes das mulheres de elite, e essa observação possibilita que os(as) estudantes percebam essas mulheres como sujeitos históricos concretos e diversos, por questões econômicas, sociais, políticas e culturais.

Namorado atira em namorada em baile de carnaval. Os tiros ferem a moça e mais duas pessoas.

Mais um caso de violência contra a mulher na capital, às 20 horas do dia 17 do corrente mês, em meio a uma numerosa festa carnavalesca, Newton Rodrigues de Oliveira, de 20 anos de idade, empregado do comércio e residente nesta capital, disparou contra a senhorita Alda Ozório Sampaio quatro tiros de revólver à queima roupa, chegando inclusive a incendiar a blusa de Alda na parte correspondente ao tórax, produzindo-lhe dois ferimentos. Os demais projéteis atingiram a senhorita Rufina Silva Braga e o senhor João Quirino Filho, fazendo naquela um ferimento na cabeça e neste um pequeno ferimento na testa.

O criminoso foi preso em flagrante delito. Reestabelecida a ordem, ele foi conduzido à delegacia. Iniciadas as diligências do inquérito policial, no dia seguinte todas as vítimas foram submetidas ao exame de corpo de delito. Dos ofendidos, apenas dona Rufina Silva Braga não foi ouvida em auto de perguntas devido ao seu delicado estado de saúde, cujo quadro sério continuava ainda a inspirar cuidados. Rufina veio a falecer dois dias depois do ocorrido.

Do interrogatório dos dois outros ofendidos e do depoimento de cinco testemunhas, evidenciou-se que Newton Rodrigues de Oliveira apaixonara-se de D. Alda Ozório Sampaio, amor que fora por ela correspondido. Porém, de vez em quando, ele mostrava-se desgostoso e triste, ao notar que da parte de D. Alda o seu amor não era correspondido com igual. No primeiro dia de carnaval, na Avenida Sete de setembro, encontram-se ambos ali. D. Alda recusou-se a aceitar um vidro de lança perfume que Newton lhe mandara por intermédio de sua prima D. Helena. Ele, aborrecido, arrebentou o frasco no chão, ameaçando por esses modos de romper as relações de amor e simpatia por D. Alda.

Posteriormente, declarou que não pretendia comparecer na avenida, mas foi fantasiado de máscara, provavelmente para não ser reconhecido por D. Alda e colher melhores provas para confirmar as suas suspeitas de ciúmes. Porém, nada colhendo, no dia seguinte, terceiro de carnaval, ele encontrou-se com D. Alda na rua e confessou-se arrependido do ato que praticara na antevéspera e de novo protestou-lhe esquecer tudo e continuar a dispensar-lhe real e sincera afeição.

No dia último de carnaval, à tardinha, Newton compareceu às imediações da casa de D. Alda, a quem acompanha até certa distância, indo de novo encontrá-la na avenida Sete de

Setembro. Nesta, por volta de 19 horas, mais ou menos, notou que D. Alda aceitava de modo especial o lança perfume que lhe atirava um estrangeiro, enquanto se recusava a receber os que ele lhe jogava. Newton ficou enfurecido a tal ponto que, conforme confessou, teve uma ameaça de sícope, sendo socorrido por um amigo que na ocasião passava em sua frente, o qual o conduziu a um café próximo. Nessa ocasião, conforme ainda confessa, teve a ideia de suicidar-se na frente de D. Alda, para deste modo causar-lhe maior remorso. De volta, porém, resolveu confiar suas mágoas à senhorita Helena, prima de D. Alda, a qual procurou dissuadi-lo de que da parte de sua prima nenhuma intenção havia para abandoná-lo.

No momento em que resolveu dizer a D. Alda todo o seu sentimento e o incômodo que sentiu pelo que notou entre ela e o estrangeiro, nessa ocasião, segundo ele afirmou, D. Alda dissera: "Seu Newton, o senhor fique ciente que não manda na minha vontade". Conforme D. Alda declarou, apenas lhe disse: "Isso é muito engraçado; você pode brincar com qualquer pessoa, entretanto a mim quer proibir". Foi então que Newton, sacando um revólver que, de antemão, pedira emprestado a um amigo, e conservava no bolso do paletó, dá um passo atrás e, sem demora, alveja D. Alda pelas costas, disparando-lhe os quatro tiros à queima roupa. Senhorita Rufina Silva Braga, uma das atingidas, foi ferida gravemente na cabeça, chegando a óbito. João Quirino Filho foi atingido apenas de raspão e passa bem. O acusado foi levado preso e espera julgamento. Todos que presenciaram ou tomaram conhecimento do crime clamam por justiça, afirmando que não podem mais aceitar tanta violência contra as mulheres.

Referência das fontes:

Fundo: Tribunal de Justiça

Série: Ações criminais

Subsérie: Homicídios

Caixa 03

Número do processo: 1915/01

Local: Fortaleza

Ano: 1915

Sugestão de trabalho:

O caso de Alda Ozório também pode ser citado novamente como a situação de uma mulher que manifestou um comportamento não socialmente aceito, como sair sozinha para se divertir. Ela queria apenas brincar o carnaval, e acabou sofrendo uma tentativa de assassinato por parte do namorado. O namorado justificou o atentado afirmando que, quando a viu na festa, D. Alda falou: “Seu Newton, o senhor fique ciente que não manda na minha vontade”. Logo em seguida, acrescentou: “Isso é muito engraçado; você pode brincar com qualquer pessoa, entretanto a mim quer proibir”. Escutando isso, Newton se sentiu no direito de tentar matá-la, pois, para o agressor, a vítima havia cometido um duplo deslize social: frequentar um lugar público e ser insurgente ao poder masculino. Com essa fala de Alda, é possível refletir que, na percepção de muitas pessoas da época, a liberdade de ir e vir nos lugares públicos era restrita aos homens.

CADERNO – SAÚDE DAS MULHERES

Os discursos médicos e jurídicos que foram usados no *Caderno Saúde das Mulheres* foram adaptados para uma linguagem mais atual, a fim de que haja melhor compreensão do público-alvo quanto a este jornal, ou seja, estudantes do Ensino Médio e EJA. Ao analisar o processo de consolidação de uma nova ordem burguesa, os(as) alunos(as) podem descobrir como se exerce esse controle sobre o feminino na sociedade brasileira, como a utilização dos discursos médicos justificavam a dominação e inferiorização feminina; como esses discursos colaboraram para a ideia de obrigatoriedade da maternidade; e como incentivam essa maternidade com o fim de gerar indivíduos disciplinados, de modo a compor os quadros de trabalhadores necessários a um país que buscava adequar esses trabalhadores a tipos ideais.

Evaristo de Moraes se posiciona sobre mulheres que desejam realizar laqueadura de trompas:

Diante do interesse da opinião pública sobre questões relativas à capacidade das mulheres casadas deliberarem sobre suas propriedades, consultamos a opinião do rábula

criminalista Evaristo de Moraes, conhecido do grande público por sua notória atuação, principalmente na ocasião de, em 1896, ter defendido o próprio pai, acusado de atentado ao pudor de menores no Preventório Santa Rita de Cássia, do qual era diretor. Embora seu pai já tivesse abandonado sua mãe, foi ela quem pediu ao filho que tomasse a defesa paterna. As repercussões do caso na imprensa foram grandes e houve pressão sobre o júri para que o réu fosse condenado. Mario Vargas Llosa, em sua obra *A guerra do fim do mundo*, faz alusão ao caso, dizendo que no Rio de Janeiro da época os jornais estavam mais preocupados com esse episódio do que com a guerra de Canudos. A atuação de Evaristo no julgamento, emocionando a assistência e obtendo a absolvição do pai, foi considerada excepcional.

Segundo ele, em qualquer relação da vida civil, principalmente no que diz respeito à propriedade, a mulher tem incapacidade para decidir sozinha. A Junta sabe perfeitamente que, se uma senhora casada quiser vender uns palmos de terra, não poderá fazer, dentro do regime comumhão de bens sem a presença, no tabelionato, do seu esposo, e não haveria notário que passasse escritura, dada a ausência do marido. A mulher casada que pretendesse transferir apólices da dívida pública não encontraria corretor que somente com ela tratasse o negócio, nem o empregado da Caixa de Amortização lhe permitiria assinar, sem o esposo, o termo de transferência. Como, pois, admitir que, tendo um homem escolhido uma esposa, a mulher que não dispõe nem mesmo dos bens imóveis do casal possa, por combinação com um médico sem escrúpulos, dispor do capital supremo da espécie humana, do meio de sua propagação, do funcionamento do órgão em que o esposo confiou as melhores das suas benditas e santas esperanças, o seu útero?!” (MORAES, 1901, p. 29 *apud* ROHDEN, 2001, p. 202-203).

Referência da fonte:

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [on-line]*. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohdens-9788575413999.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Sugestões de trabalho com a fonte:

Os discursos médicos presentes no *Caderno Saúde das Mulheres* podem ser utilizados para mostrar como a medicina foi importante no processo de inferiorização feminina e para

reforçar a tentativa de reduzir as mulheres à condição materna. Em se tratando dos discursos jurídicos, é válido ressaltar o texto de Evaristo Moraes, o qual se opõe à possibilidade de a mulher optar por sua própria esterilização (laqueadura de trompas), afirmando que o marido deveria decidir sobre o corpo da esposa, já que os homens se casam com o objetivo de garantir a sucessão familiar por meio da sua prole. Ele afirma isso com base nos argumentos de que uma mulher nesse período não podia vender uma propriedade, quanto mais deliberar sobre sua própria capacidade reprodutiva.

É interessante ressaltar que essa ideia de que a mulher sozinha não pode opinar sobre sua capacidade reprodutiva não só perdura até hoje, como é lei. Dito isso, o(a) professor(a) pode trazer para os(as) estudantes a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, denominada de Lei do planejamento familiar (BRASIL, 1996a, *on-line*), que afirma que somente é permitida a esterilização voluntária às mulheres que forem maiores de vinte cinco anos e tiverem pelo menos dois filhos vivos. Permite-se também caso a gravidez representar risco para a grávida ou para o bebê.

Por meio desse discurso, é viável também identificar alguns valores compartilhados no período que perduram até os dias atuais, além de imposições sociais às mulheres, como a maternidade compulsória. Por fim, outro ponto a ser destacado é o discurso do jurista e o fortalecimento da ideia das mulheres como propriedade masculina.

**O médico militar Dr. Manoel Mauricio Sobrinho, estudioso da saúde feminina, fala
sobre o instinto sexual feminino e sobre amor:**

“Não trepidamos em afirmar que o instinto sexual é mais intenso no homem do que na mulher; nele o desejo de possessão física domina todos os outros – ama sensualmente. O contrário se passa com a mulher; ordinariamente seu desejo sexual é pouco intenso, só tardiamente se desenvolve; seu amor é mais ideal; mais sentimental; o seu ideal está na maternidade. Se o sentimento na mulher fosse igual ao do homem neste particular, o mundo não seria mais do que um vasto campo de lupanar onde a união regular e a família nunca se poderiam constituir, a própria espécie tenderia a desaparecer. A mulher, diz Lombroso, tem uma lubrividade menor que o homem e uma sexualidade superior. O amor é um fato capital na vida da mulher. Ela é naturalmente e organicamente monógama. Seu amor consiste quase

inteiramente no instinto de abnegação e de afeição; este amor não é para ela mais do que uma face secundária da maternidade. Os fisiologistas e os filósofos opinam que a mulher tem um grau de sensualidade muito inferior ao do homem e que é muito menos inclinada à poligamia do que ele” (SOBRINHO, 1911, p. 17 *apud* ROHDEN, 2001, p. 139).

Referência da fonte:

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [on-line]*. 2a ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Sugestões de trabalho com a fonte:

Para a medicina da Primeira República, as mulheres não possuíam desejo sexual pleno e maduro. Como mostra o discurso do médico militar Dr. Manoel Mauricio Sobrinho, o desejo era atributo associado meramente ao masculino, levando à ideia de que as mulheres eram sentimentais e os homens sexuais, e isso justificaria a poligamia masculina. Esses discursos podem ser relacionados às notícias de defloramentos e às questões referentes ao cerceamento da liberdade sexual feminina no período trabalhado e atualmente. É possível observar também que esses discursos médicos infantilizam as mulheres, quando o objetivo é evidenciar que são intelectualmente inferiores e incapazes de exercer determinadas profissões devido a essa imaturidade e incapacidade, que se estenderia ao campo intelectual, justificando a suposta incapacidade de gerenciar suas próprias vidas.

Discurso do Dr. José Maia sobre emancipação feminina

O médico Vicente José Maia, escritor da tese *A Menstruação na Etiologia das Nevroses e Psicoses* (1986), reafirma a necessidade do cuidado que se deve ter com a emancipação feminina, o estudo e o exercício profissional, considerados grandes vícios sociais da modernidade, pois são fatores que, certamente, levam ao desequilíbrio dos centros nervosos e de outras funções:

“Se considerarmos agora a mulher, em face da sociedade moderna, ainda aqui a nossa crítica vem apoiar-se nesse vício social, que pretende colocá-la em um nível superior às forças e ao seu papel. Atualmente ela tende a emancipar-se. O preparo de uma futura esposa, o cultivo da escultura, da pintura, da música, enfim, de todas as belas artes, adaptáveis à sublime delicadeza de seu sexo, representam hoje um círculo limitadíssimo de sua instrução. O aperfeiçoamento das mulheres na atualidade está no cultivo de ciências e artes que jamais poderão ser-lhes confiadas: a mulher-médica, a mulher-naturalista, a mulher-política, a mulher jurídica constituem o luxo desse século. Por isso, novos deveres, novas excitações implantadas em um organismo fatalmente arruínam a resistência feminina e mostram um desequilíbrio dos centros nervosos e de todas as funções auxiliadas por eles.” (MAIA, 1896, p. 11 *apud* ROHDEN, 2001, p. 146).

Referência da fonte:

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [on-line]*. 2a ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 146. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Sugestões de trabalho com a fonte:

Ressalta-se, com essa fonte, como existia um discurso masculino para garantir a posição de poder do homem dentro da sociedade. A medicina fortalece a submissão e a inferioridade feminina quando naturaliza a ideia da fragilidade feminina, e nessa fonte isso é explicitado ao médico afirmar que, se as mulheres se dedicarem a ciência ou a arte, elas podem estar sujeitas a uma hiperexcitação cerebral, a gerar desequilíbrios nervosos, ou seja, um discurso que reitera a ideia das mulheres como sentimentais, nervosas e irrationais. Nesse sentido, os homens não queriam que as mulheres adentrassem as “suas” áreas de atuação, por isso não aceitavam mulheres cientistas, e para manter suas posições privilegiadas naturalizavam, por meio de seus discursos, a fragilidade e sentimentalismo feminino.

CADERNO – NOTAS SOBRE POLÍTICA

Uma inspiração para a luta feminista

Regina Cecilia Maria Diva Nolf Nazário nasceu no interior do estado de São Paulo, em 22 de novembro de 1897. Com dez anos de idade, mudou-se para a Bélgica em companhia dos pais, onde permaneceu até 1917. Ao retornar ao Brasil, decidiu cursar direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Em 1922, inspirada pelas aulas de seus professores e pelos estudos aprofundados da Constituição vigente, decidiu se alistar para as eleições que se aproximavam. O artigo 70 da Constituição de 1891 não deixava claro se as mulheres não podiam participar das eleições. E foi por conta dessa ambiguidade que a acadêmica de Direito decidiu reivindicar seus direitos.

O Juiz Affonso José de Carvalho emitiu um despacho respondendo à solicitação ao direito de votar da estudante de direito Diva Nazário, em 1922. A resposta ao seu pedido foi a seguinte:

Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil tem um reflexo na ordem política. É certo que não existem em nossas leis uma exclusão expressa a esse respeito. Mas também o é que várias tentativas surgiram, na discussão do nosso pacto fundamental, para precisamente tornar expresso o direito do voto feminino, sem que lograsse aprovação qualquer das emendas apresentadas. Entendeu, por certo, a maioria dos nossos representantes que, embora se deixasse aberta a porta a possíveis futuras inovações, não era ainda o momento de romper com as tradições de nosso direito, segundo as quais as palavras “cidadão brasileiro”, empregadas nas leis eleitorais, designam sempre cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos, na plenitude de sua capacidade, idôneo para o trabalho, apto principalmente para defender a pátria, pegar em armas, bater-se por ela contra o inimigo exterior e pugnar pelos seus direitos na imprensa, na tribuna, na praça pública, com as energias e veemências próprias da organização viril.

Há sem dúvida mulheres capazes de fazer tudo isso. Mas o legislador, quando estabelece normas sobre a capacidade, não se deixa influenciar pela preferência do conhecimento de casos de exceção. A verdade é que prevalecem ainda entre nós considerações tradicionais das quais se fez o deputado Pedro Américo, ao lembrar que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política (Ver DINIZ, Direito público e constitucional, n. 51). Os publicistas que entre nós propugnam ardorosamente, como faz o dr. Tito Fulgêncio, pela emancipação política da mulher, qualificando de arbitrária a exclusão que dela se fizer do direito de voto, esquecem por completo a concepção que sempre se há feito, em nossa vida social, da entidade feminina: concepção de uma criatura destinada a dividir harmonicamente com homem, as responsabilidades da vida em comum, ela na tranquilidade do lar, cuidando da ordem doméstica, ele, no trabalho cotidiano auferindo os meios de promover a subsistência da família. Pode ser que futuramente assista a humanidade a conversão de papéis. Mas por enquanto cumpre conservar o que até aqui se tem conservado no tocante à capacidade feminina (...). Indefiro a petição. De fls.2. S. São Paulo, 7 de junho de 1922.

Referência da fonte:

NAZARIO, Diva Nolf. (1897-1966). *Voto feminino e feminismo*. [s.n.], 1923. Setor de Documentos Privados – Arquivo Nacional - Rio de Janeiro. Correspondências FBPF – Ano 1923 e 1924. p. 22.

Sugestões de trabalho com a fonte:

No discurso de Juiz Affonso José de Carvalho, ao responder à solicitação acerca do direito de votar da estudante Diva Nazário, em 1922, o jurista argumenta sobre a incapacidade de as mulheres votarem com a justificativa de delimitar, de modo categórico, a função de cada gênero na sociedade. Esse documento é importante tanto para mostrar como a justiça foi um elemento que reforçou os ideais de submissão feminina, mantendo a supremacia masculina, quanto para ressaltar a resistência das mulheres, reivindicando o direito ao voto e a participação na vida pública. Por conseguinte, é um instrumento potencial para problematizar e colocar em perspectiva histórica não apenas o fenômeno da violência, mas também a justiça, sobretudo seus princípios e valores.

ANÚNCIOS

A sugestão de trabalho com as fontes de anúncios virá em blocos temáticos. No primeiro bloco, constam propagandas cujo alvo é o padrão de beleza. Por sua vez, no segundo bloco, há propagandas de utilidades do lar. Por fim, no terceiro bloco, encontram-se materiais referentes a medicamentos direcionados às mulheres.

Bloco de anúncios 01: A beleza feminina

ANÚNCIO I



Referência da fonte:

SEIOS. Desenvolvidos. Fortificados. Aformoseados. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 69, n. 4, 1920. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=SEIOS&pagfis=1148>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANÚNCIO II



Referência da fonte:

O MELHOR embellezamento de pelle faz-se com o Orvalho da Belleza. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 32, n. 3, 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=senhoritas&pagfis=43>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANÚNCIO III

Methodo facil para engordar,
afirmosear-se e fortalecer-se

O erro incorrido por quasi todas as pessoas magras de-
sesjasas de ganharem carnes, formusura e forças ao mesmo
tempo e a sua insistencia em encherem seus estomagos com
drogas de qualquer classe, ou de participarem de comidas
demasiado gratuitas, bem assim que de seguirem alguma
regra insensata de cultura physica, em prestarem a minima
attenção a causa verdadeira da sua magrice, ningum au-
gmentará seu peso enquanto seus orgãos digestivos não
assimilem propriamente os alimentos que vão para o esto-
mago.

Graças a uma nova descoberta scientifica á possivel
agora combinar nessa forma simples os elementos que os
orgãos digestivos carecem para ajudal-os na sua obra de
assimilarem devidamente os alimentos e converterem estes
em carne e sangue fortes e permanentes. Esta desco-
berta moderna chama-se **Sargol**, um dos melhores criadores
de carnes conhecidos **Sargol**, por meio das suas propriedades
regenerativas e reconstructivas ajuda o estomago na
sua obra de extrahir dos alimentos as substancias nutritivas
que elles contém, as quais leva para o sangue, e este,
a seu turno, espalha-as por todos e cada um dos tecidos e
cellulas do corpo. Nada mais facil para ver, do que ima-
ginar o resultado desta transformação assombrosa quando
começa a notar que as bochechas se lhe lhe vão enchendo;
os ocos do collo, hombros e peitos vão pouco a pouco des-
sapparecendo e ao fim de poucas semanas acha um ganho
de 5 a 7 kilos de carne solida permanente.

SARGOL não contem ingredientes prejudiciaes a saude,
e, recommendam-no hoje em dia os medicos e pharmaceuticos.

Aviso: Ainda que de certo **SARGOL** produz excellentes resultados em casos de dyspepsia ner-
vosa e desarranjos no estomago em geral, os dispepticos e
doentios do estomago não devem tomalo se não desejam
augmentar pelo menos 5 kilos.

SARGOL vende-se nas pharmacias e drogarias de S. Paulo.

Unico importador:

BENIGNO NIUVA

Referência da fonte:

METHODO facil para engordar, aformosear-se e fortalecer-se. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 38, n. 1, 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=benigno%20nieva&pagfis=280>. Acesso em: 14 out. 2019.

ANÚNCIO IV

ADEUS RUGAS

3.000 DOLLARES DE PREMIOS SE ELLAS
NÃO DESAPPARECEREM

A mulher em toda a idade pode se rejuvenescer e embellezar.
É facil obter-se a prova em vosso proprio rosto em pouco tempo. — Experimente hoje mesmo o RUGOL.
Creme scientifico preparado segundo o celebre processo da famosa doutora de beleza, Mlle. Dor Leguy, que alcançou o primeiro premio no Concurso International de Productos de Toilette.

RUGOL opera em vosso rosto uma verdadeira transformação, vos embelleza e vos rejuvenesce ao mesmo tempo.

RUGOL differe completamente dos outros cremes, sobretudo pela sua accão sub-cutanea, sendo absorvidos pelos pôros da pele os preciosos alimentos dermicos que entram na sua composição.

RUGOL evita e previne as rugas precoces e pés de gallinha e faz desaparecer as sardas, pannos, espinhas, cravos, manchas, etc.

RUGOL não engordura a pele. Não contém drogas nocivas. É absolutamente inoffensivo. Até uma criança recem-nascida poderá usar-o.

RUGOL dá uma vida nova à epiderme flacida, porosa e fatigada, emprestando-lhe a apparencia real da juventude.

GARANTIA — Mlle. Leguy pagará mil dollars a quem provar que ella não tirou completamente as suas proprias rugas com duas semanas de tratamento apenas.

Mlle. Leguy offerece mil dollars a quem provar que ella não possue oito medalhas de ouro ganhas em diversas exposições pela sua maravilhosa descoberta.

Mlle. Leguy pagará ainda mil dollars a quem provar que os seus atestados de cura não são espontaneos e authenticos.

AVISO — Depois desta maravilhosa descoberta inumeros imitadores têm apparecido de todas as partes do mundo. Por isso prevenimos ao publico que não aceite substitutos, exigindo sempre:

R U G O L

Referência da fonte:

ADEUS rugas. *Cinearte*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ANÚCIO V

CASA BARUEL SÃO PAULO

Rua Direita, 1 - Largo da Sé, 2

As senhoras, e senhoritas que desejem manter sua cutis em perpetuo estado de juventude, não devem esquecer que em nossa Secção especial de Perfumarias, ha os mais finos e modernos Cremes, Cold-Cremes, Leites, Ceras, Loções diversas e de toda a especie de productos para Maquillage. Outrossim, recommendamos o nosso variado sortimento de Pomadas, Pós, Cosmeticos, Vernizes e líquidos diversos para o tratamento completo de «Manicure».

BARUEL & Cia.

Referência da fonte:

CASA Baruel. São Paulo. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 32, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=42>. Acesso em: 10 out. 2019.

ANÚCIO VI



Para bem vestir, é necessário o uso do Collete Ideal.

Fabricação esmerada sob medida da

LOJA

IDEAL

Telephone Central 4792
LARGO DO AROUÇE, 75
S. PAULO

Referência da fonte:

PARA bem vestir, é necessário o uso do Collete Ideal. Fabricação esmerada sob medida da Loja Ideal. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 35, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=150>. Acesso em: 10 out. 2019.

Sugestões de trabalho com a fonte:

A partir da observação dos anúncios do jornal, é possível identificar propagandas de cosméticos, vestimentas e remédios que potencializam a problemática dos padrões de beleza que se esperavam das mulheres, agradáveis aos olhos do marido, sempre a postos para atender necessidades e desejos do esposo, cuidando também da casa e dos filhos. A maioria dos produtos que a indústria desse período propagandeava fortalecia esses estereótipos, como a dona de casa que cuida da aparência e da alimentação da família, da higiene doméstica, assim como dos filhos. Alguns anúncios como o “Rugol” cobram a juventude eterna das mulheres. Vale destacar que é um discurso super atual, já que milhares de mulheres anualmente recorrem a diferentes procedimentos, a fim de alcançar esses padrões estéticos, colocando em risco até mesmo a vida. Esses estereótipos afetam não só a integridade física das mulheres, como também a psicológica. Cada vez mais meninas e mulheres enfrentam problemas que estão diretamente relacionados a esses critérios excludentes, como a depressão, a baixa autoestima, além dos distúrbios alimentares, como a bulimia e a anorexia, causados pela busca da magreza, que é o padrão de beleza atual.

Bloco de anúncios 02: Utilidades domésticas

ANÚNCIO I

ARTE CULINÁRIA

ADALIUS - 3. edição

Já está exposto à venda, na redação da «REVISTA FEMININA», rua do Rosário, 12. 2.º andar, o preciosíssimo livro "Adalius", especialmente confeccionado para uso das donas de casa. A primeira e segunda edição, que continham poucas páginas, exgotaram-se rapidamente, a despeito da sua avultada tiragem. Esta terceira edição compõe-se de mais de cem páginas e está enriquecida notavelmente de receitas e conselhos culinários.



Livros sobre cozinha não faltam em português; mas todos ellos se resentem de um grave defeito: as suas receitas ou são obscuras ou não são realisaveis, pelas dificuldades que apresenta a sua execução. Além disso, algumas re-

ceitas que esses livros apresentam, se são realisaveis, nem sempre obtém exito, porque não foram experimentadas. Ora, as receitas do "Adalius" são todas experimentadas, e, o que mais é, estão ao alcance de quem quer que queira experimental-as, tal a clareza com que são escriptas.

"Adalius" contém mais de quatrocentas receitas, O seu texto é constituído das melhores receitas para lanche, cozinha, doces, de conselhos sobre hygiene, sobre o cuidado e ornamentoção da mesa de jantar, de tudo, enfim, que pôde interessar uma dona de casa. É uma obra de que não deve prescindir nenhuma dona de casa, que o deve ler constantemente, consultar e conservar como o seu livro predilecto.

Não ha dona de casa que se não queixe da dificuldade ou obscuridade com que são compostos os livros de arte culinária.

O "Adalius", ao contrario, não traz nenhuma receita que não fosse experimentada e cuja confeccão se torne difícil. Todo elle, seja qual for o assunto de que trate, é absolutamente aprovável e util. O seu texto é claro, simples e comprehensível.

O seu preço é 25000 reis. Esse preço está, como se vê, ao alcance das boinas mais modestas, sendo certo que a «REVISTA FEMININA», que o editou, não aufera nenhum lucro com a venda. O "Adalius", vendido por esse preço, constitue, antes, um beneficio que faz ás suas leitoras e um meio de propaganda.

Enviam pois seu endereço e a quantia de dois mil réis em selos do correio, à redação da «REVISTA FEMININA» - S. Paulo, e imediatamente receberão pelo correio o preciosissimo livro sobre cozinha "Adalius".

Referência da fonte:

ARTE culinária. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 69, n. 2, 1920. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=ARTE%20CULIN%C3%81RIA&pagfis=1144. Acesso em: 10 out. 2019.

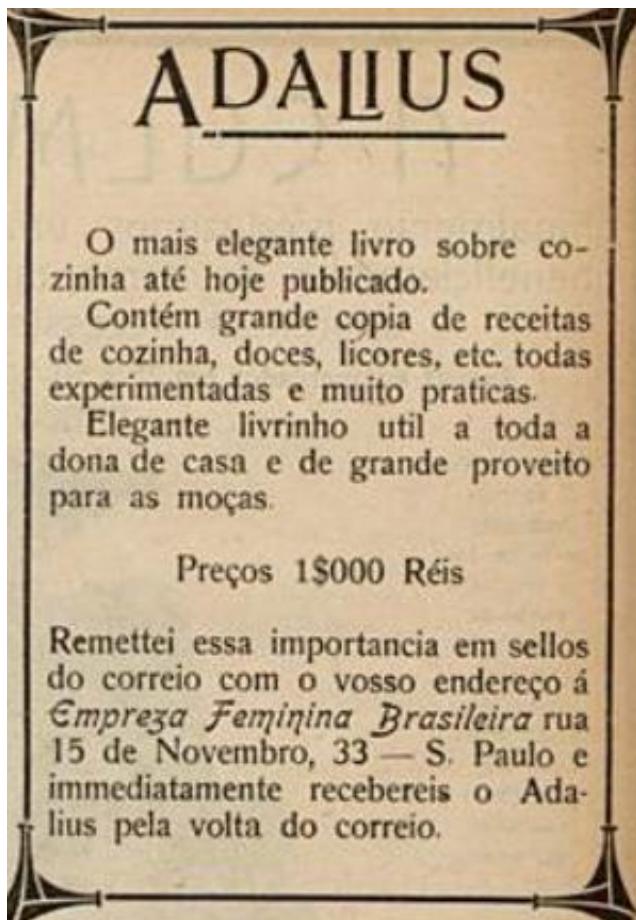
ANÚNCIO II



Referência da fonte:

F R MOREIRA e Cia. Senking. *Cinearte*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929.
Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ANÚNCIO III



Referência da fonte:

ADALIUS. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 35, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=157>. Acesso em: 10 out. 2019.

Sugestões de trabalho com as fontes:

O fortalecimento dos estereótipos de gênero pode ser identificado a partir de anúncios de fogões e livros de receitas antigos, como os analisados, que ressaltavam assuntos, por exemplo, a ornamentação da mesa de jantar, receitas de doces e conselhos de higiene. Esses anúncios trazem temas que a sociedade da época determinava como sendo os assuntos com os quais as mulheres deveriam se ocupar, ou seja, os temas que eram permitidos a elas, uma vez

que eram socialmente aceitos. Portanto, com essas notícias percebe-se que as propagandas veiculavam e veiculam valores da sociedade em um dado período, de modo a reforçar os modelos e pensamentos vigentes em determinado período histórico e que, no caso das mulheres, esse tipo de propaganda prevalece até os dias atuais.

Bloco III: Medicamentos para a saúde das mulheres

ANÚNCIO I

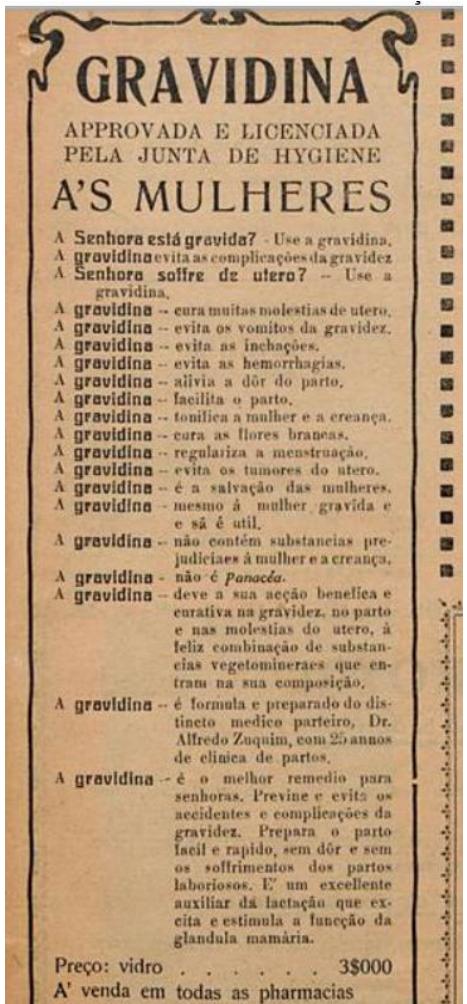


Referências da fonte:

MENESTROL. Unico para as enfermidades da MULHER. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 59, n. 2, 1919. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=ARTE%20CULIN%C3%81RIA&pagfis=750>. Acesso em: 24 set. 2019.

ANÚNCIO II



Referência da fonte:

GRAVIDINA aprovada e licenciada pela junta de hygiene A's mulheres. *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 32, n. 3, 1917. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=senhoritas&pagfis=41>. Acesso em: 25 set. 2019.

ANÚNCIO III

A Saude dos Nossos Filhos!

“Babyol”

(Xarope confortativo e digestivo, para uso das crianças).
Analysado e licenciado pela Directoria Geral do Serviço Sanitario, Desassocego, agitação, choro exagerado, colicas ventosas, desordens intestinaes, digestão imperfeita, fere-dagens, oriundas da nutrição viciosa, vomitos, prisão de ventre, desordens gastricas no curso do aleitamento ou do regimen lacteo.
Soccorro prompto nas casas de familia

“Calcipina”

Preparação calcico-papainada, analy-sada e licenciada pela Directoria Geral do Serviço Sanitario.

Favorece a dentição e a formação ossea, evita a diarréa, os vomitos, favorece a digestão, cura o rachi-tismo e robustece as crianças,
Com o uso da CALCIPINA as crianças se acalmam, crescem sadias, fortificam-se e libertam-se de muitos incidentes da 1.^a idade

A venda em todas as Drogarias e pharmacias. Depositarios LAVES & RIBEIRO.
PHARMACIA YPIRANGA. Canto do Viaducto. SÃO PAULO.



Referência da fonte:

A SAÚDE dos nossos filhos! *Revista Feminina*, São Paulo, ed. 32, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=a%20sa%C3%A3de%20dos%20nossos%20filhos&pagfis=5>. Acesso em: 14 set. 2019.

ANÚNCIO IV



Quando se esgotam as forças

nervosas, a mais leve emoção nos desespera, o menor ruido nos enerva e o menor choque nos assusta. Qualquer transtorno, Intranquillidade, desespero ou emoção pode ser remediado mediante os bemditos comprimidos *Bayer* de Adalina. Elles tranquilizam os nervos, fortalecem o sistema nervoso, proporcionando, ao mesmo tempo, um sono tranquillo que nos consola de todas as contrariedades.

Comprimidos *Bayer* de
Adalina



Referência da fonte:

QUANDO se esgotam as forças. Comprimidos Bayer Adalina. *Cinearte*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

Sugestões de trabalho com as fontes:

Neste jornal, há propagandas de remédios calmantes, de combate à hysteria, de modo a reforçar o discurso engendrado pela medicina desse período: a fragilidade emocional feminina, como se as mulheres fossem mais suscetíveis a serem nervosas, histéricas e

passionais. Além disso, por conta do seu lado emocional mais aflorado, eram vistas como menos inteligentes e racionais que os homens, cuja maturidade e as faculdades mentais seriam mais desenvolvidas e equilibradas.

Outro medicamento direcionado às mulheres, o “Gravidina”, está relacionado ao que a sociedade da época impunha como a função social primeira das mulheres: a maternidade. Assim como o anúncio de medicamentos fortalecedores para os filhos, acreditava-se que o cuidado com os filhos era dever apenas da mãe, e o pai teria a função social apenas do sustento material familiar.

Possibilidades de sequências didáticas utilizando esse material

Com estas sequências didáticas, sugere-se maneiras de o(a) professor(a) trabalhar o *Jornal das mulheres* sem ter que, necessariamente, mudar o curso do conteúdo. Esse tópico foi formulado com o objetivo de solucionar algumas dificuldades relatadas pelos(as) docentes(as), como trabalhar temas transversais e História local sem renunciar ao conteúdo dito “formal”. As mulheres estão presentes em todos os momentos históricos trabalhados, no entanto são silenciadas em nome do sujeito universal (homem, branco, elitizado), um sujeito com o qual se pretende questionar ao trazer à tona as mulheres, trabalhadoras, pobres, brancas e negras que sempre estiveram presentes na sociedade, colaborando para as mudanças sociais, seja com seu trabalho no lar, seja nas fábricas. Não é necessário parar o conteúdo, e sim inserir as mulheres nessas narrativas.

Existem várias possibilidades de uso desse material, inclusive há algumas nesse anexo, contudo, ressalta-se que são sugestões que podem ser alteradas de acordo com a necessidade e a realidade de cada professor(a). Para um bom desenvolvimento das atividades, o(a) docente tem de estar ciente da importância de conhecer a realidade em que se insere a comunidade escolar, bem como levantar os conhecimentos prévios dos alunos sobre vários assuntos (relações de gênero, violência contra mulher etc.), além de se atentar para a dinâmica das relações de gênero na escola, conhecer a cultura juvenil etc. Para um melhor rendimento, elegeu-se o público-alvo constituído por estudantes do Ensino Médio e EJA.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 01

Apresentação da proposta

Professor(a), esta proposta de trabalho com o presente material consiste na elaboração de uma ficha com perguntas relacionadas às notícias do jornal. Para iniciar qualquer uma das sequências didáticas propostas, é necessário iniciar com um levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes, que pode ser feito por meio de uma conversa sobre questões atuais sobre gênero e dos problemas locais enfrentados pelos estudantes, a fim de que você, docente, possa depreender qual a experiência deles sobre o tema que será trabalhado. A partir do debate, procure perceber quais são as naturalizações e violações sentidas pelos(as) estudantes, pois serão problematizadas posteriormente. A ideia é instigar os(as) alunos(as) a pensarem como a sociedade do passado lidava e respondia às questões como essas, de modo que associem com o momento presente.

Para trazer à tona esses conhecimentos prévios, a sugestão é que o(a) professor(a) selecione uma notícia da atualidade sobre violência contra as mulheres, de preferência da região de onde a escola está situada, e comece a instigar o debate dos(as) estudantes acerca da notícia, por meio de algumas perguntas sobre o cotidiano deles em relação a esse problema. De modo a ajudar o debate, a seguir constam algumas perguntas norteadoras relacionadas ao conteúdo das notícias, para favorecer o desenvolvimento da leitura e da interpretação dos estudantes. O(a) professor(a) também poderá elaborar questões que considere importantes para aprimorar a competência leitora dos(as) seus(suas) alunos(as). A proposta é articular as discussões sobre a Primeira República aos assuntos de violência de gênero naquele período e atualmente. Nesse sentido, propõe-se a realização de uma atividade em cinco momentos:

1. Diálogos sobre a notícia de algum tipo de violência de gênero que o(a) professor(a) deve escolher para fazer o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes;
2. Os(as) alunos(as) terão um tempo da aula destinado à leitura atenta das notícias do jornal.
3. As perguntas serão entregues aos(as) alunos(as) em formato de ficha – impressa pelo(a) professor(a) ou escrita no quadro para serem copiadas e respondidas por

eles(as). Como o material possui oito notícias, elas se repetirão entre os alunos. Exemplo: em uma turma de trinta e seis alunos(as), quatro alunos(as) devem receber a mesma notícia. Para diversificar e otimizar o momento, o(a) professor(a) pode entregar as fichas e sortear as notícias, sempre procurando equilibrar o número de alunos em cada notícia.

4. Os(as) alunos que receberam as mesmas notícias para analisar devem se reunir em grupo para comparar suas respostas. Após chegarem em um consenso, devem compartilhar com a turma seus resultados, para que, assim, todos tenham acesso às respostas relacionadas a todas as notícias do jornal.
5. Após a apresentação de todas as equipes, promova um debate sobre o que os(as) estudantes identificaram em comum entre todas as notícias e quais as rupturas e permanências eles perceberam. Depois disso é interessante retomar às discussões que foram feitas no início da aula.

Sugestões de questões sobre as notícias a serem feitas aos estudantes

1. Identifique as personagens envolvidas no crime.
2. Onde ocorreu o crime?
3. O que a personagem-alvo da violência estava fazendo na hora do crime?
4. Como o homem justificou a agressão?
5. Crimes como esse ainda acontecem nos dias de hoje? Eles acontecem pelos mesmos motivos?
6. As testemunhas do crime falam mais sobre as condutas da vítima ou do acusado? Por que você acha que isso acontece?
7. Com base no que relatam as testemunhas, quais eram os comportamentos esperados de uma mulher na Primeira República?
8. Nos dias atuais, existem modelos de comportamento específicos que são cobrados das mulheres? Quais são eles? Esses modelos mudaram?
9. A imposição desses modelos de comportamento incentiva a violência contra a mulher? Justifique.
10. O termo “menina honesta” aparece em alguns depoimentos de testemunhas. O que você

entendeu por honestidade, no sentido empregado no texto?

Objetivos

- Instigar os estudantes a fortalecerem os procedimentos de leitura, pesquisa, assim como a fundamentarem argumentos em dados, informações confiáveis, conteúdos históricos e valores.
- Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas e comportamentos), a fim de desnaturalizar e problematizar as diferentes formas de desigualdade e preconceito, de modo a propor ações que respeitem os Direitos Humanos.
- Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.) contra as mulheres no ontem e no hoje, assim como suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais.
- Verificar, caracterizar e relacionar a presença do patriarcalismo, do machismo e da misoginia na sociedade e na cultura brasileira, e pensar formas de organização e de articulação em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

Formas de avaliação

Uma avaliação interessante é propor aos(as) uma pesquisa sobre a legislação da Primeira República e a legislação atual, com o fim de perceber como as leis evoluíram no sentido de garantir os direitos das mulheres. Vale ressaltar que, por meio da sequência didática, é possível avaliar o empenho na busca de informações e nas deduções sobre o texto das notícias. Todo o processo desenvolvido será parte da avaliação, desde o momento da concentração para a leitura do texto, a resolução das questões de forma individual, até o momento do trabalho em equipe, cujos alunos devem expor os resultados.

Sugestões de sites para pesquisa do professor

- **Site do Instituto Maria da Penha**

Nesse site, o(a) professor(a) pode ter acesso às explicações sobre os tipos de violência contra a mulher, assim como o esclarecimento acerca do significado de cultura de violência e discriminação contra as mulheres. O site disponibiliza a lei na íntegra, além da biografia da Maria da Penha e os projetos que o instituto apoia.

Disponível em:

TIPOS de violência. *Instituto Maria da Penha*, Fortaleza, [s. d]. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

- **Texto: Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História de Vitória Rodrigues e Silva**

Esse texto pode auxiliar os(as) professores(as) que pretendem entender um pouco mais sobre como utilizar a disciplina de História e as fontes como ferramentas para fortalecer a competência leitora nos(as) estudantes.

Disponível em:

SILVA, Vitória Rodrigues e. Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 69-83, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a05v2312.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

- **Estatísticas sobre as mulheres no IBGE**

Nesse site, o(a) professor(a) encontra um PDF com várias pesquisas estatísticas que envolvem as mulheres no Brasil, como educação, empregabilidade, média salarial e ocupação de cargos políticos. Logo, é um instrumento muito útil para apresentar dados que refletem a desigualdade de gênero no Brasil. Além disso, o material é acompanhado de textos que auxiliam a entender como os índices foram captados e as desigualdades existentes em alguns desses dados.

Disponível em:

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica*, Brasília-DF, n. 38, 08 jun. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

- **Texto: História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas, de Maria Izilda Santos de Matos (2013)**

O artigo de Matos (2013) traz uma abordagem que visa a sistematizar a trajetória de formação do campo de História das Mulheres e das relações de gênero, ou seja, reflexões fundamentais para quem deseja adentrar nessa área.

Disponível em:

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/MA/article/view/4503>. Acesso em: 13 set. 2020.

- **Texto: O ensino através da pesquisa em aulas de História do Ensino Médio, de Fernanda Cássia dos Santos**

Este artigo é interessante para auxiliar o(a) professor(a), pois discute o Ensino de História na sociedade atual ao apresentar um método de ensino por meio de pesquisas realizadas pelos alunos de Ensino Médio. Em suma, Santos entende a pesquisa e o uso de fontes primárias como estratégias que contribuem para a construção da consciência histórica dos estudantes e para a aprendizagem ativa.

Disponível em:

Santos, Fernanda Cássia dos. O ensino através da pesquisa em aulas de História do Ensino Médio. *História e Diversidade*, Cáceres-MT, v. 1, p. 59-77, 2011. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicoes/Artigo_Ensino_de_Historia.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 02

Apresentação da proposta

Professor(a), sugere-se que esta sequência seja utilizada, principalmente os anúncios do jornal, para problematizar quais os tipos de produtos que eram (e ainda são) direcionados à mulher. É interessante que o(a) docente inicie com um debate que terá como mote uma propaganda escolhida pelo(a) mesmo(a) professor(a). Existem várias outras propagandas que exploram a temática do machismo, de modo auxiliá-lo(a) a levantar um debate frutífero. O(a) professor(a) também pode pesquisar propagandas e levá-las impressas em tamanho grande para que toda a turma possa visualizar. Por meio dessa fonte, é possível indagar quais conhecimentos prévios dos estudantes a respeito de estereótipos, padrões de beleza e valores impostos às mulheres.

Essa proposta auxiliará os(as) alunos(as) a perceberem, via fontes que estão presentes em seu cotidiano, que os estereótipos de gênero e os padrões de comportamento e de beleza são construídos por uma série de fontes imagética-discursivas potencialmente transmissoras

de preconceitos e violências. Essa sensibilidade para enxergar os problemas de gênero nos anúncios citados deve ser estimulada por meio de perguntas exclusivas para cada anúncio, auxiliando na melhor exploração da imagem. A atividade será dividida nos seguintes passos:

1. Iniciar com o levantamento de conhecimentos prévios, utilizando como fonte uma propaganda de conteúdo preconceituoso e machista.
2. Dividir a turma em três grupos. Em seguida, entregar uma cópia do jornal para cada equipe.
3. Solicitar que os(as) alunos(as) analisem atentamente o jornal, sobretudo os anúncios.
4. Informar que cada grupo analisará um conjunto de propagandas dividido por tema (1. Utilidades do lar; 2. Beleza; 3. Medicamentos). Se achar necessário, o(a) professor(a) pode auxiliar os(as) estudantes nessa composição do conjunto de propagandas, ao analisar com eles(as) cada propaganda, a fim de identificar a que conjunto pertencem.
5. Escrever as perguntas no quadro com o objetivo de que cada equipe responda com base seu conjunto de anúncios.
6. Propor aos(as) alunos(as) que compartilhem suas respostas com a turma. É importante que o(a) professor(a) tenha acesso às respostas dos outros grupos.
7. Finalizar a aula com um debate sobre os estereótipos de gênero e os padrões de beleza, de modo a refletir não somente as percepções de que existem permanências de uma publicidade machista, veiculadora de estereótipos de gênero e que fortalecem os preconceitos e até mesmo o patriarcalismo, mas também a incentivar o compartilhamento dos sentimentos e traumas que esses padrões causam nas mulheres e nos homens da nossa sociedade.

Sugestões de perguntas a serem feitas para os alunos:

1. Descreva o anúncio (texto e imagem).
2. Na sua fonte, existe alguma palavra que não conhece? Qual?
3. Qual o objetivo desse anúncio?
4. A quem é direcionado esse anúncio? Por que você chegou a essa conclusão?

5. A partir desse anúncio, podemos deduzir qual comportamento era esperado da mulher da Primeira República?
6. Existem modelos de comportamento cobrados das mulheres na atualidade?
7. Você acha que uma “simples” propaganda pode fortalecer o machismo e a violência contra as mulheres atualmente? Debata com o grupo e depois responda.

Objetivos

- Entender as propagandas como parte de um processo histórico, carregado de valores e construções sociais que são compartilhados na sociedade brasileira, assim como estimular a percepção sobre leitura de diferentes linguagens.
- Analisar fontes visuais, por exemplo a propaganda, como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
- Avaliar os impactos da publicidade na estruturação e nas dinâmicas das sociedades contemporâneas, bem como entender o seu impacto na formação de preconceitos e estereótipos de gênero.
- Promover a formulação de ideias de combate à violência contra as mulheres, com base na ética e nos Direitos Humanos.
- Aprofundar o senso crítico do(a) educando(a), incentivando a reflexão sobre o conteúdo imagético-discursivo que ele(a) consome cotidianamente e os impactos que esse consumo manifesta nas suas ações e na sociedade como um todo.

Formas de avaliação

Uma sugestão de avaliação é a criação, em grupo, de uma propaganda/anúncio em que se ressalte a liberdade da mulher com o fim de explorar a imagem da mulher ocupar diferentes espaços, combatendo os estereótipos de gênero. Outra proposta é analisar produtos, criados por mulheres, que usamos na contemporaneidade.

Sugestões de sites para pesquisa

- **Site da UOL com vinte propagandas machistas na atualidade**

Nesse site, o professor encontrará vinte propagandas machistas na atualidade que poderão ser levadas para comparar com os anúncios do jornal e serem analisadas com levantamento de hipóteses dos alunos.

Disponível em:

PROPAGANDAS machistas. Peças publicitárias de teor machista causam revolta em mulheres. *Uol*, São Paulo, 10 jun. 2015. Disponível em:
[https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/35673-propagandas-machistas.](https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/35673-propagandas-machistas)
Acesso em: 21 set. 2020.

- **Texto: A mulher na publicidade: um estudo do anúncio da Heineken, de Juliana Neves Alfonso (2015).**

O trabalho de Neves Alfonso (2015) é importante para o(a) professor(a), pois auxilia a entender como a propagação dos estereótipos por meio da mídia pode contribuir para os preconceitos contra a mulher, discutindo também como a figura feminina foi e é representada pela publicidade, principalmente a de cerveja, uma vez que essa forma representa um reflexo da sociedade atual. Outro ponto importante é que o texto apresenta um estudo sobre o movimento feminista, citando feministas que contribuíram para a transformação da sociedade, levando em consideração a representatividade feminina em todos os setores sociais. Por fim, o texto aborda também como a imagem da mulher foi sendo criada socialmente ao longo do tempo.

Disponível em:

ALFONSO, Juliana Neves. *A mulher na publicidade: um estudo do anúncio da Heineken.* 2015. Monografia (TCC) – Curso de Comunicação Social, Jornalismo, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2015. Disponível em:

<https://www.ufjf.br/facom/files/2016/06/A-Mulher-na-Publicidade-um-estudo-do-anuncio-da-Heineken.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

- **Site Educamídia**

Neste site, há um conteúdo denominado “Leitura reflexiva de imagens”, que é muito interessante para o(a) professor(a), haja vista que mostra uma possibilidade de incentivar os(as) alunos(as) para explorarem as imagens, de modo a desenvolverem a criticidade.

Disponível em:

LEITURA reflexiva de imagens. *Educamídia*, São Paulo, [S. l, s. d]. Disponível em: <https://educamidia.org.br/plano-de-aula/leitura-de-imagens>. Acesso em: 22 set. 2020.

- **Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizes, de Milena Freire Oliveira Cruz (2016)**

Este texto de Cruz (2016) é agregador para o objetivo desta sequência, uma vez que propõe mapear distintas representações do feminino na publicidade brasileira da atualidade: tanto a reprodução de estereótipos que reiteram desigualdades de gênero, quanto a ruptura de modelos cristalizados por meio da valorização da autonomia da mulher. Também traz dados que demonstram o questionamento do público no que diz respeito aos padrões femininos, mostrando a relação existente entre a publicidade e a sociedade, refletindo até que ponto a sociedade acolhe os discursos que são veiculados por esses anúncios.

Disponível em:

CRUZ, Milena Freire Oliveira. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizes. In: Congresso Internacional Comunicação e Consumo, 5, 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Comunicon, 2016. Disponível em: http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT2/GT02-MILENA_CRUZ.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

Sugestões de sites para pesquisa

- **Texto: Interdisciplinaridade: História das Mulheres e estudos e gênero, de Rachel Sohiet e Suely Gomes Costa**

Este texto de Sohiet e Costa (2008) pode ajudar o(a) professor(a) a compreender os pontos de encontro entre a História das Mulheres e o conceito de gênero, como também a emergência em trazer à tona essa discussão em diferentes espaços.

Disponível em:

SOHIET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: História das Mulheres e estudos e gênero. *Gragoatá*, Niterói, n. 25, p. 29-49, 2. sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33140/19127>. Acesso em: 21 set. 2020.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 03

Apresentação da proposta

Professor(a), esta sequência didática tem como objetivo o fortalecimento da capacidade argumentativa e do debate. Sugere-se que o(a) docente organize um debate tendo como ponto de partida uma notícia que gere opiniões. Como exemplo, utiliza-se a notícia “**Marido descobre traição e esposa acaba morta**”, pois, nesse caso, a mulher trai o marido dentro da casa do casal, e ele acaba assassinando-a por isso. Para partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, é importante que o(a) professor(a) pesquise sobre a Lei de Legítima Defesa da Honra, existente desde a Primeira República. A partir dessa lei, reflita com os(as) alunos(as) sobre a legítima defesa e a violência contra a mulher.

É sabido que devido à estrutura machista em que estamos inseridos(algumas) estudantes podem afirmar que o assassinato se justificou, e é sobre essa tentativa de justificativa que o(a) professor(a) deve construir o debate, de modo a tentar desconstruir os preconceitos contidos argumentos que, como esse, colaboram para a permanência da violência

contra as mulheres. Além disso, faz-se necessário abordar também sobre igualdade e direitos. A sequência foi dividida nos seguintes passos:

1. Imprimir a notícia para todos(as) os(as) estudantes, para que possam ler atentamente o texto.
2. Dividir a turma em dois grupos (1. um contra a atitude do acusado e em favor de Leonízia) e (2. outro grupo que concorda com a ação do acusado, pois acredita que seu ato foi justificado).
3. Dividir a turma previamente, para que os(as) estudantes possam se preparar para o dia do debate. O(a) professor deve instruir os(as) discentes a preparam argumentos; logo, será necessário pesquisa de dados de violência contra a mulher. No caso dos que estão apoiando o acusado, sugere-se identificar argumentos médicos e jurídicos da época, que se encontram também no jornal. Solicite também que pesquise o que é legítima defesa da honra, que foi utilizada pelo promotor de justiça do caso.
4. No dia do debate, estabelecer as regras antes de iniciar: os participantes devem falar e ouvir sem interromper o outro. Cada um tem direito de expor suas ideias, as quais devem ser respeitadas. O tempo disponível para falar deve ser o mesmo para todos, e deve-se evitar que as discussões avancem para o nível pessoal. Você, professor(a), será o(a) moderador(a), podendo definir se o debate ficará restrito a um determinado número de estudantes ou se incluirá todos os presentes. Pode definir também o tempo de fala de cada participante, avisando-os quando o tempo estiver se esgotando, inclusive interrompê-los, quando necessário, e transferir a fala para outro.
5. Para finalizar o debate, o(a) moderador(a) deve realizar uma síntese dos argumentos apresentados pelos debatedores, em especial a motivação para o debate, a vivência em uma estrutura tão machista que tenta justificar a morte de uma mulher devido a uma traição enquanto as infidelidades masculinas ainda são justificadas em virtude do estereótipo de uma sexualidade mais aflorada no sexo masculino. É importante frisar que esse discurso permanece até hoje. O(a) professor(a) também pode exemplificar isso com uma outra notícia do jornal, como o texto “**Marido desconfia**

da honestidade da esposa, cria emboscada e a esfaqueia até a morte”, em que o marido matou a esposa achando que era traído, porém ele tinha uma amante, como se percebe quando ele afirma que contou o assassinato para sua amante.

Objetivos

- Incentivar a argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender pontos de vista que respeitem e promovam a igualdade, os Direitos Humanos e a justiça social.
- Exercitar o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, de modo a promover o respeito à opinião do outro e às divergências, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais.
- Analisar e comparar diferentes narrativas com vistas à compreensão e à crítica de processos e eventos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais.
- Identificar e discutir as circunstâncias históricas e culturais da construção de matrizes conceituais, como patriarcalismo, machismo, misoginia, comparando-as a narrativas que contemplam diferentes agentes e discursos.
- Entender o impacto dos discursos e das práticas cotidianas no fortalecimento da violência contra a mulher.

Formas de avaliação

Sugere-se que o(a) professor(a) peça para que os(as) estudantes criem uma peça teatral inspirada em alguma das notícias do jornal ou realizem uma exposição com dados brasileiros e do seu estado referido acerca da violência contra as mulheres. É importante que em cada uma das atividades os(as) alunos(as) reflitam como essa violência afeta diretamente os Direitos Humanos. Essa avaliação é interessante, uma vez que, no caso da realização da peça, os estudantes precisam pesquisar sobre o cotidiano das mulheres das Primeira República. A ideia é que a peça ou a exposição seja apresentada para todos os estudantes da escola.

Sugestões de sites para pesquisa

Texto: Os pressupostos de um debate: teoria, método e ensino de História, de Claudia Silva Lima (2016)

O texto de Lima (2016) traz uma proposta de investigação que relaciona teoria, método e o ensino de História, ou seja, utiliza-se do pressuposto de que teoria e didática são inseparáveis e ferramentas importantes para a formação dos sujeitos dentro e fora da sala de aula engajados com a vida prática. Trata também da ação do(a) profissional docente em sua prática cotidiana na sala de aula no sentido de questionar, problematizar e indicar caminhos para o(a) professor(a)-pesquisador(a) e que se complementam no ato de ensinar e pensar a historiografia como campo do conhecimento humano.

Disponível em:

LIMA, Claudia Silva. Os pressupostos de um debate: teoria, método e ensino de História. *InterEspaço*, Grajaú-MA, v. 2, n. 6, p. 324-343, mai./ago., 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/314487317 OS PRESSUPOSTOS DE UM DEBATE Teoria Metodo e Ensino de Historia](https://www.researchgate.net/publication/314487317_OS_PRESSUPOSTOS_DE_UM_DEBATE_Teoria_Metodo_e_Ensino_de_Historia). Acesso: 23 set. 2020.

- **Texto: Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a sala de aula invertida como metodologia ativa, de Lyslley Ferreira dos Santos e Thaís Cristina Rodrigues Tezani (2018)**

O texto de Santos e Tezani (2018) traz uma nova perspectiva sobre as possibilidades pedagógicas de uma sala de aula de História, além da necessidade atual de os professores repensarem novas metodologias visando o maior protagonismo dos nossos estudantes.

Disponível em:

SANTOS, Lyslley Ferreira dos. TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. *Renote*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101-111, dez. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/89302/51540>. Acesso em: 23 set. 2020.

- **Texto: Fontes Históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? De Flávia Caimi (2008)**

O texto de Caimi (2008) é uma válida leitura para o(a) professor(a), pois esclarece sobre a incorporação e a utilização de fontes históricas nas aulas de História e como isso constitui pauta dos debates acadêmicos e escolares atuais como possibilidade de superação do conteudismo/verbalismo. Auxilia também a ver possibilidade de construção do conhecimento histórico em sala de aula a partir de diferentes fontes.

Disponível em:

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes Históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7963>.
Acesso em: 21 set. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.” (DAVIS, 2016, p. 53)

Discutir gênero e história das mulheres pelo enfoque da disciplina de História foi uma alternativa encontrada para atender à emergência dos debates em torno dos problemas causados pelos estereótipos de gênero dentro da escola e para criar estratégias de combate à violência contra as mulheres. Toda a trajetória desta pesquisa, desde a primeira linha escrita, foi feita com base na reflexão do meu fazer cotidiano como professora de História, com o objetivo de pensar formas de melhorar a aprendizagem dos(as) alunos(as) com quem compartilho conhecimentos todos os dias. Os machismos e violências que presenciados na escola, nos jornais, na televisão, nos espaços de lazer e dentro dos nossos próprios lares, serviram de incentivo para este estudo, na medida em que me conduziram para a proposição de ações dentro da sala de aula de História. Por meio dessas ações, espera-se reduzir ou até mesmo acabar com todo esse processo cruel, que exclui, diminui e submete tudo que é relacionado ao feminino na sociedade brasileira.

Escrever esta dissertação com o auxílio dos questionários respondidos pelos(as) estudantes, fez-me enxergá-los(as) melhor e perceber, além das histórias de vida que eles(as) já compartilhavam comigo, uma realidade que demarca fortemente os papéis de gênero, e mostrou que essa desigualdade atrapalha não só o rendimento estudantil, como a própria realização dos sonhos de muitas de nossas meninas. Espero que esse material possa instigar boas discussões para conscientizar meninas e meninos sobre as questões de poder, no gênero, e ajudá-los(as) a perceber como as suas ações têm uma potência infinidável para modificar a sociedade em que vivemos.

Acredito que os métodos punitivos são fundamentais para a responsabilização e o controle dessas violências, porém a prevenção por meio do diálogo, da conscientização e da reflexão em diferentes espaços da sociedade, sobretudo na escola que é uma instituição formadora e veiculadora de valores, é a forma mais eficaz de se construir uma sociedade mais justa e igualitária. Acredito fielmente que é o chão da escola que tem a firmeza para construir valores sólidos, e tem a força para derrubar as muralhas da desigualdade, das relações de poder e dos preconceitos que tanto machucam e deixam cicatrizes. É nesse espaço que

devemos fortalecer a discussão sobre quais atitudes, práticas e discursos corroboram o fortalecimento desses preconceitos e dessas violências múltiplas.

Durante as idas ao Arquivo Público do Estado do Ceará, na busca de fontes, processos criminais de violência para a criação do jornal, deparei-me com aquelas páginas amareladas pelo tempo, cuja leitura me transportaram para o início do século XX. Ao ler essa documentação, reportei-me a uma Fortaleza diferente, que tentava ser moderna, que ensaiava uma industrialização e que buscava impor valores às classes populares, como também disciplinar seus corpos e utilizar sua força de trabalho.

Em todas essas diferenças que marcaram a cidade no referido período, encontrei uma dolorosa permanência: assassinatos, ferimentos, estupros e defloramentos de mulheres, por motivos de ciúme, de possessividade masculina sobre o corpo feminino e de tentativa de submissão das mulheres. Ao ler os processos criminais, relembrava o tempo todo dos números de violência contra as mulheres na atualidade, que levantei para esse trabalho, e as manchetes do jornal televisivo compostas por rostos femininos em todas as idades. Mortas, porque não podem dizer não. Mortas, porque usaram roupa curta. Mortas, porque são mulheres. Uma pergunta sempre vinha à tona: quando isso vai acabar? Ou o que precisamos fazer para isso acabar?

Na Primeira República existia a imposição social de que o espaço das mulheres, era o espaço doméstico. As mulheres que viviam nas ruas, desacompanhadas, as “mulheres públicas”, eram condenadas socialmente. Atualmente, mesmo com a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, ainda existem julgamentos sobre mulheres que vivenciam sua liberdade. Segundo o anuário Brasileiro de segurança pública, 648 mulheres, no Brasil, foram mortas apenas nos seis primeiros meses desse ano por motivo de gênero, e 90% das vítimas de feminicídio foram mortas pelo companheiro ou pelo ex. Nesse período de pandemia em que vivemos no ano de 2020, os números de feminicídios dispararam e registram o maior crescimento desde o ano de 2016, isso porque nós mulheres, tivemos que estar em isolamento social dentro de nossos lares. Isso nos mostra que o ambiente doméstico também não é um lugar seguro para muitas mulheres no Brasil. Isso deve ser questionado.

É por isso tudo que temos que discutir sobre gênero, contrariando essa onda conservadora que vem se apoderando do Brasil. Temos que questionar os cânones de gênero e se opor a qualquer desigualdade. Este trabalho foi escrito na tentativa de agir contra essas

violências utilizando nossa maior arma: o conhecimento. Entender como essas violências se constroem e como muitas vezes, por pequenas atitudes e palavras do senso comum, acabamos fortalecendo essas violências é fundamental, a fim de instrumentalizar nossas meninas e nossos meninos a combaterem e se protegerem dessas violências.

Espero que essa pesquisa possa colaborar para a formação integral dos(as) estudantes de todos(as) os(as) professores(as) que buscam transformar suas realidades a partir das discussões de gênero. Acredito que todos que buscamos isso, uma vez que temos algo em comum: não queremos apenas que as mulheres sobrevivam, queremos que todas elas vivam com liberdade e vida plena em uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

Fontes – Arquivo Público Nacional

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza-Maranguape, Sebastião José dos Santos, réu, Processo nº 1913/10, caixa 02, Série: Ações criminais, Subsérie: homicídios, 1913.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Alda Ozório Sampaio, vítima, Processo nº 1915/01, caixa 03, Série: Ações criminais, Subsérie: Homicídios, 1915.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Leonísia Cavalcante de Albuquerque, vítima, Processo nº 1917/02, caixa 04, Série: Ações criminais, Subsérie: Homicídios, 1917.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Josepha de Almeida, Processo nº 1917/02, caixa 01, Série: Ações criminais, Subsérie: defloramento/crime de sedução, 1917.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Maria Pereira Víctor, vítima, Processo nº 1919/23, caixa 07, Série: Ações criminais, Subsérie: ferimentos, 1919.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Joana Pereira da Silva, vítima, Processo nº 1919/3, caixa 01, Série: Ações criminais, Subsérie: defloramento/crime de sedução, 1919.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Fortaleza, Maria Bonfim Zogob, Processo, vítima, nº1928/1, caixa 07, Série: Ações criminais, Subsérie: homicídios, 1928.

Bibliografia

ABORTO clandestino e drama para mais de meio milhão de mulheres no Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/aborto-clandestino-e-drama-para-mais-de-meio-milhao-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ADALIUS. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 35, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=157>. Acesso em: 10 out. 2019.

ADESIVOS misóginos são a nova moda contra Dilma. **Revista Fórum**, Santos, 01 jul. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/adesivos-misoginos-sao-nova-moda-contra-dilma/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

ADEUS rugas. **Cinearte**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ALFONSO, Juliana Neves. **A mulher na publicidade**: um estudo do anúncio da Heineken. 2015. Monografia (TCC) – Curso de Comunicação Social, Jornalismo, Faculdade de

Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facom/files/2016/06/A-Mulher-na-Publicidade-um-estudo-do-anuncio-da-Heineken.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas:** desafio às ciências desde a perspectivadas mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos tempos, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Prefácio de Margareth Rago. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: EdUNESP, 1998.

AMORIM, Daniela. Mulheres trabalham quase o dobro de horas que homens nos cuidados da casa e parentes. **O Estadão**, São Paulo, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mulheres-trabalham-quase-o-dobro-de-horas-que-homens-nos-cuidados-da-casa-e-parentes,70002805268>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ARAÚJO, Maria Barboza de. **A Vocaçao do Prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARENDE, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSK, Carla B; PEDRO, Joana M. (org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2016.

ARTE culinária. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 69, n. 2, 1920. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=ARTE%20CULIN%C3%81RIA&pagfis=1144. Acesso em: 10 out. 2019.

A SAÚDE dos nossos filhos! **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 32, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=a%20sa%C3%A9dos%20nossos%20filhos&pagfis=5>. Acesso em: 14 set. 2019.

AZEVEDO, Paula Tatiane de. **É para falar de gênero sim! Uma Experiência de formação continuada para professoras/es de História.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2016.

BARROS, Diana Rodrigues do Rêgo. Crime, sexualidade e honra nas relações de gênero sob a ótica da imprensa, Recife (1900 – 1910). In: IV COLÓQUIO DE HISTÓRIA UNICAMP, VI, 2010, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2010.

Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiohistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.142.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOM JARDIM e Jangurussu lideram o ranking dos homicídios de adolescentes na Capital.

Diário do Nordeste, 22 mai. 2018. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/bom-jardim-e-jangurussu-lideram-o-ranking-dos-homicidios-de-adolescentes-na-capital-1.1942312>. Acesso em: 15 out. 2019.

BEAUVIOR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V. 2. A experiência vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília-DF, jan. 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília-DF, ago. 1996b. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal... Brasília-DF, dez. 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília-DF, ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília-DF, mar. 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Guia do livro didático – PNLD 2018 – História. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRESCIANI, Maria Stela. (org.). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 18. ANPUH/Marco Zero, 1989/1990.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil. **G1**, São Paulo, 08 mar., 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes Históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7963>. Acesso em: 21 set. 2020.

CAIMI, Flávia; MISTURA, Letícia. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910- 2010). **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul., 2015.

CAMARGO, Marcelo. Mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. **Rede Brasil Atual**, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/11/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-feminicidio-no-brasil>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3. set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CASA Baruel. São Paulo. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 32, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=42>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Unicamp, 2005.

CELMER, Elisa Girotti. Violência contra a mulher, baseada no gênero, ou na tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* (org.). **Atlas da violência** (2018). Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil:** uma radiografia

segundo os dados da Saúde (versão preliminar). IPEA: Brasília, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 4, n. 8 jan.-jun., 2015.

CRUZ, Milena Freire Oliveira. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizes. In: Congresso Internacional Comunicação e Consumo, 5, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Comunicon, 2016. Disponível em: http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT2/GT02-MILENA_CRUZ.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. A mulher e o espaço público, **Revista Brasileira de história**, Marco Zero, n. 18. 1989.

DAMARES Alves: veja frases polêmicas da futura ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/damares-alves-veja-frases-polemicas-da-futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos-1.2037042>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **Revista O Social em Questão**, Ano XIV, n. 25/26, 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/o-social-em-questao/articulo/o-trabalho-e-a-questao-de-genero-a-participacao-de-mulheres-na-dinamica-do-trabalho>. Acesso em: 28 out. 2020.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia a brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX**: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de

Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Otávia. As mulheres do campo. **Revista Princípios**, São Paulo, ed. 11. ago. 1985. Disponível em:
<http://revistaprincipios.com.br/artigos/11/cat/2085/as-mulheres-do-campo-.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

FERREIRA, Lola. Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. **Gênero Número**, [S. I], 27 mar. 2018. Disponível em:
<http://www.generonumero.media/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira. Movimentos Sociais e direitos Humanos: demandas de memória no ensino de história. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: Anpuh-Brasil, 2013. Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364871716_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013_ErikaFrazao.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **Crimes passionais em Fortaleza**: o cotidiano construído nos processos-crime nas primeiras décadas do século XX. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

F R MOREIRA e Cia. Senking. **Cinearte**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

GALVÃO NETA, Inocência da Silva. **Moças honradas, senhoras virtuosas e mulheres airadas**: registro de violência nas relações de gênero na imprensa e nos documentos judiciais no Recife nas décadas de 1920 e 1930. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAVIDINA approvada e licenciada pela junta de hygiene A's mulheres. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 32, n. 3, 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=senhoritas&pagfis=41>. Acesso em: 25 set. 2019.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Curitiba: A página, 2012.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, Brasília-DF, n. 38, 08 jun. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

IBGE. Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INÁCIO FILHO, G.; SILVA, Michelle Pereira da. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, p. 1-15, 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4775/art14_15.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

INEP. Cresce presença das mulheres em todos os níveis de ensino. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**, Brasília-DF, 07 mar., 2005. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/cresce-presenca-das-mulheres-em-todos-os-niveis-de-ensino/21206. Acesso em: 02 jul. 2019.

INEP. Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**, Brasília-DF, 07 mar. 2019. Disponível em:
http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206. Acesso em: 27 ago. 2019.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); ONU Mulheres; SECRETARIA Especial de Políticas para as Mulheres. **Retrato de desigualdades de gênero e raça**. Brasília-DF: Ipea, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/creditos.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

KISHIMOTO, T. M.; ONO, A. T. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Proposições**, Campinas, v. 19, p. 209-224, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a11.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

KROPENISCKI, Fernanda Battagli; PERURENA, Fátima Cristina Vieira. Relações de gênero em catálogos de brinquedos: (contra) indicações para o brincar. **Educação &sociedade**, Campinas, v. 38, n. 1 41, 965-981, dez. 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000400965. Acesso em: 28 out. 2020.

KRUG, E. G. *et al.* (org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 5. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

LAGÔA, Ana Maria Massia; GRIMBERG, Lúcia. **Oficinas de História**: projeto curricular de ciências sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

LEITURA reflexiva de imagens. **Educamídia**, São Paulo, [S. l., s. d]. Disponível em: <https://educamidia.org.br/plano-de-aula/leitura-de-imagens>. Acesso em: 22 set. 2020.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **Infância e recolhimento**: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2019. 318f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45482>. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMA, Claudia Silva. Os pressupostos de um debate: teoria, método e ensino de História. **InterEspaço**, Grajaú-MA, v. 2, n. 6, p. 324-343, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/314487317 OS PRESSUPOSTOS DE UM DEBATE Teoria Metodo e Ensino de Historia>. Acesso: 23 set. 2020.

LINHARES, Fernanda. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. de. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, [S. l.], n. 22, p. 275-297, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13622>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LISTA das dissertações dos alunos do ProfHistória. **ProfHistória**, Rio de Janeiro, [S. l., s. d]. Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese. Acesso em: 29 abr. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

LOPES, Gisele Garcia. **A representação de mulheres nos livros didáticos de História (Programa Nacional do Livro Didático: 2017-2019)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MAIS DE 100 meninas desaparecem em Fortaleza em menos de um ano. **O Povo**, Fortaleza,

17 jun., 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/06/14/mais-de-100-meninas-desaparecem-em-fortaleza-em-menos-de-um-ano.html>. Acesso em: 18 out. 2019.

MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/MA/article/view/4503>. Acesso em: 13 set. 2020.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, lenocínio e outros Delitos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MENESTROL. Unico para as enfermidades da MULHER. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 59, n. 2, 1919. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=ARTE%20CULIN%C3%81RIA&pagfis=750>. Acesso em: 24 set. 2019.

METHODO facil para engordar, aformosear-se e fortalecer-se. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 38, n. 1, 1917. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=benigno%20nieva&pagfis=280>. Acesso em: 14 out. 2019.
MISTURA, Letícia. CAIMI, Flávia Eloísa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul. 2015. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/57019/34356>. Acesso em: 28 out. 2020.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MORELLI, Liana Machado. **Entre o corpo e a honra: Crimes sexuais na cidade de São Paulo (1890-1920)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MORTANI, Thábata. A ausência/presença da história das mulheres nos livros didáticos-ensino fundamental II. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH, XVI, 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2015.

MOURA, Fernanda Pereira de. “**Escola sem partido**”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. 2016. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Rio de Janeiro, 2016.

MULHERES são principais vítimas de crimes. **Folha de Londrina**, Londrina, 06 mar. 2019. <https://www.folhadelondrina.com.br/mercado-digital/mulheres-sao-principais-vitimas-de-crimes-cometidos-na-internet-1028216.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação? **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.17, p. 5-34, jan./dez., 1991.

NAZARIO, Diva Nolf. (1897-1966). **Voto feminino e feminismo**. Rio de Janeiro: [S. n.], 1923.

NOGUEIRA, Luciana de Rezende. Mídias sociais: uma nova porta de entrada para a violência contra a mulher. In: SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFF, VII, 2019, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: Instituto de Humanidades e Saúde, 2019. Disponível em: <http://ihs.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/47/2019/08/MIDIAS-SOCIAIS-porta-de-entrada-para-violencia-contra-mulher-de-LucianaRezende.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Coleção Explorando o Ensino; v. 21.

OLIVEIRA, Regina Soares de; ALMEIDA, Vanúsia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo. **História**. Coleção A reflexão e a prática do ensino. São Paulo: Blucher, 2012.

OLIVEIRA, Silaine Bohry de. **A democracia e a mulher**: uma análise da abordagem da questão de gênero durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff. 2017. Dissertação (Mestrado em Democracia e Governação – Roads to Democracy) – Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017.

O MELHOR embellezamento de pelle faz-se com o Orvalho da Belleza. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 32, n. 3, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=senhoritas&pagfis=43>. Acesso em: 14 out. 2019.

O QUE BOLSONARO disse sobre salários e direitos trabalhistas de mulheres em entrevista concedida a Zero Hora em 2014. **Gauchazh**, Porto Alegre, 11 out. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/o-que-bolsonaro-disse-sobre-salarios-e-direitos-trabalhistas-de-mulheres-em-entrevista-concedida-a-zero-hora-em-2014-cjn585nmv04f901pi6ioxn6bv.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

O POVO. **Edição do Dia Internacional da Mulher**. Fortaleza: Grupo Comunicação O Povo, 08 mar. 2019.

PANORAMA da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. n. 2, 2016. Brasília: Senado Federal; Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/panorama-da-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil-indicadores-nacionais-e-estaduais-no-1-2016>. Acesso em: 10

jan. 2020.

PARA bem vestir, é necessário o uso do Collete Ideal. Fabricação esmerada sob medida da Loja Ideal. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 35, n. 1, 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=CA SA%20BARUEL&pagfis=150>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, São Paulo, n. 2, p. 35-44, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho". In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1a. ed. 2a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Alline Mikaela. **A representação da mulher no livro didático de História**. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016.

PIRES, Elaine Prochnow. **Ideias históricas de jovens do Ensino Médio sobre representação das mulheres no ensino de História do Brasil**: estudo de caso. 2016. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

PROPAGANDAS machistas. Peças publicitárias de teor machista causam revolta em mulheres. **Uol**, São Paulo, 10 jun. 2015. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/35673-propagandas-machistas>. Acesso em: 21 set. 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUANDO se esgotam as forças. Comprimidos Bayer Adalina. **Cinearte**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 180, 20 mar. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00160.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, abr. 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder:** Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohdens-9788575413999.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSK, Carla Bessanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2021.

RÜSEN, Jorn. **Aprendizagem histórica:** fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **Almanack**, n. 3, p. 163-209, mai. 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 28 fev. 2020.

RÜSEN, Jorn. Aprendizado Histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezendo. (org.). **Jorn Rusen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. Mulheres mantenedoras de família: um estudo realizado no bairro Japãozinho. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, Florianópolis, 2013. **Anais [...].** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013, p. 1-13. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais.old_20/1381168399_ARQ_UIVO_AnabelaMauriciodeSantana.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTANA, Anabela Maurício de. Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. **Revista Fórum identidades**, Maceió, Ano IV, v. 08, n. 08, jul.-dez., 2010.

SANTOS, Lysley Ferreira dos. TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Renote**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101-111, dez. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/89302/51540>. Acesso em: 23 set. 2020.

SANTOS, Fernanda Cássia dos. O ensino através da pesquisa em aulas de História do Ensino Médio. **História e Diversidade**, Cáceres-MT, v. 1, p. 59-77, 2011. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicoes/Artigo_Ensino_de_Historia.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

DESENVOLVIMENTO da escola. **Seduc**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/3257-diretor-de-turma>. Acesso em: 28 out. 2020.

SEIOS. Desenvolvidos. Fortificados. Aformoseados. **Revista Feminina**, São Paulo, ed. 69, n. 4, 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20192&pesq=SEIOS&pagfis=1148>. Acesso em: 14 out. 2019.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: Novas perspectivas**, Ed. Unesp: São Paulo, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 1990.

SILVA, Breno Bersot da. **Flashes de famílias**: relações de gênero no Brasil através de fotografias (Séculos XX e XXI). 2016. 227f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Vitória Rodrigues e. Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História. **História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 69-83, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a05v2312.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Tânia Gomas da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 11, p. 77-87, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SOIHET, Rachel. A Pedagogia da Conquista do Espaço Público pelas Mulheres e a Militância Feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, dez. 2000.

SOHIET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: História das Mulheres e estudos e gênero. **Gragoatá**, Niterói, n. 25, p. 29-49, 2. sem. 2008. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33140/19127>. Acesso em: 21 set. 2020.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, p. 679-690, 2016.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia (org.). **Impactos da violência na saúde dos brasileiros**. 1a. ed. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.

TAXA de homicídios de mulheres cresce 330 % em janeiro. **O Povo**, Fortaleza, 01 fev., 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/02/taxa-de-homicidios-de-mulheres-cresce-330-em-janeiro.html>. Acesso em: 19 ago. 2018.

TEZOTO, Edenise Leite; OLIVEIRA, Renata Domingues de. O princípio da cidadania na Constituição Federal de 1988. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, Itapeva-SP, [s. v., s. n.], 1a. ed., nov., 2012. Disponível em:
http://fait.revista.inf.br/images_arquivos/arquivos_destaque/2CaAw1nnUL9zQGT_2014-16-17-7-18.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIPOS de violência. **Instituto Maria da Penha**, Fortaleza, [s. d]. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A histérica e as belas, recatadas e do lar: Misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 225- 250, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

APÊNDICE – JORNAL DAS MULHERES TRABALHADORAS

JORNAL DA MULHERES TRABALHADORAS



NOTÍCIAS DO COTIDIANO

Mulher é agredida pelo companheiro dentro de casa e o caso vai parar na delegacia

No dia 28, por volta das 20 horas, na rua D. Pedro, Antônio Barbosa da Silva esbofeteou Maria Pereira Victor, na própria residência desta, produzindo-lhe lesões corporais. Maria Pereira, vinte e cinco anos de idade,

afirmou que há sete meses sua casa é frequentada por Antônio Barbosa Silva, sem, entretanto, viver maritalmente com ele. No dia vinte e sete do corrente mês, chegou à casa dela o senhor Francisco de tal, companheiro do acusado, perguntando por ele e questionando se Maria Pereira ainda o queria. Ela respondeu que aceitaria a qualquer homem que fosse visita-la, já que não era amigada com o acusado e este só vivia maltratando-lhe, sem lhe dar coisa nenhuma.

No dia seguinte, o acusado chegou na casa dela e perguntou porque ela o havia "escutelhambado" na presença de Bhieo, que é o mesmo Francisco de tal. Maria Pereira negou que tivesse dito isso, por temer ser espancada pelo acusado. Depois disso, Antônio Barbosa investiu contra ela, vidrando diversas bofetadas, que lhe produziram as contusões que apresentou às autoridades. Fugindo da fúria do acusado, Maria foi para a casa da vizinha Izaura de tal, indo o acusado até lá, con-

duzindo-a de volta a casa dela, onde novamente a espancou, tendo ainda cortado, com uma faca, os punhos de uma única rede que ela possuía. Em seguida o acusado se retirou, já tendo porém, ido duas vezes sua casa, pedindo-lhe que “ficasse bem com ele”. Disse mais, que desde que Antônio frequenta a sua casa lhe agride, já tendo riscado-lhe o corpo com faca, e que sempre que ele fazia essas coisas, dizia-lhe que se ela se queixasse a polícia e ele fosse preso, logo que se soltasse a mataria.

Antônio Barbosa da Silva deu às autoridades outra versão dos fatos. Afirmou que há sete meses vivia com a ofendida, isto fazendo por insistência desta em procura-lo. No dia vinte e oito corrente, fazia uns quatro dias que não frequentava a casa da ofendida, quando soube por lhe dizer Francisco de Tal, que a ofendida destratara dele. Dirigindo-se à casa dela, e lá chegando, Maria Pereira foi lhe fazer mais raiva, e por isso efetivamente lhe dera uns murros e que tendo Maria, a vítima, corrido e entrado na casa da vinha Izaura de tal, também mestriz, foi o acusado busca-la, não a tendo porém, espancado mais. Afirmou que recorda-se de uma vez haver riscado o braço da ofendida com um punhal, porém que isto o fez por brincadeira e que há muito procurava evitar relações com a ofendida, porém essa não só o procurava na oficina em que trabalha, como lhe mandava recados e bilhetes. Afirmou também que absolutamente nunca ameaçara a ofendida de matá-la caso ela se queixasse na polícia e que nunca a espancara, a não ser esta vez, tendo convicção de que só ela dera parte contra ele inflada pela própria irmã dela.

A testemunha Raymunda Maria da Conceição também residente nesta capital, afirmou que há anos conhece Maria Pereira,

que julga ser uma mulher calma e ordeira. Conversando com as autoridades, confirmou que Antônio raras vezes dava dinheiro a Maria Pereira, mas não queria, apesar disto, que ela ganhasse o devido sustento de outra forma.

O caso segue sendo apurado pela polícia, que continua colhendo depoimentos de mais testemunhas. Tudo indica que Maria Pereira Victor realmente fala a verdade sobre ter sido ofendida por Antônio Barbosa da Silva, já que as falas das testemunhas condizem com a história contada por ela, e o acusado admitiu a agressão.

Marido descobre traição e esposa acaba morta

Homicídio de mulher chocha moradores da rua Guajirú, na capital. Francisco Alves de Albuquerque chegou em sua casa e encontrou sua esposa Leonísia Cavalcante de Albuquerque em flagrante adultério com Joaquim Tavares Baptista, nos próprios aposentos do casal. Esse flagrante acarretou uma briga entre o marido e o amante, da qual resultou ferirem-se reciprocamente. Esse embate originou a morte da adultera Leonísia Cavalcante de Albuquerque, cuja autoria inicialmente gerou dúvidas, que foram solucionadas pela justiça.

Ao ouvir os depoimentos das testemunhas, Maria Silva de Oliveira, natural de Soure, doméstica que vive nessa capital, ela disse que, estando de visita na casa de seu sogro João Campos Robério, pelas oito horas, veio a saber por terceiros que o sargento Francisco Alves de Albuquerque havia assassinado sua própria mulher

na sua casa dele, por tê-la encontrado em flagrante infidelidade, com um indivíduo conhecido por Quincas, a quem ela, testemunha, conhece de vista. Afirmou que conhece Francisco Albuquerque, pois esteve hospedada em sua casa, alguns dias à convite do mesmo, a quem acompanhou de Soure quando dali veio para acolher-se ao regimento, e que, esteve cerca de oito dias, mais ou menos, retirando-se sexta feira última. A testemunha retirou-se em consequência de atos que notava praticados por dona Leonísia, mulher do sargento, que por mais de uma vez observou que o tal Quincas, que mora na vizinhança, ao passar pela porta da casa do sargento Albuquerque era chamado pela mulher deste e conversavam, e que morando, em visita, com o sargento referido, também presenciou que uma noite esse homem entrou na casa do sargento Albuquerque e pernoitou nela até alta noite. Diante disso, a testemunha não queria denunciá-los ao sargento e nem podia continuar a presenciá-los, resolvendo assim, deixar a sua casa. Afirmou que, ao saber da morte de Leonísia não estranhou, porque esperava-o, em vista do que ela fazia. Em dias que esteve em casa do sargento, este sempre tratava muito bem a sua mulher e era homem de bons costumes.

Ao ouvirmos José Amélia Brígido, empregado público e residente à rua Guajirú, este afirmou que soube por terceiros que o sargento Albuquerque havia assassinado a mulher. Imediadamente foi até a casa do mesmo sargento, onde viu que junto a porta da entrada achava-se estendida a mulher do sargento, e um criadinho da casa afirmou que Albuquerque tinha feito aquilo por-

que havia encontrado sua mulher Leonízia com outro. A testemunha afirmou que não conhecia o sargento nem a sua mulher, e por isso nada podia adiantar quanto aos antecedentes do primeiro e a vida da segunda como casada, e que depois do fato é que veio saber que a mulher do sargento correspondia-se por meio de cartas com o referido Joaquim, correspondência de caráter amoroso.

Outra testemunha ouvida foi Francisco Sobral, doméstico, residente na casa do sargento Francisco Albuquerque. Ele afirmou que despertou assustado pelo estampido de tiros e rumores fortes e vozes de "cabra, cabra". Vendo que se tratava de uma briga, correu para fora e escondeu-se próximo ao muro, onde esteve bastante tempo. Quando acabou o barulho o depoente voltou à casa, encontrando uma filhinha do sargento, Esmeralda, chorando e batendo na porta da vizinha. A testemunha tomou conta dela e se dirigiu para casa do mesmo sargento, onde chegando encon-

trou dona Leonízia caída no chão, morta. Ele afirma que fechou a porta e foi acalentar a criança, deitando-se com ela numa rede que armou na sala, dormindo até o amanhecer do dia. Disse ainda que pela manhã abriu a porta e comunicou o fato a um dos vizinhos e logo mais a todos os moradores da vizinhança. Disse que sabe que a mulher do sargento namorava com um homem conhecido por Quincas e que na sexta feira ele levou um bilhete de dona Leonízia para o amante. A testemunha lembrou do fato que Dona Leonízia mandou que boresse no correio uma carta que ele não chegou a enviar porque o sargento tomou-lhe antes que efetuasse o depósito no correio.

Ao entrevistarmos o promotor de justiça responsável pelo caso, este afirmou que Leonízia Cavalcante Albuquerque era talvez dessas mulheres vítimas da hysteria, sensual ao extremo. Casada com o citado sargento, de quem tivera uma filha que conta hoje com quatro anos de idade,

mostrava-se, insaciável em seus desejos carnais e, com esse temperamento apaixonado, aproveitava-se de toda e qualquer ocasião que se lhe deparava oportunamente para declarar amor e paixão ao homem que, à primeira vista lhe parecesse dedicar-lhe qualquer parcela de simpatia. Passando a residir com seu marido numa casa da rua Guagirú, em poucos dias se afeiçoou apaixonadamente de Joaquim Tavares Batista, seu vizinho e essa paixão cresceu ao ponto de, esquecendo seus deveres de mulher casada e honesta que devia ser, e renunciando, por assim dizer, também aos seus deveres de zeladora de sua honra, de seu marido, e consequentemente, do lar.

Surgiram dúvidas a respeito do autor do ferimento que matou Leonízia. Cada um dos indiciados, lançou responsabilidade de autoria sobre o outro. Francisco Alves de Albuquerque, é um homem de boa família e reconhecidos costumes, sargento muito exemplar, atributo que sempre manteve como pai e como espo-

ARTE CULINÁRIA

ADALIUS - 3. edição

Já está exposto à venda, na redação da **REVISTA FEMININA**, rua do Rosário, 12. 2.º andar, o preciosíssimo livro "Adalius", especialmente confeccionado para uso das donas de casa. A primeira e segunda edição, que continham poucas páginas, exgotaram-se rapidamente, a despeito da sua avultada tiragem. Esta terceira edição compõe-se de mais de cem páginas e está enriquecida notavelmente de receitas e conselhos culinários.



Livros sobre cozinhas não faltam em português; mas todos ellos se resentem de um grave defeito: as suas receitas ou são obscuras ou não são realisaveis, pelas dificuldades que apresenta a sua execução. Além disso, algumas re-

Esviem pelo seu endereço e a quantia de dois mil réis em sellos do correio, à redação da **REVISTA FEMININA** — São Paulo, e imediatamente receberéis pelo correio o precioso livro sobre cozinha "Adalius".

ceitas que esses livros apresentam, se são realisaveis, nem sempre obtém exito, porque não foram experimentadas. Ora, as receitas do "Adalius" são todas experimentadas, e, o que mais é, estão ao alcance de quem quer que queira experimental-as, tal a clareza com que são escriptas.

"Adalius" contém mais de quatrocentas receitas. O seu texto é constituído das melhores receitas para lanche, cozinha, doces, de conselhos sobre hygiene, sobre o cuidado e ornamentação da mesa de jantar, de tudo, enfim, que pôde interessar uma dona de casa. É uma obra de que não deve prescindir nenhuma dona de casa, que o deve ler constantemente, consultar e conservar como o seu livro predilecto.

Não ha dona de casa que se não queixe da dificuldade ou obscuridade com que são compostos os livros de arte culinária.

O "Adalius", ao contrario, não traz nenhuma receita que não fosse experimentada e cuja confecção se torne difficult. Todo elle, seja qual for o assunto de que trate, é absolutamente apropriadíssimo e útil. O seu texto é claro, simples e comprehensível.

O seu preço é 2500 reis. Esse preço está, como se vê, ao alcance das bolsas mais modestas, sendo certo que a **REVISTA FEMININA**, que o editou, não aufera nenhum lucro com a venda. O "Adalius", vendido por esse preço, constitue, antes, um beneficio que faz ás suas leitoras e um meio de propaganda.

so. Sempre viveu em recato sua comunhão de família e sociedade. A justiça segue averiguando quem foi de fato o autor do assassinato, se o sargento Albuquerque, ou o amante, ressaltando que em favor do sargento está o direito de legítima defesa da honra matrimonial, pois, encontrando a sua esposa e o co-réu em flagrante

adultério, assistia-lhe a faculdade de agir contra eles, como fez, em nome da justiça social. Ao saber que ela sucumbira na luta, além da situação que tinha pelo seu direito de legítima defesa, o sargento tratou de apresentar-se às autoridades afim de receber, como esperava da justiça, a absolvição do seu crime, que desapareceu

como a legítima defesa do seu lar violado, da sua honra ofendida.

**TEU
É
O MUNDO**

INTELLIGENTE LEITOR OU
ENCANTADORA LEITORA:

Queres conhecer os meios que te guiarão a conseguir Fortuna, Amor, Felicidade. Exito em Negocios, Jogo, Loterias? Pede GRATIS meu livrinho "O MENSAGEIRO DA DITA". Remette 300 reis em selos para resposta.

Direcção: — Profa. Nila Mara
— Cale Matheu, 1924 —
Buenos Aires (Argentina)

Marido desconfia da honestidade da esposa, cria emboscada e a esfaqueia até a morte.

Mais uma mulher que tem sua vida ceifada pelas mãos do marido. Sebastião José dos Santos, viúvo, de trinta anos de idade, lavrador, natural e residente na Lagoa Tabatinga, no mês de março chamou Fortaleza, sua mulher, para conversar, e nessa ocasião ela declarou que pretendia seguir para o Norte, em companhia de um senhor idoso e de respeito. O denunciado, segundo confessou, se irritou, dizendo à sua mulher, "Você não se casara com um menino, e sim com um homem", e apesar de nunca haver suspeitado da fidelidade de sua esposa, contra a mesma se insurgiu na madrugada de vinte sete daquele mesmo mês. Convidou-a para ir tomar um banho na margem do rio Sapupara, para onde ambos se dirigiram, e

na ocasião do banho ele descarregara sobre o peito da vítima indefesa a faca que levou para essa finalidade, caindo nesse mesmo momento a vítima, pronunciando ainda as seguintes palavras: "meu marido, não me mate".

O coração cimentado de maus instintos desse homem a nada se comoveu, e assim, livre de comoção que o fizesse recuar ante tão horripilante atentado, o infeliz denunciado, seguiu para sua casa, depois de haver deitado ao rio o instrumento homicida, e enterrado o cadáver de quem fora por tão dilatados anos a companheira fiel de seus dias fagueiros e atribulados. Sebastião narrou para a polícia todo o acontecido, afirmando ainda que "apenas confessou o crime antes de ser preso a Josephina Chrispin, com quem tinha rela-

ções ilícitas, tendo Josephina repreendido-o e censurado bastante". O acusado aguarda julgamento.

Menor é deflorada em casa, em um único momento de ausência da mãe.

Mãe em desespero relata crime contra a honra de sua filha. Vicência Maria Ramos com cinquenta e oito anos de idade, viúva, natural deste estado e residente nesta capital, vivendo de serviços domésticos, foi à delegacia prestar queixa contra Luiz Barbosa da Costa, motorneiro da light, afirmando que às 9 horas da noite, aproveitando o momento que ficara a sós com a menor sua filha Joana Pereira da Silva, sua noiva, conseguiu deflora-la seduzindo-a com promessas de casamento. O delito foi praticado no interior da casa da vítima, e na ocasião em que sua mãe saíra para buscar água em uma cacimba próxima.

Vicência afirmou que há três anos o indivíduo Luiz Barbosa começou a frequentar sua casa, e essa frequência era motivada pelo namoro dele com sua filha Joana Pereira, que mais tarde Luiz lhe pediu Joana em casamento, e ela deu o consentimen-

MENSTROL

Único para as enfermidades da MULHER

O DESENVOLVIMENTO DA MULHER, ATRAZO E IRREGULARIDADE DA MENSTRUAÇÃO, HYSTERISMO, ENFERMIDADES NERVOSES, TODAS AS INFECÇÕES UTERINAS E DEFITOS DA CIRCULAÇÃO DO SANGUE

A venda em todas as Droguarias e Farmácias no Brasil nas Repúblicas Argentina e do Uruguai

to. Da data que Luiz pediu Joana em casamento para cá, teve ele mais liberdade na casa, e Luiz lhe pediu Joana mês passado, prometendo casar-se logo que se empregasse. Porém, desde domingo passado Luiz deixou de ir à sua casa. Poucos dias depois que Luiz deixara de frequentar a casa, Joana lhe contou que Luiz havia deflorado-a e tendo sabido que Luiz se nega a reparar o mal, cmando-se com sua filha, resolveu ir queixar-se à polícia, afirmado ainda que é pobre e assim entrega o caso de sua filha à justiça.

Ao ser interrogada pelas autoridades, Joana Pereira da Silva, com dezoito anos de idade, afirmou que há 3 anos conhece o indivíduo Luiz Barbosa, que frequentava de dia e de noite a sua casa, prometendo casar consigo. Luiz sempre a convidava para terem relações sexuais, prometendo reparar o mal cmando-se com ela, porém ela sempre se opôs às propostas de Luiz, chegando até a acabar o namoro. Depois que ele começou de novo a frequentar a casa da depoente, sempre prometendo casar-se, conseguiu deflorá-la sobre um banco no dia em que sua mãe, havia saído para uma cacimba distante uns cem passos da casa. Disse que sua mãe demorou francamente uma hora na cacimba puxando água e no decorrer desse tempo Luiz a deflorou sentado ele no banco e a depoente entre as pernas do mesmo. Afirmou também que só se sujeitou aos desejos de Luiz Barbosa porque este lhe prometeu casar-se.

Luis Barbosa da Costa, em sua defesa, afirmou que conhece a Joana de pouco tempo e algumas vezes ia à casa dela, no caminho para o serviço. Disse que Joana é filha de uma viúva, com quem mora. Disse que não sabe como inventaram essa história de ter deflorado Joana, pois nem relações sexuais com ela nunca teve

e sempre a via na casa de sua mãe e que era impossível fazer tal coisa, não só pela presença da velha, como porque moram na mesma casa duas irmãs de Joana. Luiz disse que se tiver a infeliz sorte de não ver surgir a verdade, sujeita-se pela lei à cadeia, mas não casa com uma pessoa a quem conhece apenas de vista. Afirmou que nunca escreveu a Joana e isto porque não a simpatizava e dela fugia.

A vizinha Maria Luiza de Assumpção, que é natural deste estado e vive de serviços domésticos, disse que conhece há mais de um ano a ofendida Joana Pereira, que esta é uma moça muito séria e muito calma, vivendo apenas de seu serviço de costura, e que há uns oito meses reside no mesmo quarteirão que ela, e via sempre o acusado Luiz Barbosa na casa de Joana. Joana disse que ia casar-se com Luiz e este frequentava assiduamente a casa, onde se demorava. Via que Joana algumas vezes saía a rua, mas era acompanhada de uma outra moça ou pessoa de responsabilidade, e ela nunca ouviu dizer se Joana teve outro namorado que não fosse Luiz, e que todos que moram na rua sabem do casamento de Joana e Luiz. Afirmou que Joana é, de fato, uma moça muito séria.

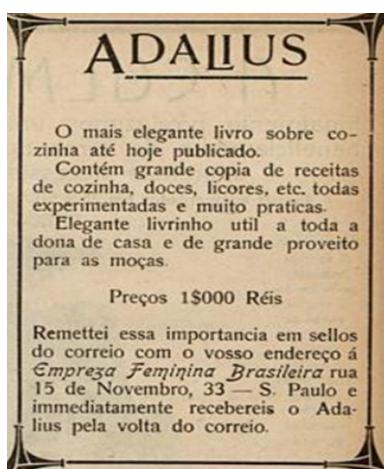
Zulmira Mendes de Oliveira, natural deste estado, vive de serviços domésticos, disse que conhece há mais de um ano a ofendida Joana Pereira, e afirmou que Joana nunca amou outro homem que não Luiz, que ela é pobre e vive de seu trabalho de rendas, tendo comportamento digno de ser imitado, pois de sua casinha só saía se fosse acompanhada, e isso raras vezes, e só vivia para auxiliar sua pobre mãe e para querer bem ao seu noivo.

Pedro Correia de Alencar, natural deste estado e empregado público, disse que a quase dois anos conhece a ofendida Joa-

na Pereira e que sabe por ouvir do próprio acusado que este era noivo de Joana, pois este, mais de uma vez lhe disse que casaria com ela. Afirmou que ele, tanto de dia quanto de noite, freqüentava a casa da ofendida, e que Joana nem em passeio e nem em brincadeira saía de casa, o que só fazia quando a necessidade de uma coisa que lhe obrigava a deixar seu trabalho e sair. Afirmou que Joana é uma menina honesta e de comportamento familiar.

Thiago Felisberto Chris-pim, , natural deste estado, pendreiro, disse que há muitos anos conhece a ofendida Joana Pereira, nunca a tendo visto com namoros, a não ser ultimamente com o acusado Luiz Barbosa, a quem também conhece há muitos anos, que estes eram muito amigos, ignorando porém se eram noivos. Mas sempre o via na casa de Joana que não é moça namoradeira, vivendo do seu trabalho em companhia de sua mãe. Afirmou que Joana e sua mãe são pessoas reconhcidamente pobres, tanto que seu único meio de vida é fazer rendas, que calcula a idade de Joana entre dezessete a dezoito anos.

A justiça solicitou exame de corpo de delito e detectou defloramento antigo. Nesse contexto, segue ouvindo mais testemunhas, enquanto o autor do suposto crime aguarda em liberdade.



Moça é deflorada após sair da igreja e o autor do crime é proprietário da Fábrica Fortaleza.

João Fernandes de Almeida, casado e natural desta capital, onde reside à rua vinte e quatro de maio, veio à polícia reclamar o defloramento de sua filha de criação, a preta Josepha de Almeida. João Fernandes afirmou que ela foi desvirginada, segundo disse, pelo senhor Manoel de Lima, que não respeitando a autoridade dele, conseguiu iludir sua filha, chegando a deflorá-la. Josepha, a ofendida, veio para a companhia de João com idade de um ano, dada por Arthur Catingueira. Ela era criada com toda estima e trabalhava em varandas, crochet e auxiliava na cozinha, tratada como filha na casa do depoente.

Ao ouvirmos a vítima, Josepha Almeida afirmou que morava desde criança na casa do senhor João Fernandes de Almeida, vizinho o senhor Manoel de Lima, e este, por várias vezes procurava seduzi-la, prometendo casamento. Disse que dia 30 do mês de setembro do corrente ano, à noitinha da igreja de Coração de Jesus, acompanhou-a Manoel Lima, e ao passarem pela antiga Fábrica Fortaleza, no Boulevard Duque de Caxias, ele puxou-a pelo braço, forçando-a a entrar numa casa velha, fechando a porta em seguida. Lima forçou-a a deitar-se, rasgou-lhe as calças e deflorou-a, provocando grande hemorragia. Após chorar durante três dias, contou o caso à sua irmã de criação Maria Almeida, que por sua vez, disse a dona Francisca de Almeida, sua mãe de cria-

ção. A deflorada disse que se não tivesse sido forçada não teria ido à polícia. Segundo Josepha, Manoel Lima logo que teve relações sexuais mandou-a embora e disse-lhe que não contasse a ninguém, caso contrário ela se arrependeria.

Manoel Lima, questionado sobre o delito, respondeu que encontrava-se sempre com Josepha de Almeida às oito horas da noite e em outras horas, sozinha e que muitas vezes a via conversando pelas esquinas com homens, parecendo tratar-se de uma mulher de vida livre. Afirmando ainda que no fim de setembro, estando na sua fábrica, já pelas seis e meia da noite, Josepha

veio oferecendo-se por meios provocadores. Ele disse que aproveitando o ensejo que ela oferecia, teve relações sexuais, observando porém, que esta já não era mais virgem, confirmando sua convicção anterior, tendo em vista a completa ausência de pudor da queixosa. Manoel afirma que conseguirá provar que Josepha é de maioridade e que conforme o conceito geral, é mulher da vida livre. Disse que não lhe fez promessa ou insinuação de natureza alguma, antes ou depois daquele dia em que esteve com ela.

Ao questionar algumas testemunhas obtivemos informações de Emigdio Baptista Brazil, natural deste estado, artista, disse que morava vizinho onde morava a queixosa Josepha de Almeida, jamais tendo ouvido dizer algo

SEIOS
Desenvolvidos - Fortificados -
Afirmoseados
Com
A Pasta Russa
Do Dr. G. Ricabal
O único REMÉDIO que em menos de
dous meses assegura o desenvolvi-
mento a firmeza dos SEIOS, sem causar
domno algum á saúde da Mulher
"Vide os attestados e prospectos que acompanham cada Caixa"
A' venda em todas as PHARMACIAS,
DROGARIAS E CASAS de PERFUMA-
RIAS DO BRAZIL.
Depósito em S. Paulo, DROGARIA BARUEL
Aviso - Remete-se registrado pelo Correio, pa-
ra qualquer parte do Brasil, mediante a
quanta de 10\$000, enviada em carta com VALOR DE-
CLARADO, ao Agente Geral — J. DE CARVALHO
Rua General Camara, 228, sobrado — Avenida Passos
— CAIXA POSTAL N.º 1724 — Rio de Janeiro.

que desabonasse a reputação e honestidade da mesma, nunca a viu pelas avenidas em companhia de homens e nunca presenciou o acusado Manoel Lima procurar seduzir a queixosa Josepha, nem tampouco ouviu dizer que isso acontecesse. Emigdio disse que tempos atrás correu o boato de que o acusado Manoel de Lima havia deflorado Josepha. Antes de saber desse boato, quando conheceu a garota em casa do senhor João Fernandes de Almeida, sempre a teve como virgem, conceito este que não foi desmentido até a data em que soube do boato acima referido.

Rozendo Ribeiro, auxiliar do comércio, residente na capital, disse que conhece de longa data a Josepha de Almeida como doméstica, servindo na casa do

senhor João Fernandes de Almeida, sempre a conhecendo como uma moça séria, honesta e de conduta irrepreensível, e que toda vez que a encontrava nas ruas da cidade era acompanhada das dignas filhas do senhor João Fernandes de Almeida. Antes de ter conhecimento do defloramento, a testemunha tinha a queixosa na conta de virgem e nada sabe quanto ao lugar de nascimento e idade de Josepha. Confirmou que João Fernandes de Almeida mantinha a ofendida debaixo do seu teto, como filha de criação, tratando-a com todo carinho e zelo e que nunca ouviu fazer-se ao menos suspeita contra a honestidade da ofendida, antes do fato que originou a queixa, que não sabe se ela fora na fábrica de Manuel de Lima acompanhada por alguém ou se fora só.

Maria José da Silva, dona-méstica, disse que cerca de dezesseis anos conhece a queixosa Josepha de Almeida, filha de criação do senhor João Fernandes, e sempre a conheceu como moça de bom procedimento, séria e honesta, jamais tendo ouvido dizer qualquer coisa que desabonasse sua reputação. Mas há pouco tempo soube que ela tinha sido deflorada pelo acusado Manuel de Lima. Afirmou que Josepha ocupava-se em casa de seu pai de criação a fazer rendas e crochets, varandas e outros trabalhos de prendas, não servindo em trabalho de cozinhas, nem fazendo compras em mercados ou em bodegas e que quando a ofendida saía à rua, o fazia sempre em companhia das filhas do senhor Almeida. Afirmou também que nunca ouviu falar que

a ofendida houvesse tido namoros com quem quer que seja.

João Raimundo da Cruz, disse que há tempos reside frente a casa do senhor João Fernandes, onde também residia Josepha, tendo sempre apreciado a educação desta, pois nunca era encontrada sozinha na rua, nem tampouco fazendo compras em bodegas. Disse que ao tempo que conhecia Josepha sempre ouvia fazer boas referências de seu procedimento e fazia o melhor juízo dela, tendo-a como virgem, conceito esse também compartilhado por toda a vizinhança, pois nunca ouviu falar que a ofendida houvesse tido anteriormente namoros com pessoa alguma.

Bernardo Costa, natural de Portugal, ex-negociante, residente na capital, disse que há anos conhece Josepha de Almeida por ser vizinho do senhor João Fernandes de Almeida, nada sabendo que desabonasse a conduta da mesma, pois sempre a via nas ruas em companhia da família. Bernardo afirmou que tinha Josepha de Almeida como moça de bons costumes, criada em casa de família, nunca tendo ouvido dizer nada contra a sua honra e que conhece o acusado Manoel de Lima de quem forma o melhor conceito, nunca o tendo visto em companhia da queixosa ou com a mesma tivesse namoro ou amizade. Após o exame de corpo de delito que identificou que o defloramento era antigo, e não tinha acontecido apenas oito dias atrás, conforme afirmou a vítima, seguem as investigações.

GRAVIDINA
APPROVADA E LICENCIADA
PELA JUNTA DE HYGIENE
A'S MULHERES

A Senhora está gravida? - Use a gravidina.
A gravidina evita as complicações da gravidez.
A Senhora sofre de útero? - Use a gravidina.
A gravidina - cura muitas molestias de útero.
A gravidina - evita os vomitos da gravidez.
A gravidina - evita as inchaças.
A gravidina - evita as hemorrágias.
A gravidina - alivia a dor do parto.
A gravidina - facilita o parto.
A gravidina - tonifica a mulher e a criança.
A gravidina - cura as flores brancas.
A gravidina - regulariza a menstruação.
A gravidina - evita os tumores do útero.
A gravidina - é a salvação das mulheres.
A gravidina - mesmo à mulher grávida e sã é útil.
A gravidina - não contém substâncias prejudiciais à mulher e à criança.
A gravidina - não é Panacea.
A gravidina - deve a sua ação benéfica e curativa na gravidez, no parto e nas molestias do útero, à feliz combinação de substâncias vegetominerais que entram na sua composição.
A gravidina - é formula e preparado do distinto médico parteiro, Dr. Alfredo Zuquim, com 25 anos de clínica de partos.
A gravidina - é o melhor remédio para senhoras. Previne e evita os acidentes e complicações da gravidez. Prepara o parto fácil e rápido, sem dor e sem os sofrimentos dos partos laboriosos. É um excelente auxiliar da lactação que excita e estimula a função da glândula mamária.

Preço: vidro 3\$000
A venda em todas as farmácias

Pai afirma que filha foi deflorada, e o exame de corpo de delito mostra a verdade.

Pai ausente reivindica na pessoas de sua família, a não ser justiça o defloramento de filha. Alfredo Martins, funcionário público e residente nesta capital, prestou queixa na delegacia contra Fábio Braga, comerciante do bairro do Alagadiço, pois a sua filha Maria de Lourdes Martins, menor de dezesseis anos de idade, foi atraída pelo indiciado para seu estabelecimento por meio de sedução, onde foi deflorada pelo mesmo.

Segundo a testemunha Luis Augusto de Salles comerciante residente nesta capital, certo dia estava em seu estabelecimento comercial, quando viu Joana passar em direção do Barro Vermelho, e foi informado por alguns rapazes que estavam na calçada que a ofendida saíra da casa comercial do acusado. Afirmou que nunca tinha visto Joana ali e que conhece a ofendida a pouco tempo, porém a viu passear a noite com um rapaz, sendo informado por um outro negociante no Barro Vermelho a quem a ofendida dissera que já era deflorada há dois anos. Ela disse que o autor do defloramento era um primo chamado Nenem. Antes disso a testemunha viu a ofendida saltar a noite de um bonde na companhia única de um rapaz e depois de passearem pela calçada taram um bonde juntos novamente.

Joaquim José de Farias, residente nesta capital, disse que soube por terceiros que o acusado antes do defloramento ofertara um anel de brilhante, o qual foi pelo mesmo tomado depois de praticado o ato delituoso e que conhece Joana desde pequena e sabe que ela vivia recatadamente, só saindo à rua acompanhada de

quando se dirigia a casa de parentes ou vizinhos. Ele não sabe se a ofendida foi no estabelecimento comercial do acusado só ou acompanhada, e nesse tempo o pai da ofendida estava ausente no Pará, para onde esteve um ou dois meses antes e que a ofendida não possui mais mãe e sim madrasta.

Francisco Rodrigues de Carvalho, disse que sabe por ouvir dizer ter o acusado deflorado a menor Maria de Lourdes Martins em outubro do corrente ano. Afirmou que não sabe se o acusado era noivo nem se tinha algum namoro com a ofendida e que sabe que a conduta da referida menor era exemplar. Soube que no mês de outubro a filha Maria de Lourdes estava prostituída, e que o autor do seu defloramento era Fábio Braga. Afirmou também que ignora se Fábio Braga fez promessas à Maria de Lourdes ou se enganou-a.

Outra testemunha, Luis

Andrade Holanda, empregado público, afirmou que conhece a ofendida e sabe que esta vivia honestamente, que nunca teve ocasião de vê-la sozinha na rua, falou que não conhece o acusado, e não sabe se ele realmente foi o autor do fato mencionado na queixa.

Joaquim Baptista da Silva Bayma, empregado do comércio, disse que nada sabe sobre o fato referido na queixa e que a quinze dias foi a negócio até a casa do acusado e ouviu este declarar que daria quinhentos mil reis a quem se casasse com Joana. Afirmou que não sabe o motivo do acusado ter feito semelhante declaração e que conhece de vista a ofendida nada podendo acrescentar sobre a sua honestidade. Afirmou que viu várias vezes a ofendida passar sozinha pela calçada da padaria Emílio.

O promotor de justiça escreveu para o delegado um texto que, segundo ele, mostra que a história verdadeira que o procedimento penal visava encobrir, o texto trazia que o pai da moça morava em pacata vila do interior em companhia da sua primeira e digna esposa e duas inocentes criancinhas – Maria do Carmo

O melhor
Embellezamento
da pelle faz-se com
o Orvalho
da Belleza

Fabricantes:
UMBELINO LOPES & Cia.
R. Alvares Penteado, 5-A
SÃO PAULO

e Maria de Lourdes. A mãe das crianças morreu a cerca de doze anos, um no após sua morte, o pai transferiu-se para esta capital. Uma das meninas morreu, a outra, Maria de Lourdes, cresceu em companhia de sua madrasta, sem ter ao menos uma irmã experiente que a velasse num meio onde as tentações do mal pululassem a cada canto.

O pai lutando pela vida, não podia seguir os passos de Maria de Lourdes, sua madrasta não lhe tinha afeto, não procurava ensina-la nenhum recato, não lhe dispensava carinho. Ainda adolescente Maria de Lourdes achegou-se a companhias duvidosas. Com uma educação doméstica falha, sem o senso e tino naturais raros em seu sexo, Maria de Lourdes familiarizou-se cedo com assuntos que, devido sua tenra idade, originou em seu espírito perniciosos fatores. Ao chegar a puberdade, namorou um primo, ele lhe frequentou a casa, mas não havia vigilância por parte da madrasta. A consequência era inevitável. O sigilo se manteve, (pelo menos relativamente). Na ausência do chefe de família a hostilidade entre a madrasta e enteada assumiu maior gravidade e numa desinteligência mais acalorada, Maria de Lourdes que já freqüentava casas de mulheres mundanas, conta sua desonra pelo primo e quer atirar-se fora do lar.

A madrasta longe de opor obstáculo, não trepida em mandar

a enteada que abandone mesmo o lar, ameaçando-a com o castigo que lhe infligiria seu pai que quando voltasse, saberia de sua conduta. Maria de Lourdes saiu de casa e foi morar com certa mundana, depois frequentou "repúblicas" de rapazes onde até deixava sua roupa e em seguida foi morar com outra mundana Suzana Torres vulgo Generosa, no mesmo período em que o pai apresentou a queixa do seu defloramento.

Quando o pai regressou a este estado, a sociedade lhe exprobra a falta da filha, que veio manchar uma numerosa família. Era preciso dar uma satisfação a essa sociedade, era preciso lavar o pecado fazendo cargo deste sobre qualquer rapaz pertencente a uma família grada, mediante um processo fácil de arquitetar. O pobre rapaz teve a sorte pouco invejável de ser este bode expiatório. Influiu para isso a circunstância, naturalmente referida por Maria de Lourdes, a seu pai, de haver entrado no estabelecimento comercial de Fábio quando voltava em certa ocasião do Barro Vermelho. A testemunha Maria Garcia afirmou que Maria de Lourdes já havia declarado-lhe "não ser mais moça", e que nesse mesmo período Joana apareceu por lá, algumas vezes desacompanhada. Essas atitudes de sair sozinha e frequentar animadamente a casa de uma mulher da vida livre não condiziam com uma moça recatada.

Segundo o promotor de justiça, o depoimento de Jonas Barbosa de Amorim, que afirmou que Maria de Lourdes estava desacompanhada as 9 horas da noite dois meses antes do suposto defloramento, palestrando com vários rapazes, corrobora ainda mais com a falta de honestidade de Joana. O que a justiça conclui com os depoimentos, foi que estando Maria de Lourdes fora da casa paterna, levando vida pública, e já estava afetada pela gonorréia, o acusado nem sequer teve com ela relações sexuais de espécie alguma.

O delegado, tendo em mãos essa explicação, juntamente com o laudo da perícia médica que detectou o defloramento antigo e também a gonorréia, que é uma doença sexualmente transmissível, e levando em conta o relato do acusado que afirmou que Maria de Lourdes se ofereceu para ele, e quando ele viu o corrimento, não aceitou ter relações com ela (afirmou isso em seu depoimento sem saber o resultado do exame de corpo de delito), o delegado considerou o acusado inocente, liberando após análise dos dados.

ADEUS RUGAS

3.000 DOLLARES DE PREMIOS SE ELLAS NÃO DESAPPARECEREM

A mulher em toda a idade pôde se rejuvenescer e embellezar. É facil obter-se a prova em vossa próprio rosto em pouco tempo. — Experimentae hoje mesmo o RUGOL.

Creme scientifico preparado segundo o celebre processo da famosa doutora de Paris, Mme. Leguy, que alcançou o primeiro premio no Concurso International de

Productos de Toilette.

RUGOL opera em vossa rosto uma verdadeira transformação, vos embelleza e vos rejuvenesce ao mesmo tempo.

RUGOL difere completamente dos outros cremes, sobretudo pela sua ação sub-cutanea, sendo absorvidos pelos pólos da pele os preciosos alimentos dermicos que entram na sua composição.

RUGOL evita e previne as rugas precoces e pés de galinha e faz desaparecer as sardas, pannos, espinhas, cravos, manchas, etc.

RUGOL não engordura a pele. Não contém drogas nocivas.

E' absolutamente inofensivo. Até uma criança recem-nascida poderá usá-lo.

RUGOL dá uma vida nova à epiderme flacida, porosa e fatigada, emprestando-lhe a apparence real da juventude.

GARANTIA — Mlle. Leguy pagará mil dólares a quem provar que ella não tirou completamente as suas próprias rugas com duas semanas de tratamento apenas.

Mlle. Leguy oferece mil dólares a quem provar que elle não possue oito medalhas de ouro ganhas em diversas exposições pela sua maravilhosa descoberta.

Mlle. Leguy pagará mil dólares a quem provar que os seus artificios de creme são espontâneos e autênticos.

AVISO — Depois desta maravilhosa descoberta inumeros imitadores têm aparecido de todas as partes do mundo. Por isso prevenimos ao publico que não aceite substitutos.

espingido sempre:

RUGOL



A Saude dos Nossos Filhos!

"Babyol"

(Xarope confortativo e digestivo, para uso das crianças).

Analisado e licenciado pela Directoria Geral do Serviço Sanitário, Desassossego, agitação, choro exagerado, colicas ventosas, desordens intestinais, digestão imperfeita, féradias, oriundas da nutrição viciosa, vomitos, prisão de ventre, desordens gastricas no curso do aleitamento ou do regimen lacteo.

Soccorro prompto nas casas de família

"Calcipina"

Preparação calcico-papainada, analysada e licenciada pela Directoria Geral do Serviço Sanitário.

Favorece a dentição e a formação ossea, evita a diarréa, os vomitos, favorece a digestão, cura o rachismo e robustece as crianças,

Com o uso da CALCIPINA as crianças se acalmam, crescem sadias, fortificam-se e libertam-se de muitos incidentes da 1.ª idade

A venda em todas as Drogarias e pharmacias. Depositarios LAVES & RIBEIRO.
PHARMACIA YPIRANGA. Canto do Viaducto. SÃO PAULO.

Assassinato de Maria Bomfim Zogob por seu marido choca moradores da pensão Globo

Carlos Ferreira Neves, funcionário público federal, matou a esposa D. Maria Bonfim Zogob Neves, conhecida como "Zobinha". O assassino esteve fora, em tratamento de saúde e parecia viver em harmonia com a mulher, que ficara hospedada na Pensão Globo, à rua Barão do Rio Branco nº 97. Pela fala das testemunhas, Zobinha era-lhe absolutamente fiel, e procedera na ausência do marido de modo correto e honesto. Mesmo sem provas que pudesse desaboná-la, após ouvir intrigas contra a esposa, o homem encheu-se de ciúmes. No dia 24 de novembro último, Carlos Ferreira deixou a pensão e disse à mulher que não mais voltaria. Saiu à rua, armou-se com um revólver e retornou à pensão cerca de 9 horas. Entrou em seu quarto, pediu água a Zobinha e, quando esta retornou para servi-lo, foi recebida a tiros. A morte foi instantânea. Em seguida, Carlos atentou contra a própria vida.

Várias testemunhas depuseram sobre o crime. Uma delas foi José de Castro Franco, residente na Pensão Globo, tendo afirmado que sempre notou dona Maria Bonfim recatada, passando quase o dia dentro do seu quarto, nunca tendo presenciado ato algum dela que se pudesse por em dúvida sua honradez. Josefa Joana Pereira, cozinheira e residente na capital, afirmou ouvir dizer que dona Zobinha só vivia trancada dentro do quarto e só saía quando vinha comer, e que não conheceu o marido dela.

Joaquim Lobo de Mezzezes, cearense, proprietário da pensão Globo, disse que recebeu, no dia treze deste mês, em sua pensão, dona Maria Ferrei-

ra, apelidada de Dona Mocinha, proprietária de uma pensão que acabava de fechar, e por isso seus antigos hóspedes foram levados para a pensão o Globo. Um deles era dona Zobinha. No dia dezembro desse mês chegou do Rio de Janeiro o senhor Carlos Neves, esposo de dona Zobinha, o qual foi viver com sua senhora. Afirmou também que dona Zobinha portou-se de maneira honrada, durante os dias que passou na pensão do depoente não se descobrindo na mesma nenhuma falta que pusesse dúvida a sua honestidade, não saindo à rua, exceto para as aulas de datilografia; pois a metade do ordenado de seu marido não chegava para a manutenção da família. A testemunha disse que ninguém na pensão seria capaz de acusar dona Zobinha de qualquer ato desonesto, e que ela era pobre e por isso não possuía roupas nem objetos de valor. Afirmou também que levava parte da sua vida a chorar, pois sabia que seus filhos sofriam necessidade em Redenção, onde se encontravam na companhia da avó. Quando Zobinha recebia cartas de sua mãe, falando sobre suas necessidades, retraía-se cada vez mais e chorava lamentando sua sorte, mas não cometia entretanto uma só indignidade, não manchava nem demonstrava desejo de manchar a virgindade do seu lar, de sua reputação, a memória ou futuro de seus filhos.

Outra testemunha cujo depoimento tivemos acesso foi Júlia de Sá Rodrigues, a proprietária da pensão Globo. Ela contou que foi ao mercado fazer as compras, onde encontrou-se com Carlos, que lhe pediu a conta di-

zendo que não queria mais estar na pensão. Nessas condições, e por ter Carlos declarado que quando Júlia voltasse lhe mandasse deixar a maleta na esquina, ela perguntou porque ele fazia isso, e este respondeu "que era porque ela não sabia". Júlia de Sá, vendo que Carlos estava pondo em dúvida a honra da esposa, disse a este que não supusesse tal, pois dona Zobinha era uma mulher honrada, vivendo somente para seus filhos, nos quais falava sempre. Apesar disso, Carlos disse que vira Zobinha conversando com um homem e ouvira ela dizer que "só segunda ou terça". A testemunha tentou fazer com que Carlos percebesse que isso de conversar na rua com um conhecido não era nada demais, e mostrou-lhe o fato de estarem os dois, ela mesma e ele, naquele momento a conversarem ali. Mesmo com esse exemplo Carlos, não cedeu. Afirmou também que nunca viu sua esposa praticar qualquer ato que pudesse por em dúvida sua honradez, pois ela só vivia chorando e falando nos filhos, não vivia em portas, não usava pó, vivia simplesmente. Zobinha era tão pobre que não possuía nada, até mesmo um relógiozinho de pulso vivia guardado, tal era a tristeza que Zobinha vivia.

Maria de Oliveira Sá, cearense residente no Iguatu, estando a passeio nessa capital e hospedada na pensão Globo, disse às autoridades que no dia vinte e três desse mês, uma menor de

quatro anos, filha da testemunha, lhe disse ter visto Carlos apertar a garganta de dona Zobinha e depois bater-lhe com a mão na cara, sendo essa declaração da menor confirmada mais tarde por Zobinha, que narrou isso mesmo à Maria de Oliveira Sá. Quanto à vida de dona Zobinha na pensão onde foi assassinada, teve a dizer que seu procedimento era ótimo, não presenciando nenhum ato que desabonasse a conduta.

Maria José da Silva, disse que era proprietária da pensão Silva à rua Major Facundo, trezentos e dezoito, quando em um dia do mês de outubro passado, chegou ali dona Maria Bonfim Zogob Neves e que durante os dias em que Zobinha permaneceu na casa da depoente portou-se de maneira irrepreensível, nunca saindo à rua, nunca procurando

a janela, mantendo-se sempre alheia ao movimento nas ruas, sempre dentro de casa, e que nunca notou alguém ali à procura de Zobinha, nem a vira procurando ninguém. A testemunha afirmou que Zobinha era uma senhora honesta, de comportamento exemplar, muito direita e tinha grande preocupação com os filhos, sendo sua maior vontade a de trabalhar para ajudar a mantê-los.

O autor do assassinato, Carlos Ferreira, foi encaminhado ainda vivo ao hospital Santa Casa de misericórdia e, após a recuperação, foi encaminhado ao Asilo de Alienados em Parangaba, visto que foi considerado sofrendo das faculdades mentais, declarando nada se lembrar. Os médicos do Asilo identificaram que o paciente estava leproso, e

solicitaram à polícia a retirada urgente de Carlos Neves, para o Leprosário de Canafistula, para onde foi encaminhado e deixado à responsabilidade dos funcionários da saúde, vivendo em isolamento no leprosário.



Namorado atira em namorada em baile de carnaval, os tiros ferem ela e mais duas pessoas.

Mais um caso de violência contra a mulher na capital, às 20 horas do dia 17 do corrente mês, em meio a uma numerosa festa carnavalesca, Newton Rodrigues de Oliveira, de 20 anos de idade, empregado do comércio e residente nesta capital, disparou contra a senhorita Alda Ozório Sampaio quatro tiros de revólver a queima roupa, chegando inclusive a incendiar a blusa de Alda na parte correspondente ao tórax, produzindo-lhe dois ferimentos. Os demais projéteis atingiram a senhorita Rufina Silva Braga e o senhor João

Quirino Filho, fazendo naquela, um ferimento na cabeça e neste um pequeno ferimento na testa.

Preso o criminoso em flagrante delito e reestabelecida a ordem, ele foi conduzido à delegacia. Iniciadas as diligências do inquérito policial, no dia seguinte todas as vítimas foram submetidas a exame de corpo de delito. Dos ofendidos, apenas dona Rufina Silva Braga não foi ouvida em auto de perguntas, devido ao seu delicado estado de saúde que continuava ainda a inspirar sérios cuidados. Rufina veio a falecer dois dias depois do ocorrido.

Do interrogatório dos dois outros ofendidos e do depoimento de cinco testemunhas evidenciou-se que Newton Rodrigues de Oliveira apaixonara-se de D. Alda Ozório Sampaio, amor que fora por ela correspondido. Porém, de quando em vez, ele mostrava-se desgostoso e triste, ao notar que da parte de D. Alda o seu amor não era correspondido com igual. No primeiro dia de carnaval, na Avenida sete de setembro encontram-se ambos ali, d. Alda recusou-se a aceitar um vidro de lança perfume que Newton lhe mandara por intermédio de sua prima d.

Helena. Ele, aborrecido, arrebatou o frasco no chão, ameaçando por esses modos de romper as relações de amor e simpatia por d. Alda. Posteriormente declarou que não pretendia comparecer na avenida, mas foi fantasiado de máscara, provavelmente para não ser reconhecido por d. Alda e colher melhores provas para confirmar as suas suspeitas de ciúmes. Porém, nada colhendo, no dia seguinte, terceiro de carnaval, ele encontrou-se com d. Alda na rua e confessou-se arrependido do ato que praticara na antevéspera e de novo protestou-lhe esquecer tudo e continuar a dispensar-lhe real e sincera afeição.

No dia último de carnaval, à tardinha, Newton compareceu nas imediações da casa de d. Alda, a quem acompanha até certa distância, indo de novo encontrá-la na avenida Sete de setembro. Nesta, por volta de 19 horas, mais ou menos, notou que d. Alda aceitava de modo especial o lança perfume que lhe atirava um estrangeiro, enquanto se recusava a receber os que ele lhe jogava. Ficou enfurecido a tal ponto que, conforme confessou, teve uma ameaça de síncope, sendo socorrido por um amigo que na ocasião passava em sua frente, o qual o conduziu a um café próximo. Nessa ocasião, conforme ainda confessa, teve a ideia de suicidar-se na frente de d. Alda, para deste modo causar-lhe maior remorso. De volta, porém, resolveu confiar suas mágoas à senhorita Helena, prima de D. Alda, a qual procurou dissuadi-lo de que da parte de sua prima nenhuma intenção havia para abandoná-lo.

No momento em que resolviu dizer a d. Alda todo o seu sentimento e também o incomodo que sentiu pelo que notou entre ela e o estrangeiro, nessa ocasião, segundo ele afirmou d. Alda dissera: "Seu Newton, o senhor fique ciente que não manda na minha vontade". Conforme d. Alda declarou, apenas lhe disse: "Isso é muito engraçado; você pode brincar com qualquer pessoa, entretanto a mim quer proibir". Foi então que Newton,

sacando um revólver que de antemão pedira emprestado a um amigo, e conservava no bolso do paletó, dá um passo atrás e, sem demora, alveja d. Alda pelas costas, disparando-lhe os quatro tiros à queima roupa. Senhorita Rufina Silva Braga, uma das atingidas, foi ferida gravemente na cabeça, chegando a óbito. João Quirino Filho, foi atingido apenas de rasão e passa bem. O acusado foi levado preso e espera julgamento.



CADERNO DE SAÚDE DA MULHER

Diante do interesse da opinião pública sobre questões relativas à capacidade das mulheres casadas deliberarem sobre suas propriedades, consultamos a opinião do rábula criminalista Evaristo de Moraes, conhecido do grande público por sua notória atuação, principalmente na ocasião de, em 1896, ter defendido o próprio pai, acusado de atentado ao pudor de menores no Preventório Santa Rita de Cássia, do qual era diretor. Embora seu pai já tivesse abandonado sua mãe, foi ela quem pediu ao filho que tomasse a defesa paterna. As repercussões do caso na imprensa foram grandes e houve pressão sobre o júri para que o réu fosse condenado. Mario Vargas Llosa, em sua obra A guerra do fim do mundo, faz alusão ao caso, dizendo que no Rio de Janeiro da época os jornais estavam mais preocupados com esse episódio do que com a guerra de Canudos. A atuação de Evaristo no julgamento, emocionando a assistência e obtendo a absolvição

do pai, foi considerada excepcional.¹

Segundo ele, em qualquer relação da vida civil, principalmente no que diz respeito à propriedade, a mulher tem incapacidade para decidir sozinha. A Junta sabe perfeitamente que se uma senhora casada quiser vender uns palmos de terra não poderá fazer, dentro do regime de comunhão de bens, sem a presença, no tabelionato, do seu esposo e não haveria notário que passasse escritura, dada a ausência do marido. A mulher casada que pretendesse transferir apólices da dívida pública não encontraria corretor que somente com ela tratasse o negócio, nem o empregado da Caixa de Amortização lhe permitiria assinar, sem o esposo, o termo de transferência. Como, pois, admitir que, tendo um homem escolhido uma esposa, o que vale dizer – que tendo o homem escolhido um ventre para a propagação da sua raça, para a base da sua família – como admitir que, nessas condições, na vigência do casamento, a mulher, que não dispõe nem mesmo dos bens imóveis do casal, possa por combinação com um médico sem escrúpulos, dispor do capital supremo da espécie humana, do meio de sua propagação, do funcionamento do órgão em que o esposo confiou as melhores das suas benditas e santas esperanças, o seu útero?!"(Moraes, 1901:29)

O médico militar Dr. Manoel Mauricio Sobrinho, estudioso da saúde feminina, fala sobre o instinto sexual feminino e sobre amor:

"Não trepidamos em afirmar que o instinto sexual é mais intenso no homem do que na mulher; nele o desejo de possessão física domina todos os outros, – ama sensualmente. O contrário se passa com a mulher; ordinariamente seu desejo sexual é pouco intenso, só tardiamente se desenvolve; seu amor é mais ideal; mais sentimental; o seu ideal está na maternidade. Se o sentimento na mulher fosse igual ao do homem neste particular o mundo não seria mais do que um vasto campo de lupanar onde a união regular e a família nunca se poderiam constituir, a própria espécie tenderia a desaparecer. A mulher, diz Lombroso, tem uma lubricidade menor

¹ Trecho retirado do verbete biográfico do site : <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-antonio-evaristo-de>



*Quando se esgotam as forças
nervosas, a mais leve emoção nos desespera, o menor
ruído nos enerva e o menor choque nos assusta.
Qualquer transtorno, Intranquillidade, desespero ou
emoção pode ser remediado mediante os bemditos com-
primidos **Bayer** de Adalina. Elles tranquilizam os
nervos, fortalecem o sistema nervoso, proporcionando,
ao mesmo tempo, um sono tranquillo que nos consola
de todas as contrariedades.*

Comprimidos **Bayer** de
Adalina



que o homem e uma sexualidade superior. O amor é um fato capital na vida da mulher. Ela é naturalmente e organicamente monógama. Seu amor consiste quase inteiramente no instinto de abnegação e de afeição; este amor não é para ela mais do que uma face secundária da maternidade. Os fisiologistas e os filósofos opinam que a mulher tem um grau de sensualidade muito inferior ao do homem e que é muito menos inclinada à poligamia do que ele. (Mauricio Sobrinho, 1911:XVII)"

O médico Vicente José Maia, escritor da tese *A Menstruação na Etiologia das Nevroses e Psicoses*, reafirma a necessidade do cuidado que devemos ter com a emancipação feminina, o estudo e o exercício profissional, esses grandes vícios sociais da modernidade, pois são fatores que certamente levam ao desequilíbrio dos centros nervosos e de outras funções:

"Se considerarmos agora a mulher, em face da sociedade moderna, ainda aqui a nossa crítica vem apoiar-se nesse vício social, que pretende colocá-la em um nível superior às forças e ao seu papel. Atualmente ela tende a emancipar-se. O preparo de uma futura esposa, o cultivo da escultura, da pintura, da música, enfim, de todas as belas artes, adaptáveis à sublime delicadeza de seu sexo, representam hoje um círculo limitadíssimo de sua instrução. O aperfeiçoamento das mulheres na atualidade, está no cultivo de ciências e artes que jamais poderão ser-lhes confiadas: a mulher-médica, a mulher-naturalista, a mulher-política, a mulher jurídica constituem o luxo desse século. Por isso novos deveres, novas excitações implantadas em um organismo, vai fatalmente arruinando a resistência feminina e mostrando um desequilíbrio dos centros nervosos e de todas as funções auxiliadas por eles. (Maia, 1896:11)"



Notas sobre política

O Juiz Affonso José de Carvalho emitiu um despacho respondendo à solicitação ao direito de votar da estudante de direito Diva Nazário em 1922. A resposta ao seu pedido foi a seguinte:

Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil tem um reflexo na ordem política. É certo que não existem em nossas leis uma exclusão expressa a esse respeito. Mas também o é que várias tentativas surgiram, na discussão do nosso pacto fundamental, para precisamente tornar expresso o direito do voto feminino, sem que lograsse aprovação qualquer das emendas apresentadas. Entendeu, por certo, a maioria dos nossos representantes que, embora se deixasse aberta a porta a possíveis futuras inovações, não era ainda o momento de romper com as tradições de nosso direito, segundo as quais as palavras "cidadão brasileiro", empregadas nas leis eleitorais designam sempre cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos, na plenitude de sua capacidade, idôneo para o trabalho, apto principalmente para defender a pátria, pegar em armas, bater-se por ela contra o inimigo exterior e pugnar pelos seus direitos na imprensa, na tribuna, na praça pública, com as energias e veemências próprias da organização viril. Há sem dúvida mulheres capazes de fazer tudo isso. Mas o legislador, quando estabelece normas sobre a capacidade, não se deixa influenciar de preferência pelo conhecimento de casos de excessão. A verdade é, que prevalecem ainda entre nós, considerações tradicionais das quais se fez o deputado Pedro Américo, ao lembrar que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política (Vêr Diniz, Direito público e constitucional, n. 51) Os publicistas que entre nós propugnam ardorosamente, como faz o dr. Tito Fulgêncio, pela emancipação política da mulher, qualificando de arbitrária a exclusão que dela se fizer do direito de voto, esquecem por completo a concepção que sempre se há feito, em nossa vida social, da entidade feminina: concepção de uma

criatura destinada a dividir harmonicamente com homem, as responsabilidades da vida em comum, ela na tranquilidade do lar, cuidando da ordem doméstica, ele, no trabalho cotidiano auferindo os meios de promover a subsistência da família. Pode ser que futuramente assista a humanidade a conversão de papéis. Mas por enquanto cumpre conservar o que até aqui se tem conservado no tocante à capacidade feminina (...) Indefiro a petição. De fls.2.S. São Paulo, 7 de junho de 1922.

Nazario, Diva Nolf, 1897-1966. Voto feminino e feminismo : um anno de feminismo entre nós. São Paulo: 1923. P 22



RECEITAS PARA AGRADAR AO MARIDO!

Todas nós sabemos que mesmo trabalhando fora precisamos cuidar também dos afazeres domésticos, do marido e dos filhos, proporcionando uma casa limpa e dando atenção à família. Depois de um pesado dia de trabalho os maridos precisam de amor, atenção e cuidados... Além disso, nada melhor que uma comidinha caseira, com o sabor do amor! Temos algumas sugestões para agradar toda a família:

Ensopado de carne com legumes

Preparo: 00:20 ; Cozinhando 00:60
Rende: 6 porções

Ingredientes:

- 500 g de carne para ensopado, cortada em cubos
- 01 cebola grande picadinho
- 02 colheres de sopa de azeite
- 04 dentes de alho picadinhos
- 04 colheres de sopa de extrato de tomate
- 500 ml de caldo de carne
- 02 cenouras médias cortadas em rodelas
- 03 batatas cortadas em cubos
- 01 folha de louro
- 01 saquinho de ervilhas
- Sal e temperos a gosto

Instruções

Passo 01: Retire toda a gordura da carne e tempere a seu gosto. Aqueça o óleo em uma panela grande,

em fogo médio. Refogue a carne no azeite por em média 10 minutos, ou até dourar por completo. Tire-a da panela e reserve-a.

Passo 02: Adicione a cebola e o alho e refogue. e em seguida o extrato de tomate à panela. Refogue tudo em fogo médio por 5 minutos, ou até a cebola ficar macia, mexendo sempre.

Passo 03: Coloque a carne de volta na panela junto com o caldo de carne, misturando-os aos demais ingredientes. Reduza para fogo baixo e tampe a panela. Deixe cozinhar lentamente até a carne ficar macia.

Passo 04: Adicione as cenouras, as batatas, Com a panela tampada, deixe tudo cozinhando lentamente até que os legumes estejam cozidos. (Talvez seja preciso acrescentar um pouco de água se o ensopado parecer muito espesso.)

Passo 05: Por último, acrescente as ervilhas. Deixe que o ensopado aqueça por completo, por cerca de 10 a 15 minutos. Antes de servi-lo, retire a folha de louro.

Sirva com arroz branquinho e fresquinho ... Ai, ai ... que delícia!

Pudim de Leite

Preparo: 00:15 | Cozinhando: 00:60

Rende: 08 porções

Ingredientes

4 ovos

Quatro xícaras de leite

Duas xícaras de leite condensado

Açúcar cristal

Preparo

Pudim:

Passo 01: Bata bem os ovos no liquidificador.

Acrescente o leite condensado e o leite, e bata novamente.

Calda:

Passo 02: Derreta o açúcar na panela até ficar dourado, acrescente a água e deixe engrossar.

Passo 03: Coloque em uma forma redonda e despeje a massa do pudim por cima.

Asse em forno médio por 45 minutos, com a assadeira redonda dentro de uma maior com água.

Passo 04: Espete um garfo para ver se está bem assado.

Passo 05: Deixe esfriar e desenforme.

Informações adicionais:

Dica: para a calda do seu pudim de leite condensado dar certo, fique sempre com a proporção de meia medida de água para uma medida de açúcar. Por exemplo, se você utilizar 1 xícara de chá de açúcar, a medida de água será de apenas 1/2 xícara (chá). Se você fizer um pudim maior, pode usar 2 xícaras (chá) de açúcar para 1 xícara de água. Seguindo essa dica, não tem erro!

Escondidinho de carne moída

Preparo: 00:30 | Cozinhando: 1:30

Rende: 08 porções

Ingredientes

1 kg de batata

500 g de carne moída

200 g de queijo mussarela

azeite

1 cebola

1 dente de alho amassado

sal a gosto

pimenta branca a gosto

cheiro-verde a gosto

1/2 copo de leite

2 colheres de manteiga

Preparo:

Passo 01: Descasque as batatas, corte ao meio e cozinhe com água e sal.

Passo 02: Depois de cozidas, amasse as batatas, adicione o leite e a manteiga, mexa bem até formar um purê e reserve.

Passo 03: Em uma panela, adicione 1 fio de azeite, a cebola, o alho e refogue a carne moída.

Passo 04: Tempere com sal, pimenta branca, cheiro-verde e cozinhe até secar a água que se formar na panela.

Passo 05: Forre um refratário com a metade do purê de batatas.

Acrescente uma camada de queijo e uma camada de carne moída.

Passo 06: Repita o processo e finalize com queijo ralado por cima.

Leve ao forno por 40 minutos.

**Methodo facil para engordar,
afomosear-se e fortalecer-se**

O erro incorrido por quasi todas as pessoas magras de-
sesjas de ganharem carnes, formusura e forças ao mesmo
tempo e a sua insistencia em encherem seus estomagos com
drogas de qualquer classe, ou de participarem de comidas
demasiado gratuitas, bem assim que de seguirem alguma
regra insensata de cultura physica, em prestarem a minima
atenção a causa verdadeira da sua magrice. ningeum au-
gmentará seu peso emquanto seus orgãos digestivos não
assimilem propriamente os alimentos que vão para o esto-
mago.

Graças a uma nova descoberta scientifica á possivel
agora combinar nessa forma simples os elementos que os
órgãos digestivos carecem para ajudal-os na sua obra de
assimilarem devidamente os alimentos e converterem estes
em carne e sangue fortes e permanentes. Esta desco-
berta moderna chama-se **Sargol**, um dos melhores criadores
de carnes conhecidos Sargol, por meio das suas proprieda-
des regenerativas e reconstructivas ajuda o estomago na
sua obra de extrahir dos alimentos as substancias nutriti-
vas que elles contém, as quaes leva para o sangue, e este,
a seu turno, espalha-as por todos e cada um dos tecidos e
cellulas do corpo. Nada mais facil para ver, do que ima-
ginar o resultado desta transformação assombrosa quando
começa a notar que as bochechas se lhe lhe vão enchendo;
os ocos do collo, hombros e peitos vão pouco a pouco de-
sapparecendo e ao fim de poucas semanas acha um ganho
de 5 a 7 kilos de carne solida permanente.

SARGOL não contem ingredientes prejudiciaes a saude,
e, recomendam-no hoje em dia os medicos e pharmaceu-
ticicos.

Aviso: Ainda que de certo **SARGOL** produz excellen-
tes resultados em casos de dyspepsia ner-
vosa e desarranjos no estomago em geral, os dispepticos e
doentios do estomago não devem tomal-o se não desejam
augumentar pelo menos 5 kilos.

SARGOL vende-se nas pharmacias e drogarias de S. Paulo.

Unico importador:

BENIGNO NIUVA